



## PRESIDENTE DE CPI DIZ QUE VAZADORES DE DADOS DO CASO MASTER FIZERAM BEM AO PAÍS

O presidente da CPI do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG), disse nesta segunda-feira (9) que os responsáveis pelos vazamentos de dados do celular de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, de quebras de sigilo e de outras informações das investigações "fizeram um bem ao país".

Apesar disso, Viana afirmou em entrevista a jornalistas que não é possível dizer que os vazamentos aconteceram pela comissão, que o colegiado não divulgou nada e que a presidência não assinou a liberação dos dados.

"[Os vazadores] fizeram um bem porque esses vazamentos interessam a

toda a população. Agora, como presidente da CPI, sou muito claro, e o relator também, que não temos nenhum tipo de informação que foi publicizado diante do sigilo que nos chegou", disse.

Viana também afirmou que os dados foram manuseados por muitas pessoas.

"Os dados chegaram à CPI, foram para a presidência do Senado, depois para a Polícia Federal e voltaram à CPI. Ou seja, nós temos dezenas de pessoas que podem ter tido acesso e ter feito o vazamento", declarou.

Já ao iniciar a reunião da comissão desta segunda, Viana declarou ser "inadmissível" a divulgação de

dados sigilosos e que adotará medidas pertinentes, caso seja comprovado que foi pela CPI.

O ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou na sexta-feira (6), a abertura de um inquérito para apurar os vazamentos. A medida atendeu a um pedido da defesa do banqueiro que manifestou preocupação com a situação.

Entre as mensagens divulgadas, há nove mensagens trocadas com o ministro Alexandre de Moraes, no dia em que o banqueiro foi preso pela primeira vez. Essas informações foram publicadas pelo jornal O Globo e confirmadas pela Folha.

Constança Rezende/Folhapress



## DESTAQUES DO DIA



**Salário mínimo terá ganho real de 2,3% em 2027 após alta do PIB de 2025**

Página 3

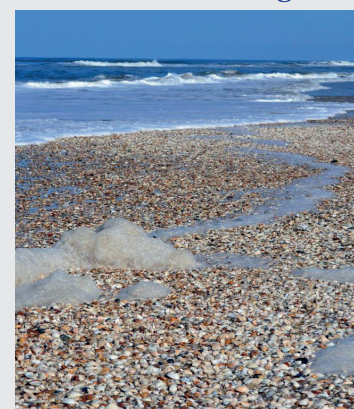
**Imposto de Renda 2026 ainda não terá isenção para quem ganha até R\$ 5.000**

Página 3



**Governo cria o Parque Nacional de Albarão, com 1 milhão de hectares**

Página 5



**Lula recebe presidente da África do Sul para visita de Estado**

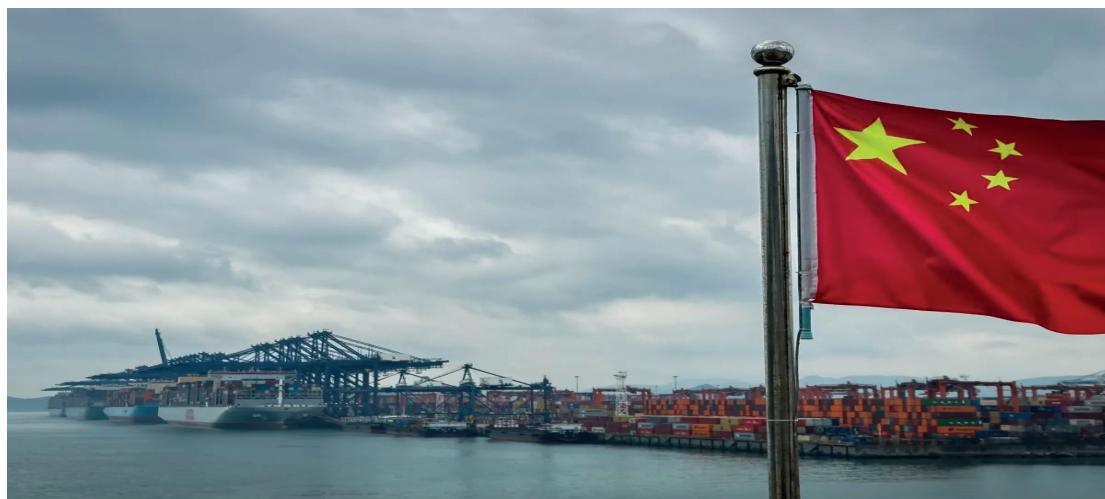
Página 4

**Haddad deixa Fazenda na semana que vem para disputar Governo de SP**

Página 4

## NO MUNDO

## China anuncia inflação de 1,3% em fevereiro, maior índice em três anos



O índice de preços ao consumidor na China aumentou 1,3% em fevereiro, o maior nível em três anos, segundo dados oficiais divulgados nesta segunda-feira (9) pelo Escritório Nacional de Estatísticas (ONE).

O aumento supera o resultado de 0,2% registrado em janeiro, que por sua vez havia representado um recuo em relação ao 0,8% de dezembro.

As autoridades chinesas defendem uma estratégia de aumento do gasto interno no país, em particular

durante o recente feriado do Ano Novo Lunar, quando o país registra o aumento das viagens e das compras.

O governo chinês anunciou uma meta de crescimento anual de 4,5% a 5% para 2026, o menor objetivo desde 1991, com exceção de 2020, quando não foi estabelecida uma meta de expansão, no momento em que a economia enfrentava o impacto da pandemia de Covid-19.

O feriado de nove dias do Ano Novo Lunar impulsionou as viagens domésticas e os gastos dos consumido-

res, elevando o índice com o aumento dos preços dos serviços.

Os preços das passagens aéreas aumentaram 29,1% em relação ao ano anterior, enquanto os das joias de ouro subiram 76,6%, de acordo com os dados do escritório de estatísticas.

O núcleo do índice de preços ao consumidor, que exclui os preços voláteis de alimentos e combustíveis, teve alta de 1,8% em fevereiro em relação ao ano anterior, em comparação com o aumento de 0,8% em janeiro.

Folhapress

## Sinagoga em cidade belga é danificada por explosão

Uma sinagoga na cidade belga de Liège foi danificada por uma explosão na madrugada desta segunda-feira (9). Segundo o governo da Bélgica, a explosão no leste do país foi um "ato antissemita abjeto".

"É um ato antissemita abjeto que visava diretamente a comunidade judaica da Bélgica", afirmou no X o ministro do Interior, Bernard Quintin. "A Procuradoria Federal iniciou a investigação judicial. As medidas de segurança ao redor de locais similares continuarão sendo reforçadas", acrescentou.

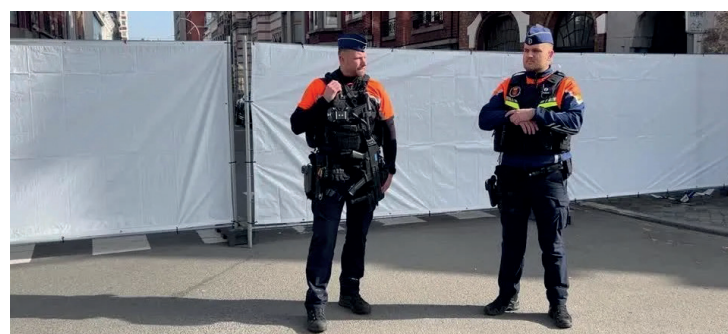
Não há relatos de feridos,

segundo comunicado de um porta-voz da polícia local. A explosão ocorreu por volta das 4h, no horário local, e estilhaçou as janelas da sinagoga, assim como as de um prédio do lado oposto da rua.

O prefeito de Liège, Willy Demeyer, disse à emissora pública RTBF que "tudo isso é intencional e direcionado. Condenamos este ato antissemita da forma mais veemente possível".

"Não podemos permitir que conflitos estrangeiros sejam importados para nossa cidade", declarou em aparente alusão à guerra no Oriente Médio.

Folhapress



## Qatar prende 313 pessoas por desinformação nas redes em meio à guerra



O Qatar prendeu 313 pessoas por gravar e espalhar vídeos e boatos com desinformação em meio à guerra.

As prisões foram anunciadas pelo Departamento de Prevenção a Crimes Econômicos e Cibernéticos, ligado à Diretoria-Geral de Investigação Criminal do país. O Ministério do Interior informou que os detidos têm diferentes nacionalidades e que o caso envolve publicações feitas em redes sociais.

As autoridades afirmam que o grupo filmou e circu-

lou vídeos sem autorização e divulgou informações enganosas e rumores. O comunicado diz que parte do material tinha como objetivo provocar preocupação pública e descumpria orientações oficiais.

O Ministério do Interior do Qatar declarou que já adotou medidas legais e administrativas contra os envolvidos. O governo não detalhou quando ocorreram as detenções nem quais plataformas foram usadas para a divulgação do conteúdo.

No mesmo comunicado,

o Ministério do Interior pediu que a população evite filmar e publicar vídeos sobre a situação atual e não repasse rumores. A pasta disse que as informações devem ser buscadas apenas em fontes oficiais aprovadas.

O governo também afirmou que vai responsabilizar quem descumprir as regras. A mensagem reforça que as autoridades competentes não vão hesitar em tomar medidas legais contra novas violações.

Folhapress

**DATA  
MERCANTIL**  São Paulo

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.  
CNPJ nº 35.960.818/0001-30  
Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo  
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque  
◆ Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

----  
Rodagem:  
Diária

Fazemos parte  
da



## ECONOMIA

### Salário mínimo terá ganho real de 2,3% em 2027 após alta do PIB de 2025



O salário mínimo terá reajuste acima da inflação de 2,3% em 2027, equivalente ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) no ano passado. O aumento anual do piso leva em conta a inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) que foi acumulado em 12 meses até novembro deste ano, mais o crescimento do PIB de 2025.

O avanço de 2,3% do PIB em 2025 é o menor em cinco anos. A economia havia crescido 4,8% em 2021, 3% em 2022, 3,2% em 2023 e

3,4% em 2024. Antes disso, o resultado mais baixo foi a retração de 3,3% em 2020, ano da pandemia de Covid-19.

O valor final do salário mínimo em 2027 dependerá do comportamento do INPC acumulado até novembro de 2026, que será divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) só no início do ano que vem.

Neste ano, o salário mínimo é de R\$ 1.621 aumento de R\$ 103 em relação a 2025, quando o piso era de R\$ 1.518. O reajuste total foi de 6,79%, dos quais 4,18%

corresponderam à inflação medida pelo INPC.

Segundo regra do Ministério da Fazenda, o ganho real está sujeito aos limites estabelecidos pelo arcabouço fiscal, que prevê aumento acima da inflação dentro de um intervalo entre 0,6% e 2,5%. Como o PIB avançou 2,3% em 2025, esse crescimento poderá ser integralmente incorporado ao reajuste, por estar abaixo do teto de 2,5%. Nos anos recentes, o crescimento do PIB superou 2,5%, mas o reajuste do salário mínimo ficou limitado ao teto.

Júlia Galvão/Folhapress

### Economistas sobem previsão de juros, mas mantêm da inflação

Os economistas subiram a previsão da taxa de juros, mas mantiveram a da inflação para este ano no primeiro boletim Focus que levou em consideração o conflito no Oriente Médio.

Os analistas voltaram à Selic ao patamar de 12,13%, alta de 0,13 ponto percentual em relação ao último boletim, que havia ouvido os especialistas antes dos EUA e de Israel atacarem o Irã em 28 de fevereiro.

Com o confronto, os economistas retomaram a subida da taxa de juros após duas semanas consecutivas de queda. Apesar disso,

essa previsão não veio acompanhada da alta da inflação, já que os juros costumam subir para conter o aumento de preços.

A perspectiva do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) para 2026 foi mantida em 3,91% pela segunda semana seguida. Já a expectativa para o próximo ano subiu de 3,79% para 3,8%.

Outra mudança no boletim Focus foi a redução na previsão do dólar de R\$ 5,42 para R\$ 5,41. Já o PIB (Produto Interno Bruto) permaneceu em 1,82%.

Fernando Narazaki/Folhapress



### Imposto de Renda 2026 ainda não terá isenção para quem ganha até R\$ 5.000



A declaração do Imposto de Renda de 2026 ainda não incluirá a nova isenção para trabalhadores que ganham até R\$ 5.000 por mês. Embora a medida tenha sido aprovada em 2025, ela só passou a valer no dia 1º de janeiro deste ano e seus efeitos serão válidos para o IR a ser declarado a partir de 2027.

Contribuintes que recebem entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350 também passaram a pagar valor menor de imposto neste ano.

Na prática, isso significa que a declaração deste ano seguirá a movimentação financeira do contribuinte no ano anterior, considerando ganhos e gastos de 2025. As regras finais que obrigam

o contribuinte a declarar serão divulgadas pela Receita Federal na próxima segunda-feira (16).

No ano passado, esteve isento do pagamento do IR o contribuinte que ganhava até dois salários mínimos.

O especialista em tributação e contabilidade Mafrys Gomes, sócio do Grupo MCR Contabilidade e Auditoria, diz que a promessa de ampliação da faixa de isenção, no entanto, já tem gerado dúvidas entre contribuintes.

"Muitas pessoas acreditam que as novas regras já impactarão a declaração de 2026, mas isso não é verdade. Como estamos falando do ano-base 2025, as mudanças aprovadas recentemente só terão efeito

prático na declaração que será entregue em 2027", explica Gomes.

O especialista afirma ainda que é comum a confusão entre a isenção do Imposto de Renda e a desobrigação de declarar o IR. Segundo Gomes, a nova regra trata da incidência do tributo, ou seja, a partir de qual valor se paga o imposto, mas não está ligada necessariamente à obrigação de declarar.

Isso acontece porque a obrigatoriedade de prestar contas à Receita não depende apenas da renda, há ainda uma série de regras anunciadas ano a ano pelo fisco que podem levar o contribuinte a declarar.

Júlia Galvão e Cristiane Gercina/Folhapress

## POLÍTICA

## Lula recebe presidente da África do Sul para visita de Estado



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, nesta segunda-feira (9), o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, para uma visita de Estado. O objetivo é a ampliação do comércio bilateral e discussão de parcerias, sobretudo em turismo e investimentos.

Ramaphosa foi recepcionado no Palácio do Planalto, pouco depois das 10h. A agenda inclui um encontro restrito entre os dois líderes, seguida de reunião ampliada com as equipes de governo. Também está prevista cerimônia de assinatura de atos e declaração

à imprensa.

Desde 2010, o Brasil e a África do Sul mantêm parceria estratégica, que é um nível mais elevado nas relações bilaterais. Na pauta do relacionamento estão temas de defesa e segurança, energia nuclear, investimentos, cooperação e acesso a mercados. Além disso, os países mantêm canais de diálogo em diversos foros multilaterais.

O fluxo comercial entre Brasil e África do Sul alcançou US\$ 2,3 bilhões em 2025. Os principais produtos brasileiros exportados foram carnes de aves e suas miudezas (16,2%); açúca-

res e melaços (8,3%); e veículos rodoviários (6,9%). Já as importações brasileiras se concentraram em prata, platina e outros minerais do grupo da platina (53,9%).

Após a agenda no Palácio do Planalto, as autoridades seguem para o Palácio Itamaraty, onde participam de almoço e da abertura do Fórum Empresarial Brasil – África do Sul. Posteriormente, o presidente sul-africano também visitará o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, como previsto em visitas de Estado.

Andréia Verdélio/ABR

## Haddad deixa Fazenda na semana que vem para disputar Governo de SP

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deixará o governo federal semana que vem para concorrer ao governo de São Paulo. Antes duvidosos sobre a disposição do ministro para a disputa, colaboradores diretos de Haddad já dão como certa sua candidatura ao Palácio dos Bandeirantes.

A data da saída foi antecipada pelo jornal O Globo e confirmada pela Folha.

O ministro deverá dar uma pausa antes de se lançar oficialmente candidato ao governo. Uma de suas tarefas será a montagem de seu palanque. O ministro

costuma dizer a aliados que o vice tem de ser da confiança do cabeça de chapa.

Já no fim do mês passado, Haddad admitiu a aliados a hipótese de disputar o Governo de São Paulo. Ele teve um jantar com o presidente Lula (PT) para a discutir seu futuro político. Semanas antes, teve um café reservado com o presidente em São Paulo.

Lula dizia a políticos próximos que a candidatura do ministro da Fazenda estava encaminhada. O presidente do PT, Edinho Silva, também repetia esse diagnóstico em suas conversas.

Catia Seabra/Folhapress



## Eduardo Leite minimiza desempenho do PSD em pesquisa e destaca rejeição de Lula e Flávio



O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, minimizou nesta segunda-feira (9) o desempenho dos nomes do PSD em pesquisas para a disputa ao Palácio do Planalto e destacou a rejeição do presidente Lula (PT) e do senador Flávio Bolsonaro (PL) após os resultados do último Datafolha.

Ele disse que as pesquisas eleitorais no atual momento devem ser vistas como instrumento para avaliar o humor do eleitor, não intenção de voto, e citou os altos índices de brasileiros que dizem não votar em Lula nem Flávio de jeito nenhum.

O petista tem 46% de rejeição, e o filho de Jair Bolsonaro, 45%, ficando empatados tecnicamente. Nesse quesito, os nomes do PSD aparecem com 19% (Ratinho Jr.), 15% (Eduardo Leite) e 14% (Ronaldo Caiado).

Sobre intenção de votos, dos três cotados do PSD, quem aparece melhor no Datafolha é Ratinho Jr., com 7% em cenário de primeiro turno com Lula (38%) e Flávio (32%). Contra a mesma dupla de concorrentes, Caiado aparece com 4% e Eduardo Leite, com 3%.

No cenário contra Lula no segundo turno, o governador do Paraná também é aquele dentre os três que se

sai melhor, com 41% ante 45%.

A fala de Leite deu durante evento na Associação Comercial de São Paulo, no centro da cidade. Desde a sexta-feira (6), os políticos do PSD têm participado de ações conjuntas no estado. Eles disputam a candidatura à Presidência pela sigla de Gilberto Kassab, com a promessa de que os preteridos vão apoiar o nome escolhido.

Leite afirmou que os eleitores ainda não têm o "cardápio todo" dos pré-candidatos e que os dois políticos à frente na pré-corrida eleitoral são mais conhecidos que os demais.

Ana Gabriela Oliveira Lima/Folhapress

## MEIO - AMBIENTE

### Governo cria o Parque Nacional de Albardão, com 1 milhão de hectares



**A**pós anunciar na COP 30 o objetivo de ampliar a proteção marinha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou, nesta sexta-feira (06), o Parque Nacional do Albardão, localizado na costa do município de Santa Vitória do Palmar, no Rio Grande do Sul. Assinado ontem, o decreto foi publicado em edição extraordinária do Diário Oficial da União divulgada na noite desta sexta.

São 1.004.480 hectares protegidos, o que torna Albardão o maior parque marinho do país. Lula também decretou uma Área de

Proteção Ambiental (APA) do Albardão, com 55.983 hectares. As duas áreas funcionarão como um mosaico.

A luta pela formalização de uma área protegida no local se estendeu por 18 anos. Albardão é uma joia tão importante que o local esteve presente nos mapas de avaliação de áreas prioritárias para a conservação desde que o país formalizou a criação do mecanismo como política pública, em 2004.

O agora parque nacional já estava presente na primeira lista criada no país. E se manteve na lista em todas as outras. Sua criação

é um marco para a conservação marinha do país.

"Essa é uma luta antiga de todos que atuam pela proteção dos ambientes marinhos no Brasil. Há mais de duas décadas acompanhamos o avanço da degradação da biodiversidade na região. O Albardão chegou ao seu limite e a criação do parque já não podia mais esperar. Agora começa uma nova etapa, que é garantir a efetiva implementação e proteção dessa área", comemora Maria Carolina Weigert, bióloga e diretora do Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA).

Daniele Bragança/OEco

### Assédio institucional e a ética no serviço ambiental

**O** debate público tem avançado na compreensão do assédio moral individual nas relações de trabalho. No entanto, ainda se fala pouco sobre uma forma mais sofisticada e igualmente danosa de violência organizacional, o assédio institucional. Trata-se de um conjunto de práticas, diretrizes e discursos que, partindo da própria estrutura de poder, buscam constranger, deslegitimar ou silenciar servidores no exercício técnico de suas atribuições.

No campo da gestão ambiental, esse fenômeno ganha contornos especialmente preocupantes. A atuação dos servidores ambientais é, por natureza,

técnica, baseada em critérios legais, científicos e no princípio da precaução. Quando essa atuação passa a ser pressionada por interesses políticos, econômicos ou corporativos, instala-se um ambiente de conflito entre a obrigação funcional e a tentativa de captura da decisão pública.

O assédio institucional não se manifesta, necessariamente, por gritos ou ofensas diretas. Ele aparece na retirada de competências, no esvaziamento de setores técnicos, na desqualificação reiterada de pareceres, na abertura de processos administrativos infundados ou na pressão para flexibilizar exigências legais.

Rogério Chimanski Fontoura/OEco



### Água pode se tornar novo alvo da guerra no Oriente Médio



**A**taques à infraestrutura hídrica são raros em tempos de guerra, mas têm ocorrido no conflito em curso no Oriente Médio com bombardeios a usinas de dessalinização, um setor essencial para milhões de pessoas na região.

Uma usina de dessalinização no Bahrein foi danificada no domingo (8) após um ataque de drone iraniano, disseram autoridades locais, um dia depois de Teerã acusar o país de uma ofensiva semelhante em Qeshm, no Irã, que teria afetado o abastecimento de água de 30 vilarejos.

Esses tipos de ataques ainda são limitados, mas, como disse à AFP a economista especializada em

recursos hídricos Esther Crauser-Delbourg: "Quem se atrever a atacar a água desencadeará uma guerra muito mais devastadora do que a atual".

Por que a água dessalinizada é tão importante?

Em uma das regiões mais secas do mundo, onde o acesso à água é dez vezes menor que a média global, segundo o Banco Mundial, as usinas de dessalinização desempenham um papel fundamental na economia e no abastecimento de água potável para seus milhões de habitantes.

Cerca de 42% da capacidade mundial de dessalinização está concentrada no Oriente Médio, de acordo com um estudo recente publicado na revista Nature.

Nos Emirados Árabes Unidos, 42% da água potável provém dessas usinas, enquanto o número sobe para 70% na Arábia Saudita, 86% em Omã e 90% no Kuwait, segundo um relatório de 2022 do Instituto Francês de Relações Internacionais (Ifri).

"Lá, sem água dessalinizada, não há nada", afirmou Crauser-Delbourg. É especialmente estratégica em grandes cidades como Dubai e Riade.

Em 2010, uma análise da CIA afirmou que "a interrupção das instalações de dessalinização na maioria dos países árabes poderia ter consequências mais graves do que a perda de qualquer outra indústria ou matéria-prima".

G1

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

CNPJ/MF nº CNPJ/MF nº 10.647.979/0001-48

**Itabita, 6 de março de 2026** – É com grande satisfação que a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”) submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes. As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes ao quarto trimestre de 2025 (“4T25”) versus o quarto trimestre de 2024 (“4T24”), e aos exercícios de 2025 e de 2024.

**1. Apresentação – Histórico:** A Companhia passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. Os controladores diretos da Companhia são a Rodovias do Brasil Holding S.A. (85%) e a OTP Rodovias S.A. (15%). **Características do Projeto:** O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Interligação da SP-065 com a SP-066 (SPH-084/066), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constandino Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), Anel Viário José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiá (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083), via Perimetral de Itabita (SPI-081/360) e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a aproximadamente 297 quilômetros. Os municípios que integram a área sob a concessão da Rota das Bandeiras são: Artur Nogueira, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Campinas, Conchal, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Igaratá, Itabita, Jacaré, Jarinu, Jundiá, Louveira, Mogi Guaçu, Nazaré Paulista, Paulínia e Valinhos. O Corredor Dom Pedro I possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a ligação do Vale do Paraíba com a Região Metropolitana de Campinas e o Circuito das Frutas, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos. **Características da Região:** Os municípios que integram a área sob a concessão da Rota das Bandeiras apresentam uma economia dinâmica e diversificada, com forte presença de indústrias de ponta. Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os municípios de Itabita e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nessas cidades. **Operação:** A Concessionária Rota das Bandeiras possui 8 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 1 Área de Descanso para Caminhoneiros, 93 câmeras de monitoramento, 14 veículos de inspeção de tráfego, 7 ambulâncias e 1 UTI, 8 guinchos leves, 4 guinchos pesados, 2 caminhões de apreensão de animais, 2 caminhões-pipa e 2 veículos de balança móvel. A Companhia conta com 65 profissionais de resgate, 85 operadores de tráfego e 14 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO). Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 264 atendimentos por dia no exercício de 2025.

**2. Destaques:** EBITDA Ajustado: R\$ 1.062.834 mil atingidos no exercício de 2025 (+10,9% vs. 2024), com margem EBITDA Ajustado de 87% em 2025 (+0,5 p.p. vs. 2024); CAPEX: R\$ 190.992 mil realizados em ampliação e manutenção no exercício de 2025. Investidos na execução de importantes obras como: (i) Continuidade Faixa Adicional entre o km 74 ao 88 da SP-065, (ii) Conclusão de 2 Estradas Secundárias no km 11+300, 1 no km 37+020 da SP-065, (iii) Início da duplicação da Rodovia SP 063 do km 22+800 ao km 24+600, (iv) Continuidade Marginais da SP-332 km 114 ao 121, (v) Continuidade de melhoria de Interseção dos km 116 e 119 da SP-332 e (vi) Continuidade do Acesso do Km 81 da SP-065, (vii) Início dos Recapeamentos da 4ª Intervenção nas rodovias SP332 – km 110+280 ao 134+690 e SP065 – km 65+050 ao 113+000.

3. Desempenho Econômico Financeiro – Tráfego

| Tráfego       |        | Em milhares de reais |            |         |         |            |  |
|---------------|--------|----------------------|------------|---------|---------|------------|--|
| Categoria     | 4T25   | 4T24                 | Var. %     | 2025    | 2024    | Var. %     |  |
| Pesado        | 17.748 | 17.295               | 2,6%       | 69.691  | 66.136  | 5,4%       |  |
| % VEQ Totais  | 60,0%  | 60,3%                | (0,3 p.p.) | 61,0%   | 60,9%   | 0,0 p.p.   |  |
| Leve          | 11.831 | 11.382               | 4,0%       | 44.615  | 42.391  | 5,2%       |  |
| % VEQ Totais  | 40,0%  | 39,7%                | 0,3 p.p.   | 39,0%   | 39,1%   | (0,0 p.p.) |  |
| Total VEQ¹    | 29.579 | 28.677               | 3,15%      | 114.306 | 108.527 | 5,33%      |  |
| Tarifa média² | 11,74  | 11,18                | 5,1%       | 11,46   | 10,94   | 4,8%       |  |

¹ *Veículos equivalentes (“VEQ”) é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagógico (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes);* ² *A tarifa média é calculada pelo total de Receita de Pedágio dividido pelo total de VEQ.* O tráfego pedagógico, em VEQ, alcançou um total de 29.579 mil no 4T25 (aumento de 3,1% vs. 4T24) e 114.306 mil em 2025 (aumento de 5,3% vs. 2024). Aproximadamente sessenta por cento do tráfego pedagógico (em VEQ) da Companhia é atrelado aos veículos pesados. Vale ressaltar que, a partir do dia 31 de maio de 2018 foi decretada a suspensão da cobrança de eixo suspenso, restabelecendo as condições iniciais do Contrato de Concessão. Por outro lado, a partir de 09 de outubro de 2023, a Companhia passou a cobrar tarifa pela totalidade dos eixos, independentemente de estarem suspensos, de todos os veículos comerciais carregados com manifesto de documento fiscal eletrônico em aberto (MDF-e, utilizando a consulta na SEFAZ) que passarem pelas praças de pedágio do Corredor Dom Pedro. A cobrança do eixo suspenso está amparada na Lei Federal nº 13.103/2015 e na Resolução Conjunta SPI/SEMIL 001, de 04/09/2023, que estabelece os requisitos para que sejam considerados vazios os veículos de transporte de cargas que circulem nas vias terrestres estaduais.

Receita Bruta

|                                        |          | Em milhares de reais |             |           |           |            |  |
|----------------------------------------|----------|----------------------|-------------|-----------|-----------|------------|--|
| Descrição                              | 4T25     | 4T24                 | Var. %      | 2025      | 2024      | Var. %     |  |
| Receita bruta de serviços              | 431.615  | 353.042              | 22,3%       | 1.483.632 | 1.437.866 | 3,2%       |  |
| Receitas de Pedágio                    | 347.343  | 320.750              | 8,3%        | 1.309.670 | 1.187.030 | 10,3%      |  |
| % Receita líquida de serviços          | 86,4%    | 98,4%                | (11,9 p.p.) | 95,5%     | 88,8%     | 6,7 p.p.   |  |
| Receitas Acessórias e outras           | 6.363    | 5.578                | 14,1%       | 23.787    | 21.264    | 11,9%      |  |
| % Receita líquida de serviços          | 1,6%     | 1,7%                 | (0,1 p.p.)  | 1,7%      | 1,6%      | 0,1 p.p.   |  |
| Receita Bruta Operacional              | 353.706  | 326.328              | 8,4%        | 1.333.457 | 1.208.294 | 10,4%      |  |
| Receita de Construção                  | 77.909   | 26.714               | 191,6%      | 150.175   | 229.572   | (34,6%)    |  |
| % Receita líquida de serviços          | 19,4%    | 8,2%                 | 11,2 p.p.   | 11,0%     | 17,2%     | (6,2 p.p.) |  |
| Impostos e contribuições sobre serviço | (29.818) | (26.956)             | 10,6%       | (112.408) | (101.301) | 11,0%      |  |
| % Receita líquida de serviços          | (7,4%)   | (8,3%)               | 0,8 p.p.    | (8,2%)    | (7,6%)    | (0,6 p.p.) |  |
| Receita líquida de serviços            | 401.797  | 326.086              | 23,2%       | 1.371.224 | 1.336.565 | 2,6%       |  |

A **Receita Bruta Operacional** da Companhia totalizou R\$ 353.706 mil no 4T25 (aumento de 8,4% vs. 4T24) e R\$ 1.333.457 mil em 2025 (aumento de 10,4% vs. 2024). A principal fonte de receita da Companhia provém das **Receitas de Pedágio**, que no 4T25 alcançaram R\$ 347.343 mil (aumento de 8,3% vs. 4T24) e R\$ 1.309.670 mil em 2025 (aumento de 10,3% vs. 2024). Essa melhora nas Receitas de Pedágio pode ser atribuída principalmente ao (i) crescimento do tráfego e (ii) reajuste tarifário ordinário de julho de 2025. As **Receitas Acessórias** totalizaram R\$ 6.363 mil no 4T25 (aumento de 14,1% vs. 4T24) e R\$ 23.787 mil em 2025 (aumento de 11,9% vs. 2024) efeito das receitas por Uso da Faixa de Domínio e Passagem de Cargas Especiais. **Custos e Despesas:** Os **Custos e Despesas** totais são compostos pelos Custos dos Serviços Prestados, Provisão de Conserva Especial, Custos de Construção, Depreciação/Amortização, Despesas Gerais e Administrativas e pela Provisão de Contingências. Seguem abaixo os resultados do 4T25 e do exercício de 2025, em relação ao mesmo período de 2024:

|                                    |           | Em milhares de reais |          |           |           |         |  |
|------------------------------------|-----------|----------------------|----------|-----------|-----------|---------|--|
| Descrição                          | 4T25      | 4T24                 | Var. %   | 2025      | 2024      | Var. %  |  |
| Custos                             | (180.632) | (126.251)            | 43,1%    | (537.149) | (600.583) | (10,6%) |  |
| Custos dos Serviços Prestados      | (32.151)  | (29.873)             | 7,6%     | (117.844) | (116.386) | 1,3%    |  |
| Provisão de Conserva Especial      | (12.436)  | (13.336)             | (6,7%)   | (47.889)  | (51.730)  | (7,4%)  |  |
| Custos de Construção               | (77.132)  | (26.447)             | 191,6%   | (148.674) | (227.276) | (34,6%) |  |
| Depreciação/Amortização            | (58.913)  | (56.595)             | 4,1%     | (222.742) | (205.191) | 8,6%    |  |
| Despesas                           | 737       | (12.213)             | (106,0%) | (51.637)  | (37.186)  | 38,9%   |  |
| Despesas Gerais e Admi-nistrativas | (5.167)   | (10.502)             | (50,8%)  | (41.685)  | (34.020)  | 22,5%   |  |
| Provisão de Contingências          | 5.904     | (1.711)              | (445,1%) | (9.952)   | (3.166)   | 214,3%  |  |
| Total                              | (179.895) | (138.464)            | 29,9%    | (588.786) | (637.769) | (7,7%)  |  |

Os **Custos** totalizaram R\$ 180.632 mil no 4T25 (aumento de 43,1% vs. 4T24) e R\$ 537.149 mil em 2025 (redução de 10,6% vs. 2024), a principal redução nesse período ocorreu na rubrica de Custos de Construção devido ao cronograma de investimentos. As **Despesas** impactaram positivamente o resultado em R\$ 737 mil no 4T25 (redução de 106,0% vs. 4T24), e em 2025 resultaram em R\$ 51.637 mil (aumento de 38,9% vs. 2024), impactada principalmente pela rubrica de Provisão de Contingências conforme detalhado na Nota Explicativa nº 23. **EBITDA:** O **EBITDA Ajustado** apresentou resultado de R\$ 276.484 mil no 4T25 (crescimento de 6,6% vs. 4T24) e em 2025 alcançou R\$ 1.062.834 mil (crescimento de 10,9% vs. 2024), com margem EBITDA Ajustado de 85,4% no 4T25 (redução de 1,2 p.p. vs. 4T24) e no exercício de 2025 atingiu 87,0% (aumento de 0,5 p.p. vs. 2024).

| Composição do EBITDA                                    |         | Em milhares de reais |            |         |         |          |  |
|---------------------------------------------------------|---------|----------------------|------------|---------|---------|----------|--|
| Descrição                                               | 4T25    | 4T24                 | Var. %     | 2025    | 2024    | Var. %   |  |
| Resultado do exercício                                  | 101.085 | 103.150              | (2,0%)     | 335.485 | 310.405 | 8,1%     |  |
| (+/-) Resultado financeiro, líquido                     | 84.051  | 95.318               | (11,8%)    | 320.850 | 316.912 | 1,2%     |  |
| (+/-) Imposto de renda e con-tribuição social diferidos | 29.121  | (8.949)              | (425,4%)   | 130.169 | 79.313  | 64,1%    |  |
| EBIT                                                    | 214.257 | 189.519              | 13,1%      | 786.504 | 706.630 | 11,3%    |  |
| Margem EBIT (%)                                         | 53,3%   | 58,1%                | (4,8 p.p.) | 57,4%   | 52,9%   | 4,5 p.p. |  |
| Depreciação e amortização                               | 59.181  | 56.993               | 3,8%       | 224.151 | 206.816 | 8,4%     |  |

| Composição do EBITDA                 |         | Em milhares de reais |            |           |         |          |  |
|--------------------------------------|---------|----------------------|------------|-----------|---------|----------|--|
| Descrição                            | 4T25    | 4T24                 | Var. %     | 2025      | 2024    | Var. %   |  |
| EBITDA                               | 273.438 | 246.512              | 10,9%      | 1.010.655 | 913.446 | 10,6%    |  |
| Margem EBITDA (%)                    | 68,1%   | 75,6%                | (7,5 p.p.) | 73,7%     | 68,3%   | 5,4 p.p. |  |
| Margem de Construção ¹               | (778)   | (267)                | 191,4%     | (1.501)   | (2.296) | (34,6%)  |  |
| Provisão de Conserva Especial ²      | 12.436  | 13.336               | (6,7%)     | 47.889    | 51.730  | (7,4%)   |  |
| Provisão de Contingência             | (5.904) | 1.711                | (445,1%)   | 9.952     | 3.166   | 214,3%   |  |
| Outras (receitas) despesas, líquidas | (2.708) | (1.897)              | 42,8%      | (4.161)   | (7.824) | (46,8%)  |  |
| EBITDA Ajustado                      | 276.484 | 259.395              | 6,6%       | 1.062.834 | 958.222 | 10,9%    |  |
| Margem EBITDA Ajustado (%)           | 85,4%   | 86,6%                | (1,2 p.p.) | 87,0%     | 86,6%   | 0,5 p.p. |  |

¹ Margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OPCF 05. ² Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura.

**Resultado Financeiro:** A Companhia apresentou um **Resultado Financeiro Líquido** negativo de R\$ 84.051 no 4T25 (redução de 11,8% vs. 4T24) e R\$ 320.850 mil em 2025 (aumento de 1,2% vs. 2024).

| Em milhares de reais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                 |                 |                |                  |                  |             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|----------------|------------------|------------------|-------------|
| Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 4T25            | 4T24            | Var. %         | 2025             | 2024             | Var. %      |
| Receitas Financeiras                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 13.043          | 16.176          | (19,4%)        | 78.202           | 65.815           | 18,8%       |
| Despesas Financeiras                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | (97.094)        | (111.495)       | (12,9%)        | (399.052)        | (382.727)        | 4,3%        |
| <b>Resultado Financeiro Líquido</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <b>(84.051)</b> | <b>(95.318)</b> | <b>(11,8%)</b> | <b>(320.850)</b> | <b>(316.912)</b> | <b>1,2%</b> |
| As <b>Receitas Financeiras</b> totalizaram R\$ 13.043 mil no 4T25 (redução de 19,4% vs. 4T24) e R\$ 78.202 mil em 2025 (aumento de 18,8% vs. 2024). As variações são decorrentes do volume de aplicações financeiras da Companhia, bem como dos efeitos das taxas de juros a que tais aplicações estão expostas (CDI). Já as <b>Despesas Financeiras</b> alcançaram R\$ 97.094 mil no 4T25 (redução de 12,9% vs. 4T24) e 399.052 mil em 2025 (aumento de 4,3% vs. 2024). As variações são decorrentes dos empréstimos e debêntures da Companhia que estão indexados ao IPCA e CDI. <b>Endividamento:</b> O saldo da Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2025 apresentou aumento de 2,9% quando comparado à 31 de dezembro de 2024. |                 |                 |                |                  |                  |             |

|                              |                         | Em milhares de reais    |        |  |  |  |  |
|------------------------------|-------------------------|-------------------------|--------|--|--|--|--|
| Descrição                    | 31 de dezem-bro de 2025 | 31 de dezem-bro de 2024 | Var. % |  |  |  |  |
| Dívida Bruta                 | 2.778.840               | 3.135.015               | -11,4% |  |  |  |  |
| Empréstimos e Debêntures     | 2.778.840               | 3.135.015               | -11,4% |  |  |  |  |
| Caixa e Aplicação Financeira | (140.987)               | (572.646)               | -75,4% |  |  |  |  |
| Dívida Líquida               | 2.637.853               | 2.562.369               | 2,9%   |  |  |  |  |

Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

**RATINGS:** Em 29 de janeiro de 2025, a agência de classificação de risco Moody's Local ("Moody's") afirmou os ratings "AAA.br", com perspectiva estável, da 1ª Emissão de Debêntures ("ODTR") e da 2ª Emissão de Debêntures ("CBAN") da Companhia. Posteriormente, em 15 de abril de 2025, a agência Fitch Ratings ("Fitch") também afirmou os ratings "AAA(br)", com perspectiva estável, para ambas as emissões. Em 15 de outubro de 2025, a Companhia efetuou a liquidação da 1ª Emissão de Debêntures ("ODTR").

⁴ Evento subsequente: em fevereiro de 2026, as agências Moody's e Fitch afirmaram os ratings "AAA.br" e "AAA(br)", respectivamente, com perspectiva estável da 2ª Emissão de Debêntures CBAN.

**Investimentos:** Os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Companhia no 4T25 totalizaram R\$ 95.307 mil, sendo R\$ 80.012 mil destinados à ampliação e R\$ 15.295 mil à manutenção. No 4T24, esses valores foram de R\$ 33.196 mil (R\$ 17.965 mil de ampliação e R\$ 15.231 mil de manutenção). No exercício de 2025, os investimentos somaram R\$ 190.992 mil, distribuídos entre R\$ 137.842 mil em ampliação e R\$ 53.150 mil em manutenção, frente a R\$ 226.741 mil em 2024 (R\$ 183.768 mil em ampliação e R\$ 42.973 mil em manutenção), demonstrando sua responsabilidade e compromisso com a segurança e bem-estar dos seus usuários, atingindo o montante de R\$ 4,4 bilhões já investidos desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 4T25 estão detalhadas abaixo: • Continuidade da implantação da Faixa Adicional entre o km 74+000 ao 88+150 da SP-065; • Continuidade do Acesso do Km 81 (Norte e Sul) da SP-065; • Continuidade duplicação do km 22+800 ao km 24+600 da SP-063; • Continuidade Marginais da SP-332 km 114 ao 121; • Continuidade de melhoria de Interseção dos km 116 e 119 da SP-332; • Início do Recapeamento SP332 – km 110+280 ao 121+120 – 4ª Intervenção; • Início do Recapeamento SP332 – km 121+120 ao 134+690 – 4ª Intervenção; • Início do Recapeamento SP065 – km 65+050 ao 88+150 – 4ª Intervenção; • Início do Recapeamento SP065 – km 88+150 ao 93+300 – 4ª Intervenção; • Início do Recapeamento SP065 – km 93+300 ao 113+000 – 4ª Intervenção; o Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários; • Obras de recuperação especial de pavimento e melhorias com sinalização; • Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

⁵ Não considera juros capitalizados.

**Resultado Líquido:** A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2025 um resultado líquido acumulado positivo de R\$ 335.485 mil, comparado a R\$ 310.405 mil no mesmo período do exercício anterior (aumento de 8,1% vs. 2024).

**4. Informações sobre a Companhia: Indicadores Operacionais:** A Companhia cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de Atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de Atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, entre outros. No exercício de 2025, foram realizados aproximadamente 96 mil socorros aos usuários ao longo da malha viária, volume equivalente ao registrado no mesmo período do exercício anterior, compostos basicamente da seguinte forma: • 64,9% de serviços de inspeção; • 18,8% de serviços de guincho; • 11,4% de serviços mecânicos; • 4,3% de serviços pré-hospitalares; • 0,6% de serviços com caminhão-pipa, apreensão de animais e apoio em geral.  **Gestão de Pessoas:** A Companhia utiliza ferramentas fundamentais na gestão de pessoas. A formação de pessoas nos ambientes de trabalho aliado ao treinamento contínuo reforça ainda mais a cultura empresarial da Companhia, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na sua capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão segue as melhores práticas de Compliance e estimula a equipe na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava com um total de 651 integrantes em seu quadro, sendo CLT, Estatutário, Jovem Aprendiz e Estagiário, ante 657 integrantes do mesmo período do exercício anterior.  **Equidade:** A Companhia mantém o compromisso com a equidade e a diversidade, monitorando periodicamente a composição do quadro de profissionais, reforçando a continuidade de ações voltadas à promoção de maior equilíbrio e inclusão no ambiente corporativo. A tabela a seguir compara a quantidade de integrantes na Companhia entre os exercícios findos em 2025 e 2024, segmentados por gênero e nível hierárquico, conforme disposto no art. 133, parágrafo 6º, da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada pela Lei 15.177/2025:

| Headcount Operacional/ Administrativo | Feminino |      | Masculino |      | Total |      |
|---------------------------------------|----------|------|-----------|------|-------|------|
|                                       | 2025     | 2024 | 2025      | 2024 | 2025  | 2024 |
| Praças de Pedágio                     | 207      | 215  | 34        | 34   | 241   | 249  |
| Atendimento Pré-Hospitalar            | 21       | 22   | 46        | 44   | 67    | 66   |
| Posto Geral de Fiscalização           | 7        | 8    | 8         | 9    | 15    | 17   |
| Outros Operacionais                   | 38       | 40   | 133       | 130  | 171   | 170  |
| Estagiário/Aprendiz                   | 14       | 14   | 10        | 11   | 24    | 25   |
| Administrativo                        | 50       | 50   | 48        | 46   | 98    | 96   |
| Coordenação                           | 8        | 8    | 9         | 8    | 17    | 16   |
| Gerencial                             | 2        | 2    | 14        | 14   | 16    | 16   |
| Total Geral                           | 347      | 359  | 302       | 296  | 649   | 655  |

A tabela a seguir compara a quantidade de executivos na Companhia entre os anos de 2024 e 2025, segmentados por gênero.

| Headcount Diretoria   | Feminino |      | Masculino |      | Total |      |
|-----------------------|----------|------|-----------|------|-------|------|
|                       | 2025     | 2024 | 2025      | 2024 | 2025  | 2024 |
| Diretoria Estatutária | –        | –    | 2         | 2    | 2     | 2    |

As tabelas a seguir demonstram a média da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia, e a evolução comparativa dos indicadores entre o exercício findo em 2025 e o exercício imediatamente anterior.

| Representatividade 2025 (Base 100) | Feminino (Feminino/Masculino) |          |          | Masculino (Masculino/Masculino) |          |          |
|------------------------------------|-------------------------------|----------|----------|---------------------------------|----------|----------|
|                                    | Fixa                          | Variável | Eventual | Fixa                            | Variável | Eventual |
| Praças de Pedágio                  | 100%                          | 102%     | N/A      | 100%                            | 100%     | N/A      |
| Atendimento Pré-Hospitalar         | 102%                          | 88%      | N/A      | 100%                            | 100%     | N/A      |
| Posto Geral de Fiscalização        | 100%                          | 130%     | N/A      | 100%                            | 100%     | N/A      |
| Outros Operacionais                | 82%                           | 83%      | N/A      | 100%                            | 100%     | N/A      |
| Estagiário/Aprendiz                | 100%                          | N/A      | N/A      | 100%                            | N/A      | N/A      |
| Administrativo                     | 73%                           | 80%      | N/A      | 100%                            | 100%     | N/A      |
| Coordenação                        | 81%                           | 86%      | N/A      | 100%                            | 100%     | N/A      |
| Gerencial                          | 130%                          | 146%     | N/A      | 100%                            | 100%     | N/A      |
| Diretoria Estatutária              | 0%                            | 0%       | N/A      | 100%                            | 100%     | N/A      |

| Representatividade 2024<br>(Base 100) | Feminino<br>(Feminino/Masculino) |          |          | Masculino<br>(Masculino/Masculino) |          |          |
|---------------------------------------|----------------------------------|----------|----------|------------------------------------|----------|----------|
|                                       | Fixa                             | Variável | Eventual | Fixa                               | Variável | Eventual |
| Praças de Pedágio                     | 101%                             | 93%      | N/A      | 100%                               | 100%     | N/A      |
| Atendimento Pré-Hospitalar            | 100%                             | 98%      | N/A      | 100%                               | 100%     | N/A      |
| Posto Geral de Fiscalização           | 101%                             | 113%     | N/A      | 100%                               | 100%     | N/A      |
| Outros Operacionais                   | 79%                              | 71%      | N/A      | 100%                               | 100%     | N/A      |
| Estagiário/Aprendiz                   | 100%                             | N/A      | N/A      | 100%                               | N/A      | N/A      |
| Administrativo                        | 71%                              | 71%      | N/A      | 100%                               | 100%     | N/A      |
| Coordenação                           | 79%                              | 84%      | N/A      | 100%                               | 100%     | N/A      |
| Gerencial                             | 137%                             | 151%     | N/A      | 100%                               | 100%     | N/A      |
| Diretoria Estatutária                 | 0%                               | 0%       | N/A      | 100%                               | 100%     | N/A      |

... continuação

dos são distribuídos para a população em situação de vulnerabilidade das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro I e, somente a partir de 2021, já foram distribuídos 2.127 cobertores novos e mais de 8 mil peças de roupa. **5.3 Governança Corporativa:** A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas do mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Abaixo estão listadas as principais práticas adotadas. **Órgãos da Administração:** A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia. Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança. Exceto no que se refere às matérias de deliberação dos acionistas nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias. O Presidente do Conselho de Administração é eleito dentre os seus membros, sendo que ele terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias. A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, admitida a reeleição. As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestar informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia. Além dos órgãos estatutários e de governança, a Companhia conta com Comitê de Auditoria, Risco e Conformidade. Além disso, a Companhia, por ser Companhia aberta e registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação anual de publicação no site da Companhia e no site da CVM do seu Formulário de Referência, o qual menciona todos os contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas. Por fim, a Companhia possui uma Política de Divulgação de Fato Relevante em linha com a instrução da CVM e comunica ao mercado todos os eventos que

possam ser de interesse de seus investidores. **Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Em 2025, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações Contábeis. As informações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as normas contábeis internacionais de relatório financeiro (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), além da legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Os dados não financeiros incluídos neste relatório, tais como indicadores operacionais, *headcount*, ações ambientais e programas sociais, entre outros, são medições não contábeis e não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes. **Conduta e Código de Ética:** A Política de *Compliance* prevê a realização de programas de capacitação dos Integrantes da Companhia sobre os temas da Política. Quando da admissão de novos Integrantes, é realizado o programa de capacitação a respeito da Política de *Compliance* da Companhia. Além disso, anualmente são promovidos treinamentos com todos os Integrantes da Companhia sobre a Política de *Compliance* e as demais políticas internas da Companhia. A Política de *Compliance* se aplica a todos os Integrantes e pode ser consultada por eles através de comunicados internos, através do portal interno de comunicação da Companhia e está disponível na rede mundial de computadores na página da Companhia. A terceiros, a Política de *Compliance* é aplicada por meio da atuação dos Líderes, que são responsáveis pela contratação e pelo cadastro destes. Tais Líderes devem implantar e formalizar um processo de avaliação e diligência dos terceiros de acordo com os princípios da Política de *Compliance*, além do treinamento de *Compliance* na integração destes profissionais que ingressam na Companhia para prestação de serviços. O Sistema de *Compliance* da Com-

panhia é composto por um canal de comunicação confidencial, administrado pela empresa independente Contato Seguro, por meio do qual são recebidos, tanto pelo 0800, quanto pelo website, relatos de desvios do Compromisso de Atuação, os quais são comunicados periodicamente ao Comitê de Ética. O canal de denúncia da Companhia possui mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé. Além disso, a Companhia faz com frequência divulgações e palestras que visam garantir a transparência, o compromisso, a confiabilidade e a segurança no ambiente de trabalho. Em 17 de agosto de 2022, a Companhia conquistou a certificação da ABNT NRB ISO 37001:2017 – Sistemas de Gestão Antissuborno ("Certificação"), que atesta que a Companhia possui processos integrados de prevenção, mitigação, detecção e abordagem visando agir contra práticas potenciais ou reais de suborno. A Certificação reafirma o compromisso de atuação ética, íntegra e transparente da Companhia, além de sua preocupação em assegurar que todos os seus procedimentos estejam em linha com os altos padrões nacionais e internacionais de *Compliance*. Em 13 de novembro de 2024, a Companhia aderiu ao O PACTO BRASIL PELA INTEGRIDADE EMPRESARIAL, uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), em que a Companhia assume, voluntariamente, o compromisso em agir com honestidade, transparência e responsabilidade em todas as interações, adotando práticas éticas que promovem a confiança entre clientes, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. Em 23 de junho de 2025 a Companhia aderiu ao PACTO EMPRESARIAL PELA INTEGRIDADE E CONTRA A CORRUPÇÃO do Instituto Ethos, sendo tal pacto um compromisso voluntário assumido por empresas privadas e públicas, cujo objetivo é unificar na promoção de um mercado mais íntegro e ético e reduzir as diferentes práticas de corrupção, assumindo o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus funcionários e stakeholders, a fim de que seja cumprida integralmente. Ademais, a Companhia realiza campanhas e palestras periódicas sempre reforçando o dever de uma atuação ética, bem como disponibiliza em seu jornal

interno, o "Tá na Rota", notas sobre ética em coluna denominada "Momento Compliance". **Transparência e Gestão:** A Companhia mantém em seu website espaço dedicado à área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das suas informações e resultados. A Companhia divulga de forma tempestiva as informações trimestrais e anuais legalmente exigidas e utiliza práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões. **6. Considerações Finais: Agradecimentos:** Aproveitamos para expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os integrantes da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. **Auditor Independente:** A Companhia, em atendimento às determinações da Instrução CVM 162/2022, informa que a KPMG Auditores Independentes Ltda., empresa contratada para prestar serviços de auditoria, não prestou outros serviços que não fossem os relacionados a auditoria externa. Informa, também, que adota como política de atuação junto aos auditores independentes o atendimento as determinações legais e regulamentares que definem as restrições de serviços dos auditores independentes, de forma a evitar a existência de conflito de interesses e a preservar a independência do auditor. Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da intenção, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou promover negócios interesses. **Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e suas alterações, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordaram com a opinião expressa no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido nesta data e com as devidas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Itabita, 6 de março de 2026.  
A Administração

| Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais) |       |                  |                  |                                                 |        |                  |                  |
|-------------------------------------------------------------------------------|-------|------------------|------------------|-------------------------------------------------|--------|------------------|------------------|
| Ativo                                                                         | Notas | 31/12/2025       | 31/12/2024       | Passivo e patrimônio líquido                    | Notas  | 31/12/2025       | 31/12/2024       |
| <b>Circulante</b>                                                             |       |                  |                  | <b>Circulante</b>                               |        |                  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa                                                 | 6     | 140.987          | 204.579          | Fornecedores                                    | 13     | 47.024           | 33.860           |
| Aplicações financeiras                                                        | 7     | -                | 368.067          | Passivo de arrendamento                         | 15     | 18.560           | 21.246           |
| Contas a receber                                                              | 8     | 92.616           | 85.525           | Debêntures                                      | 14     | 107.773          | 712.897          |
| Tributos a recuperar                                                          | -     | 3.552            | 28.224           | Empréstimos                                     | 14     | 1.290            | 51.063           |
| Despesas antecipadas                                                          | -     | 4.757            | 4.712            | Obrigações sociais e trabalhistas               | 17     | 12.002           | 11.932           |
| Outros ativos                                                                 | -     | 2.282            | 1.580            | Obrigações tributárias                          | 18     | 18.138           | 24.920           |
| <b>Total do ativo circulante</b>                                              |       | <b>244.194</b>   | <b>692.687</b>   | IRPJ e contribuição social                      | 18     | 498              | -                |
| <b>Não circulante</b>                                                         |       |                  |                  | Provisão de conserva especial                   | 20     | 27.933           | -                |
| Imposto de renda e contribui-                                                 |       |                  |                  | Dividendos e Juros sobre                        |        |                  |                  |
| ção social diferidos                                                          | 9     | 19.171           | 49.821           | capital próprio a pagar                         | 16 (a) | 28.390           | 91.264           |
| Despesas antecipadas                                                          | -     | 459              | 352              | Outros passivos                                 | -      | 8.714            | 7.761            |
| Depósitos judiciais                                                           | 10    | 121.532          | 111.007          | <b>Total do passivo circulante</b>              |        | <b>270.322</b>   | <b>954.943</b>   |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                                               |       | <b>141.162</b>   | <b>161.180</b>   | <b>Não circulante</b>                           |        |                  |                  |
| Intangível                                                                    | 11    | 3.442.798        | 3.587.310        | Debêntures                                      | 14     | 2.620.133        | 2.371.055        |
| Ativo de contrato                                                             | 11    | 186.755          | 91.807           | Empréstimos                                     | 14     | 49.644           | -                |
| Imobilizado                                                                   | 12    | 2.258            | 1.740            | Passivo de arrendamento                         | 15     | 29.516           | 32.230           |
| <b>Total do ativo não circulante</b>                                          |       | <b>3.772.973</b> | <b>3.842.037</b> | Fornecedores                                    | 13     | 7.135            | 12.224           |
| <b>Total do ativo</b>                                                         |       | <b>4.017.167</b> | <b>4.534.724</b> | Obrigações tributárias                          | 18     | 1.858            | 1.484            |
| As notas explicativas da Administração                                        |       |                  |                  | Provisão para demandas judiciais                | 19     | 43.337           | 33.385           |
| são parte integrante das informações contábeis.                               |       |                  |                  | Provisão de conserva especial                   | 20     | 14.356           | 27.623           |
|                                                                               |       |                  |                  | <b>Total passivo não circulante</b>             |        | <b>2.765.979</b> | <b>2.478.001</b> |
|                                                                               |       |                  |                  | <b>Patrimônio líquido</b>                       |        |                  |                  |
|                                                                               |       |                  |                  | Capital social                                  | 21 (a) | 556.799          | 556.799          |
|                                                                               |       |                  |                  | Reserva de capital                              | -      | 195.988          | 195.988          |
|                                                                               |       |                  |                  | Reservas de lucros                              | -      | 228.079          | 348.993          |
|                                                                               |       |                  |                  | <b>Total do patrimônio líquido</b>              |        | <b>980.866</b>   | <b>1.101.780</b> |
|                                                                               |       |                  |                  | <b>Total passivo e patrimônio líquido</b>       |        | <b>4.017.167</b> | <b>4.534.724</b> |
| As notas explicativas da Administração                                        |       |                  |                  | As notas explicativas da Administração          |        |                  |                  |
| são parte integrante das informações contábeis.                               |       |                  |                  | são parte integrante das informações contábeis. |        |                  |                  |

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto Operacional – A Concessionária Rota das Bandeiras S.A.** ("Companhia" ou "Concessionária"), com sede em Itabita, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto. Foi constituída em 09 de fevereiro de 2009, e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos. A Concessionária possui sete Termos Aditivos Modificativos ("TAM") com a ARTESP, sendo: • (1º) firmado em dezembro de 2009, que altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira, Paulínia A e Paulínia B; • (2º) firmado em março de 2011, estabelece a aprovação da 1ª Adequação do Cronograma de Investimentos da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009; • (3º) firmado em setembro de 2014, referente à implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto ("PaP") na Rodovia SP-332 no trecho entre o km 119 e km 159, além de fixar o local onde os pórticos foram instalados, também garante o reequilíbrio da perda de receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do projeto; • (4º) firmado em setembro de 2016, referente à implantação do PaP na Rodovia SP-360, no trecho entre o km 61+900 e km 81+220; • (5º) firmado em setembro de 2017, tem como objetivo a extensão do prazo de operação do Projeto PaP da Rodovia SP-332 entre o km 119 e km 159, para o mesmo prazo de término do contrato de concessão; • (6º) firmado em dezembro de 2018, tem como objeto a extensão do prazo do Projeto PaP da Rodovia SP-360 entre o km 61+900 e km 81+220, para a mesma vigência do contrato de concessão; • (7º) firmado em agosto de 2023, teve como objetivo estabelecer a compensação de passivos e ativos regulatórios, disciplinar a duplicação de 1,8 km na SP-063 (trecho do DER) às expensas da Concessionária e prever a intenção de incluir no escopo do Contrato o investimento necessário para implantação de um novo dispositivo na Rodovia SP-063. Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária. Em 19 de maio de 2010, a Companhia realizou o pedido de registro de companhia aberta para categoria "B" à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), motivada pela intenção de realizar oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão da Companhia, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400. O registro foi deferido em 30 de junho de 2010. O pedido de registro de Companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus investidores, credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro. Em 27 de maio de 2019, a então controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBVias") alienou o equivalente a 85% do capital social da Companhia para o RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("RDB FIP"), fundo de investimento constituído no Brasil, naquele momento gerido pela Farallon Capital Management LLC ("Farallon") e Mubadala Investment Company ("Mubadala"). No quarto trimestre de 2020, os cotistas do RDB FIP tiveram sua estrutura societária alterada, de forma que os fundos geridos pela Mubadala passaram a deter a totalidade das participações anteriormente detidas, direta ou indiretamente, pelos fundos geridos pela Farallon. Não obstante, cumpre salientar que Mubadala já detinha participação majoritária nas entidades que investem no RDB FIP e que tal operação, no âmbito dos investidores do RDB FIP, não teve como efeito a alienação do controle indireto da Companhia. Em 11 de maio de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda de ações que alienou a totalidade da participação do RDB FIP no capital social da Companhia à Rodovias do Brasil Holding S.A. ("RBH"), sociedade controlada pelo RDB FIP. Desta forma, a RBH, passou a ser acionista direta da Companhia, passando a deter o equivalente a 85% de seu capital social. Com isso, o RDB FIP deixou de deter participação direta na Companhia, sendo certo, contudo, que, uma vez que a RBH é controlada do RDB FIP, o RDB FIP permanece como controlador indireto da Companhia. Considerando que o RDB FIP permanece na qualidade de controlador da Companhia, de forma indireta, a operação não resulta na efetiva alteração de controle da Companhia, de forma que não se aplica o previsto no artigo nº 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). Em 26 de março de 2025 ocorreu a liquidação do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Desta forma, a OTP Rodovias S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.), passou a ser acionista direta na Companhia, com 15% de seu capital social. **Capital circulante líquido:** A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2025 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 26.128 (Em 31 de dezembro de 2024 o capital circulante líquido era negativo, tendo o passivo circulante superado o ativo circulante em R\$ 262.256).

**2. Apresentação das demonstrações financeiras – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as normas contábeis internacionais de relatório financeiro (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), além da legislação societária brasileira. A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária

brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a companhias abertas. A IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de março de 2026. **2.2. Base de preparação:** Estas demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a valor justo. Assim, essas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos do direito de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de demanda, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são materiais para as demonstrações contábeis, estão divulgadas nas Notas Explicativas no 3.2 e 3.3. **2.3. Descrição das principais políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

**a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. **b) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras encontram-se registradas ao valor justo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitadas ao seu valor de realização. **c) Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (equivalente ao IFRS 9) estabelece princípios e requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros, além de alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros, quando estes se equiparam a instrumentos financeiros, que devem ser tratados contabilmente como instrumentos financeiros, conforme definido nos itens 2.4 a 2.6 da norma. **(i) Classificação e mensuração subsequente:** A Companhia classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir: (a) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; (b) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável, (c) contrato de garantia financeira, (d) compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado e (e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinação de negócios. **(ii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv) Impairment de ativos financeiros:** Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos

| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais) |                |                    |                    |                               |                   |                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|--------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------|------------------|
|                                                                                                          | Capital social | Reserva de capital | Reservas de lucros |                               | Lucros acumulados | Total            |
|                                                                                                          |                |                    | Reserva legal      | Reserva de retenção de lucros |                   |                  |
| <b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>                                                                   | <b>556.799</b> | <b>195.988</b>     | <b>24.819</b>      | <b>253.269</b>                | <b>-</b>          | <b>1.030.875</b> |
| Lucro líquido do período                                                                                 | -              | -                  | -                  | -                             | 310.405           | 310.405          |
| Dividendos intermediários distribuídos (Nota 21b)                                                        | -              | -                  | -                  | (95.000)                      | -                 | (95.000)         |
| Reserva legal (Nota 21b)                                                                                 | -              | -                  | 15.520             | -                             | (15.520)          | -                |
| Juros sobre Capital Próprio (imputados aos dividendos) (Nota 21b)                                        | -              | -                  | -                  | -                             | (73.721)          | (73.721)         |
| Juros sobre Capital Próprio (Nota 21b)                                                                   | -              | -                  | -                  | -                             | (70.779)          | (70.779)         |
| Reserva de retenção de lucros (Nota 21b)                                                                 | -              | -                  | -                  | 150.385                       | (150.385)         | -                |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>                                                                   | <b>556.799</b> | <b>195.988</b>     | <b>40.339</b>      | <b>308.654</b>                | <b>-</b>          | <b>1.101.780</b> |
| Lucro líquido do período                                                                                 | -              | -                  | -                  | -                             | 335.485           | 335.485          |
| Dividendos intermediários distribuídos (Nota 21b)                                                        | -              | -                  | -                  | (308.654)                     | (77.346)          | (386.000)        |
| Juros sobre Capital Próprio (imputados aos dividendos) (Nota 21b)                                        | -              | -                  | -                  | -                             | (6.525)           | (6.525)          |
| Juros sobre Capital Próprio (Nota 21b)                                                                   | -              | -                  | -                  | -                             | (63.875)          | (63.875)         |
| Reserva de retenção de lucros (Nota 21b)                                                                 | -              | -                  | -                  | 187.739                       | (187.739)         | -                |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>                                                                  | <b>556.799</b> | <b>195.988</b>     | <b>40.339</b>      | <b>187.739</b>                | <b>-</b>          | <b>980.866</b>   |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

| Demonstrações do Resultado                                                             |       |            |            | Demonstrações dos Fluxos de Caixa                                             |         |            |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-------|------------|------------|-------------------------------------------------------------------------------|---------|------------|------------|
| em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)                                |       |            |            | em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)                       |         |            |            |
|                                                                                        | Notas | 31/12/2025 | 31/12/2024 |                                                                               | Nota    | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Receita líquida                                                                        | 22    | 1.371.224  | 1.336.565  | Fluxos de caixa das atividades operacionais                                   |         |            |            |
| Custo dos serviços prestados                                                           | 23    | (537.149)  | (600.583)  |                                                                               |         |            |            |
| Lucro bruto                                                                            |       | 834.075    | 735.982    | Lucro líquido do exercício antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social |         | 465.654    | 389.718    |
| Despesas/(receitas) operacionais                                                       |       |            |            | Ajustes                                                                       |         |            |            |
| Gerais e administrativas                                                               | 23    | (51.578)   | (37.176)   | Depreciação e amortização                                                     | 23      | 224.151    | 206.816    |
| Perdas de créditos esperadas                                                           | 8     | (154)      | -          | Provisão de conserva especial                                                 | 23      | 47.889     | 51.730     |
| Outras receitas (despesas), líquidas                                                   | 25    | 4.161      | 7.824      | Provisão para contingências                                                   | 19      | 9.952      | 3.166      |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido                               |       | 786.504    | 706.630    | Margem de construção – ICPC 01                                                | 22 e 23 | (1.502)    | (2.296)    |
| Receitas financeiras                                                                   | 24    | 78.202     | 65.815     | Receita diferida                                                              |         | 814        | 338        |
| Despesas financeiras                                                                   | 24    | (399.052)  | (382.727)  | Baixa líquida de arrendamento – CPC 06 (R2)                                   |         | (2.647)    | 194        |
| Resultado financeiro, líquido                                                          |       | (320.850)  | (316.912)  | Perdas de créditos esperadas                                                  | 8       | 154        | -          |
| Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social                               |       | 465.654    | 389.718    | Perda de arrecadação                                                          |         | 51         | 6.222      |
| Imposto de renda e contribuição social corrente                                        | 26    | (99.519)   | (53.007)   | Capitalização de custo de empréstimos                                         | 24      | (12.263)   | (43.715)   |
| Imposto de renda e contribuição social diferido                                        | 26    | (30.650)   | (26.306)   | Juros e variações monetárias, líquidas                                        |         | 356.687    | 390.624    |
| Lucro líquido do exercício                                                             |       | 335.485    | 310.405    |                                                                               |         | 1.088.940  | 1.002.797  |
| Lucro básico e diluído por lote de mil ações no fim do período (R\$)                   | 29    | 602,52     | 557,48     | Variações nos ativos e passivos                                               |         |            |            |
|                                                                                        |       |            |            | Contas a receber                                                              | 8       | (7.091)    | (7.512)    |
|                                                                                        |       |            |            | Tributos a recuperar                                                          |         | 1.563      | (21.564)   |
|                                                                                        |       |            |            | Despesas antecipadas                                                          |         | (104)      | 1.644      |
|                                                                                        |       |            |            | Outros ativos                                                                 |         | (702)      | 12.681     |
| As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis. |       |            |            |                                                                               |         |            |            |

|                                                                                        |  |  |  |                                                             |    |                  |                |
|----------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|-------------------------------------------------------------|----|------------------|----------------|
| As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis. |  |  |  | Tributos a recuperar                                        | -  | 1.563            | (21.564)       |
|                                                                                        |  |  |  | Despesas antecipadas                                        | -  | (104)            | 1.644          |
|                                                                                        |  |  |  | Outros ativos                                               | -  | (702)            | 12.681         |
|                                                                                        |  |  |  | Depósitos judiciais                                         | -  | (469)            | (612)          |
|                                                                                        |  |  |  | Fornecedores                                                | -  | (2.566)          | (26.070)       |
|                                                                                        |  |  |  | Obrigações sociais e trabalhistas                           | 17 | 70               | (265)          |
|                                                                                        |  |  |  | Obrigações tributárias                                      | 18 | (6.408)          | (2.074)        |
|                                                                                        |  |  |  | Realização de pagamentos de provisão para conserva especial | -  | (45.883)         | (93.273)       |
|                                                                                        |  |  |  | Contas a pagar                                              | -  | 92               | (1.541)        |
|                                                                                        |  |  |  | <b>Caixa gerado nas operações</b>                           |    | <b>1.027.442</b> | <b>864.211</b> |
|                                                                                        |  |  |  | Imposto de Renda e Contribuição Social pagos                | -  | (84.116)         | (63.617)       |

... continuação

temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes, que atualmente são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social (Nota Explicativa nº 9). Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**h) Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **i) Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido das despesas de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 12 (a), limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos, bem como, quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado também são reconhecidos no resultado. Os custos subseqüentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a Companhia e o custo possa ser mensurado com confiabilidade. Os demais gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos. **j) Ativos intangíveis: (i) Infraestrutura:** Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **(ii) Software:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, de acordo com as taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 11. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa incorrida do exercício. **(iii) Direito de outorga:** Os gastos para exploração e desenvolvimento da concessão (direito de outorga) foram capitalizados e estão sendo amortizados pela curva de demanda. O direito de explorar a concessão foi reconhecido na Rubrica "Direito de outorga da concessão", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 11). O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda utilizada como base nas projeções da Companhia durante o prazo de concessão. **k) Provisões: (i) Provisão para manutenção:** A Companhia reconheceu uma provisão para conserva especial, decorrente dos gastos que serão incorridos com a manutenção da infraestrutura, para cumprir com as obrigações contratuais preestabelecidas no contrato de concessão, cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes. **(ii) Provisão para demandas judiciais:** As provisões para demandas judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e regulatórias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança (Nota Explicativa nº 19). **l) Fornecedores:** As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor, inclusive quando são partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13). **m) Credor pela aquisição da concessão:** Nessa rubrica é registrada a provisão mensal do ônus variável da concessão, referente aos serviços de regulação e fiscalização realizados pela ARTESP. Esse valor corresponde à alíquota de 1,5% sobre a receita bruta, sendo liquidado mensalmente. **n) Debêntures e empréstimos:** Os recursos financeiros tomados através de emissão de debêntures e empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva. **o) Demais passivos circulantes:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. **p) Receitas de contratos com clientes: (i) Receita de serviço:** A Companhia adota o CPC 47 (IFRS15), o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. A Companhia reconhece a receita quando: identifica os contratos com os clientes; identifica as diferentes obrigações do contrato; determina o preço da transação; aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e satisfaz todas as obrigações de desempenho. As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. **(ii) Receita de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 (IFRS 15)/ICPC 01 (R1) e OCP 05, à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato (Nota Explicativa nº 11), onde a Companhia estima que o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, seja equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%. **q) Benefícios a empregados: (i) Obrigações de aposentadoria:** Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede aos seus integrantes a opção de adesão ao plano de previdência complementar, firmando junto à Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("MetLife"). O plano de previdência complementar da Companhia, administrado pela MetLife proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contrapartidas mensais da patrocinadora. As contribuições da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram de R\$ 482 e R\$ 451, respectivamente. O risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou junto à MetLife não ser aplicável o tratamento de plano de benefício definido, conforme CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a empregados. **(ii) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratuamente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia possui provisão no montante de R\$ 5.540 e R\$ 6.128, respectivamente. **r) Ajuste a Valor Presente (AVP):** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **s) Arrendamento e Direito de uso:** O CPC 06 (R2), alinhado com o IFRS 16, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Concessionária avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamentos, mensurados a valor presente com base nos pagamentos a serem realizados durante o prazo dos arrendamentos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário

exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. O cálculo do valor presente dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamentos é realizado com base na taxa média de captação de dívidas no mercado, com prazos equivalentes e deduzidas da inflação acumulada. **t) Ativo de Contrato:** O Ativo de Contrato é caracterizado pelas obras durante a fase de construção, sendo transferidas para o ativo intangível após sua conclusão. Enquanto "obras em andamento", a Companhia estima o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, sendo equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%, conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. **u) Depósitos Judiciais:** Em alinhamento com o CPC 25 (IAS 37) – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, são valores depositados em juízo para garantir obrigações ou discutir litígios judiciais, reconhecidos no ativo por determinação judicial ou voluntariamente, quando considerados passíveis de recuperação e sejam devidamente controlados pela Companhia. São mensurados inicialmente pelo valor efetivamente depositado e corrigidos periodicamente por atualização monetária, tendo suas contrapartidas reconhecidas no resultado, em contas de receita ou despesa financeira. **v) Dividendos e JSCP:** Em observância a Lei nº 6.404/76 e ao Estatuto Social, a Companhia adota a prática de distribuição de dividendos com base no lucro líquido apurado no exercício, observado o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após constituição da reserva legal. Os dividendos são propostos pela Administração e após aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, são pagos de acordo com os prazos deliberados. Além dos dividendos, a Companhia pode distribuir Juros sobre o Capital Próprio, podendo inclusive, imputá-los aos dividendos mínimos obrigatórios. O montante distribuído nesta natureza está sujeito a retenção de imposto de renda na fonte e deve ser definido com base da disponibilidade de lucros e reservas, sendo limitado a aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido da Companhia, conforme Lei nº 9.249/95. **2.4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia analisou as normas, interpretações e alterações às normas contábeis emitidas, revisadas e aplicadas pela primeira vez no exercício e concluiu que não são aplicáveis às suas operações, não havendo quaisquer impactos nas demonstrações financeiras, alteração nas políticas contábeis, ou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações. **2.5. Novas normas contábeis, revisões e interpretações ainda não efetivas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alterações nas IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as alterações às IFRS 9 e IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratuamente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – *ORA (Other Comprehensive Income – OCI)*. As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. **b) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 (R1) e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 – Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Entre outras, essas mudanças incluem, especialmente, nova categorização e subtópicos na demonstração do resultado, novos requisitos para agregação/desagregação e rotulagem de informações, bem como a exigência da divulgação de medidas de desempenho (MEP) definidas pela administração. Prevê também a alteração do ponto de partida para determinação do fluxo de caixa das operações pelo método indireto. A norma efetiva correlata foi emitida no Brasil em 07 de janeiro de 2026 por meio do CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis em substituição do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, com vigência para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva para efeito de comparabilidade. **c) Reforma Tributária Brasileira:** Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. A reforma tem como objetivo simplificar o sistema tributário, baseado na tributação no destino, a não cumulatividade, a legislação nacional única e a gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à diversidade de regras vigentes. Durante o período de transição, as entidades devem avaliar os efeitos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime. Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades deverão avaliar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime antigo, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou eventual perda de direito creditório. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estão atualmente analisando os potenciais impactos contábeis trazidos pela reforma, sem nenhuma manifestação formal até a presente data. Enquanto isso, as entidades devem monitorar os efeitos potenciais sobre suas demonstrações financeiras e divulgar nas notas explicativas as principais incertezas e julgamentos envolvidos. Neste sentido, o artigo 373 da mesma Lei trata da regulamentação dos ajustes para contratos firmados antes da sua vigência, especificamente sobre os instrumentos para reequilíbrio econômico-financeiro de contratos afetados pela Reforma Tributária, permitindo ajustes provisórios para mitigar impactos antes da decisão final e estabelecendo diretrizes para que entes federativos regulamentem esses procedimentos. Em dezembro de 2025 foi promulgada a Lei 15.270, que estabeleceu a retenção na fonte de 10 % de IRRF sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas, quando o total recebido de uma mesma pessoa jurídica no mesmo mês exceder a R\$ 50 mil. Até então, essas distribuições de dividendos eram isentas. A exigência entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2026. **2.6. Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). **2.7. Informações por segmento:** A Administração da Companhia, na qualidade de principal tomador de decisões operacionais para fins do CPC 22 – Informações por Segmento, avaliou os requisitos do pronunciamento e concluiu que atua em um único segmento operacional, o qual consiste na exploração de concessão pública de infraestrutura de transporte rodoviário. A área geográfica de concessão explorada pela Companhia se localiza dentro do estado de São Paulo e as receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias. As demais receitas não representam mais de dez por cento das receitas totais da Companhia. **3. Gestão de risco financeiro – a. Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas

a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **b. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia,

|                                         | Valor Contábil | Fluxo Financeiro (i) | Menos de um Ano (i) | Entre um e dois Anos (i) | Entre dois e cinco Anos (i) | Acima de cinco Anos (i) |
|-----------------------------------------|----------------|----------------------|---------------------|--------------------------|-----------------------------|-------------------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b> |                |                      |                     |                          |                             |                         |
| Fornecedores e outras obrigações (ii)   | 59.127         | 59.127               | 51.992              | 7.135                    | –                           | –                       |
| Juros sobre o capital próprio           | 28.390         | 28.390               | 28.390              | –                        | –                           | –                       |
| Passivo de arrendamento                 | 48.076         | 48.076               | 18.560              | 28.866                   | 145                         | 505                     |
| Debêntures                              | 2.727.906      | 4.516.744            | 229.985             | 224.828                  | 1.710.235                   | 2.351.696               |
| Empréstimos                             | 50.934         | 62.905               | 7.062               | 55.842                   | –                           | –                       |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> |                |                      |                     |                          |                             |                         |
| Fornecedores e outras obrigações (ii)   | 50.872         | 50.872               | 38.648              | 12.224                   | –                           | –                       |
| Debêntures                              | 3.083.952      | 5.021.588            | 832.081             | 419.524                  | 1.300.659                   | 2.469.324               |
| Empréstimos                             | 51.063         | 57.844               | 57.844              | –                        | –                           | –                       |

(i) Os valores aqui apresentados são fluxos de caixa contratuais não descontados, que não serão necessariamente conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures e empréstimos; (ii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não consideram as obrigações decorrentes de legislação.

**d. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** A Companhia, em observação ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros (IFRS 7), apresenta a seguir o quadro de sensibilidade para o risco de taxas de juros a que está exposta considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2025, sendo, os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador dos instrumentos financeiros ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2025 e com base nas projeções do CDI e IPCA, extraídos do Relatório Focus do BCB em 09 de janeiro de 2026, foi definido o cenário provável. O quadro a seguir demonstra a projeção do efeito da variação das taxas de juros no resultado futuro de 12 meses e patrimônio líquido, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2025.

| Instrumento                                | Índice | Cenário Provável       |        |                       |
|--------------------------------------------|--------|------------------------|--------|-----------------------|
|                                            |        | Saldo em<br>31/12/2025 | Taxa   | Despesa<br>a incorrer |
| <b>Passivo</b>                             |        |                        |        |                       |
| Empréstimos                                | CDI    | (51.290)               | 12,15% | (6.232)               |
| Debêntures                                 | CDI    | (636.709)              | 12,15% | (77.360)              |
| <b>Exposição líquida – CDI</b>             |        | <b>(687.999)</b>       |        | <b>(83.592)</b>       |
| <b>Passivo</b>                             |        |                        |        |                       |
| Debêntures                                 | IPCA   | (2.318.914)            | 4,05%  | (93.916)              |
| <b>Exposição líquida – IPCA</b>            |        | <b>(2.318.914)</b>     |        | <b>(93.916)</b>       |
| <b>Despesas totais líquidas a incorrer</b> |        |                        |        | <b>(177.508)</b>      |

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das projeções dos indexadores relacionados. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de Tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia previamente aprovadas pela Diretoria. A análise apresentada tem por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente as estimativas e premissas utilizadas nos cálculos, no entanto, a liquidação de transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados a um ativo-objeto durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **e. Exposição aos riscos de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar esses riscos, a Companhia mantém contas e aplicações em instituições consideradas de primeira linha pela Administração, além de realizar o acompanhamento contínuo das posições em aberto. Não obstante, as receitas de pedágio se dão de forma pulverizada, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para as receitas acessórias, a Companhia adota medidas de controle que incluem a possibilidade de interromper a prestação de serviços em caso de inadimplência. **f. Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização. **g. Debêntures e empréstimos:** As debêntures e os empréstimos, classificados entre passivos circulantes e não circulantes, são mensurados contabilmente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O valor justo dos passivos financeiros foi estimado com base em informações de mercado observáveis, utilizando metodologias apropriadas para cada instrumento financeiro. Os valores contábeis e justos desses passivos estão demonstrados na nota explicativa nº 4. **3.1. Gestão de capital:** A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures e empréstimos (incluindo os valores de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de endividamento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser assim sumarizados:

**4. Instrumentos financeiros por categoria** – A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros que são mensurados e registrados pelo custo amortizado. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e justos dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025:

| Ativos                                    | Ativos ao valor justo por meio do resultado |            | Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado |            |
|-------------------------------------------|---------------------------------------------|------------|--------------------------------------------------|------------|
|                                           | 31/12/2025                                  | 31/12/2024 | 31/12/2025                                       | 31/12/2024 |
| <b>Ativos</b>                             |                                             |            |                                                  |            |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 6) | –                                           | –          | 140.987                                          | 204.579    |
| Aplicações financeiras (Nota nº 7)        | –                                           | 368.067    | –                                                | –          |
| Contas a receber (Nota nº 8)              | –                                           | –          | 92.616                                           | 85.525     |
|                                           | –                                           | 368.067    | 233.603                                          | 290.104    |
| <b>Passivos</b>                           |                                             |            |                                                  |            |
| Debêntures (Nota nº 14) (i)               | –                                           | –          | 2.727.906                                        | 3.083.952  |
| Empréstimos (Nota nº 14) (i)(ii)          | –                                           | –          | 50.934                                           | 51.063     |
| Fornecedores (Nota nº 13)                 | –                                           | –          | 54.159                                           | 46.084     |
| Juros sobre capital próprio (Nota nº 16)  | –                                           | –          | 28.390                                           | 91.264     |
| Outros passivos                           | –                                           | –          | 4.968                                            | 4.788      |

(i) Valor líquido do custo de transação. (ii) Nota comercial vigente sem histórico de negociação no mercado secundário.

Caso fosse adotado o critério de reconhecer as debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados se dariam conforme abaixo:

| Nível                       | Valor Justo |            | Valor Contábil |            |
|-----------------------------|-------------|------------|----------------|------------|
|                             | 31/12/2025  | 31/12/2024 | 31/12/2025     | 31/12/2024 |
| <b>Passivos</b>             |             |            |                |            |
| Debêntures (Nota nº 14) (i) | 2.525.833   | 2.843.907  | 2.727.906      | 3.083.952  |
|                             | 2.576.767   | 2.894.969  | 2.778.840      | 3.135.014  |

Conforme definido pelo CPC 46 (IFRS 13) – Mensuração do Valor Justo, as mensurações de valor justo dos instrumentos financeiros divulgados pela Companhia são classificadas no Nível 2, por se basearem em dados observáveis de mercado. A comparação entre os *spreads* contratuais e de mercado (ANBIMA) indica que o efeito de marcação a mercado não é expressivo, resultando em valores justos próximos dos valores contábeis.

**5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros** – A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* podem ser avaliadas mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

|                                                          | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|----------------------------------------------------------|------------|------------|
| <b>Contas a receber</b>                                  |            |            |
| <b>Contrapartes sem classificação externa de crédito</b> |            |            |
| Pedágios                                                 | 90.204     | 82.971     |
| Receitas acessórias                                      | 2.412      | 2.554      |

sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar que as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa sejam suficientes para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

|                                         | Valor Contábil | Fluxo Financeiro (i) | Menos de um Ano (i) | Entre um e dois Anos (i) | Entre dois e cinco Anos (i) | Acima de cinco Anos (i) |
|-----------------------------------------|----------------|----------------------|---------------------|--------------------------|-----------------------------|-------------------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b> |                |                      |                     |                          |                             |                         |
| Fornecedores e outras obrigações (ii)   | 59.127         | 59.127               | 51.992              | 7.135                    | –                           | –                       |
| Juros sobre o capital próprio           | 28.390         | 28.390               | 28.390              | –                        | –                           | –                       |
| Passivo de arrendamento                 | 48.076         | 48.076               | 18.560              | 28.866                   | 145                         | 505                     |
| Debêntures                              | 2.727.906      | 4.516.744            | 229.985             | 224.828                  | 1.710.235                   | 2.351.696               |
| Empréstimos                             | 50.934         | 62.905               | 7.062               | 55.842                   | –                           | –                       |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> |                |                      |                     |                          |                             |                         |
| Fornecedores e outras obrigações (ii)   | 50.872         | 50.872               | 38.648              | 12.224                   | –                           | –                       |
| Debêntures                              | 3.083.952      | 5.021.588            | 832.081             | 419.524                  | 1.300.659                   | 2.469.324               |
| Empréstimos                             | 51.063         | 57.844               | 57.844              | –                        | –                           | –                       |

(i) Os valores aqui apresentados são fluxos de caixa contratuais não descontados, que não serão necessariamente conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures e empréstimos; (ii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não consideram as obrigações decorrentes de legislação.

|                                                        | 31/12/2025       | 31/12/2024       |
|--------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| <b>Total das debêntures e empréstimos (Nota nº 14)</b> |                  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 6)              | 2.778.840        | 3.135.015        |
| Aplicações Financeiras (Nota nº 7)                     | (140.987)        | (204.579)        |
| <b>Dívida líquida</b>                                  | <b>2.637.853</b> | <b>2.562.367</b> |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>                     | <b>980.866</b>   | <b>1.101.780</b> |
| <b>Total do capital próprio e de terceiros</b>         | <b>3.618.719</b> | <b>3.664.150</b> |
| <b>Índice de alavancagem financeira</b>                | <b>73%</b>       | <b>70%</b>       |

**3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, além de outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados realizados. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados: **a) Perda (impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros:** A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo não financeiro ou um grupo de ativos não financeiros está deteriorado e se os prejuízos de *impairment* podem ser estimados de maneira confiável, para que então sejam incorridos como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e este evento de perda tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras. A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando estimativas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **c) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **d) Reconhecimento de receita de construção:** Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1). **e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhe

[illegible]

... continuação

de arrendamento para fins de apuração desses indicadores. Em 31 de dezembro de 2025, foram apurados no período, 2,59x e 2,50x referente ao ICSD e Dívida Líquida/EBITDA, respectivamente. Os limites contratuais desses índices financeiros para o período são: • ICSD: maior ou igual a 1,20 (um inteiro e dois décimos); • Dívida Líquida/EBITDA: inferior ou igual a 3,0 (três inteiros). O valor contábil do passivo relacionado a essa emissão é de R\$ 2.955.624.

15. Passivo de arrendamento

|                                         | Imóveis      | Máquinas e equipamentos | Veículos     | Total           |
|-----------------------------------------|--------------|-------------------------|--------------|-----------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> | <b>1.458</b> | <b>50.860</b>           | <b>1.158</b> | <b>53.476</b>   |
| Adições                                 | –            | 43.512                  | 4.422        | <b>47.934</b>   |
| Revisão de Contratos                    | 48           | 1.951                   | 259          | <b>2.258</b>    |
| Baixas                                  | (291)        | (20.139)                | (3.670)      | <b>(24.100)</b> |
| Contratos encerrados                    | –            | (36.215)                | (98)         | <b>(36.313)</b> |
| Apropriação de juros                    | 90           | 4.559                   | 172          | <b>4.821</b>    |

|                                         |              |               |              |               |
|-----------------------------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b> | <b>1.305</b> | <b>44.528</b> | <b>2.243</b> | <b>48.076</b> |
| Passivo circulante                      | 504          | 17.190        | 866          | 18.559        |
| Passivo não circulante                  | 801          | 27.338        | 1.377        | 29.516        |

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros anual de 10,76% a.a.

|                                         | Imóveis    | Máquinas e equipamentos | Veículos     | Total           |
|-----------------------------------------|------------|-------------------------|--------------|-----------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b> | <b>323</b> | <b>12.327</b>           | <b>3.226</b> | <b>15.876</b>   |
| Adições                                 | 877        | 53.797                  | 113          | <b>54.787</b>   |
| Revisão de Contratos                    | 68         | 1.275                   | 548          | <b>1.891</b>    |
| Baixas                                  | (268)      | (20.019)                | (2.965)      | <b>(23.252)</b> |
| Apropriação de juros                    | 75         | 3.480                   | 235          | <b>3.790</b>    |
| Desmobilização                          | 384        | –                       | –            | <b>384</b>      |

|                                         |              |               |              |               |
|-----------------------------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> | <b>1.458</b> | <b>50.860</b> | <b>1.158</b> | <b>53.476</b> |
| Passivo circulante                      | 580          | 20.206        | 460          | 21.246        |
| Passivo não circulante                  | 879          | 30.654        | 697          | 32.230        |

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros incremental de 10,60% a.a.

16. Partes relacionadas – a. Composição: As transações que influenciaram o resultado e os investimentos nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

|                                                    | Rodovias do Brasil | OTP Rodovias  | Total         |
|----------------------------------------------------|--------------------|---------------|---------------|
| <b>Juros sobre capital próprio</b>                 |                    |               |               |
| <b>Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2024</b>     | <b>75.574</b>      | <b>15.690</b> | <b>91.264</b> |
| (i) Pagamento de JSCP em 21 de janeiro de 2025     | (3.400)            | (600)         | (4.000)       |
| (i) Pagamento de JSCP em 05 de maio de 2025        | (72.174)           | (15.090)      | (87.264)      |
| Aprovação de JSCP em AGE de 29 de setembro de 2025 | 26.733             | 4.718         | 31.450        |
| (i) Pagamento de JSCP em 20 de outubro de 2025     | (26.733)           | (4.718)       | (31.450)      |
| Aprovação de JSCP em AGE de 23 de dezembro de 2025 | 24.132             | 4.258         | 28.390        |
| <b>Saldo a Pagar em 31 de dezembro de 2025</b>     | <b>24.132</b>      | <b>4.258</b>  | <b>28.390</b> |

(i) Líquido do imposto de renda retido na fonte (IRRF) pela alíquota de 15%.

19. Provisão para demandas judiciais

|                                         | Contingências trabalhistas e previdenciárias | Contingências cíveis | Contingências tributárias | Contingências regulatórias | Saldo final     |
|-----------------------------------------|----------------------------------------------|----------------------|---------------------------|----------------------------|-----------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> | <b>2.247</b>                                 | <b>14.910</b>        | <b>307</b>                | <b>15.921</b>              | <b>33.385</b>   |
| Constituição                            | 1.352                                        | 9.168                | 24                        | 11.445                     | <b>21.989</b>   |
| Reversão                                | (1.984)                                      | (6.600)              | (331)                     | (3.122)                    | <b>(12.037)</b> |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b> | <b>1.615</b>                                 | <b>17.478</b>        | <b>–</b>                  | <b>24.244</b>              | <b>43.337</b>   |

|                                         | Contingências trabalhistas e previdenciárias | Contingências cíveis | Contingências tributárias | Contingências regulatórias | Saldo final     |
|-----------------------------------------|----------------------------------------------|----------------------|---------------------------|----------------------------|-----------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b> | <b>2.415</b>                                 | <b>12.962</b>        | <b>286</b>                | <b>14.556</b>              | <b>30.219</b>   |
| Constituição                            | 2.232                                        | 8.327                | 21                        | 3.580                      | <b>14.160</b>   |
| Reversão                                | (2.400)                                      | (6.379)              | –                         | (2.215)                    | <b>(10.994)</b> |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> | <b>2.247</b>                                 | <b>14.910</b>        | <b>307</b>                | <b>15.921</b>              | <b>33.385</b>   |

A Companhia está envolvida em processos judiciais decorrentes da sua atividade operacional, incluindo ações trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias. As provisões são constituídas de acordo com a natureza e probabilidade de desfecho desfavorável e são revisadas periodicamente, com base em pareceres legais emitidos por advogados internos e externos, considerando novos fatos ou decisões que possam alterar a avaliação do risco. Os processos de natureza cível e regulatória possuem maior expressividade. **Processos cíveis:** De forma abrangente, os principais processos judiciais de natureza cível envolvem ações indenizatórias de discussões sobre acidentes ocorridos nos trechos sob administração da concessionária, ações civis públicas de aplicações de multas, além de cobrança de honorários advocatícios contratuais.

**Processos regulatórios:** Nesta natureza, os principais processos tratam de discussões sobre equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em casos de perda, a Companhia fica responsável por pagar os honorários de sucumbência, além de ações anulatórias de sanções administrativas. Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia. **Processos com classificação de risco possíveis:** A Companhia também possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributárias, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos. O quadro abaixo apresenta os montantes para os quais nenhuma provisão foi constituída, conforme prevê o CPC 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37):

|                                              | 31/12/2025     | 31/12/2024     |
|----------------------------------------------|----------------|----------------|
| Contingências trabalhistas e previdenciárias | 9.865          | 11.988         |
| Reclamações cíveis                           | 152.332        | 46.835         |
| Contingências regulatórias                   | 12.410         | 11.638         |
| Contingências tributárias                    | 67.901         | 67.511         |
|                                              | <b>242.508</b> | <b>137.972</b> |

Os principais processos judiciais não provisionados referem-se a: **Processos cíveis:** Em 17 de outubro de 2024, a Companhia foi notificada pelo Núcleo de Fiscalização da Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo. O órgão fiscalizador pretende atribuir à Companhia a obrigação de pagamento de sanção pecuniária, fundamentada na alegada ocupação irregular de área pertencente à União Federal. A acusação se baseia na realização indevida das obras do Anel Viário de Campinas, incluindo a construção de acessos marginais e a ampliação da Rodovia Dom Pedro I – Trevo dos Amarais, em uma área do imóvel da União, sem a devida formalização de autorização prévia ou regularização junto à SPU. A Companhia apresentou defesa administrativa tempestiva, fundamentada no fato das obras realizadas pela CRB no terreno da União terem ocorrido exclusivamente após obtenção das autorizações formais, em conformidade com as Portarias nº 14.851/2019 e nº 5.268/2020 publicadas pela SPU antes do início das obras, e portanto, acredita no arquivamento do processo. Existem outros processos judiciais de ações indenizatórias por acidentes fatais ou ainda choque contra objetos ou animais na pista, ação declaratória de restituição de garantias e discussão sobre faixa de domínio. **Processos tributários:** A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil (RFB), em 07 de dezembro de 2018 e em 20 de junho de 2020, decorrente da omissão da amortização do ágio oriundo da incorporação reversa de parte do acervo cindido do seu antigo acionista controlador Odebrecht TransPort Participações S.A. (“OTPP”), que foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL, relacionado aos exercícios de 2013 a 2017. A Companhia protocolou impugnação aos autos de infração e os processos encontram-se suspensos em julgamento. A Companhia apresenta depósitos judiciais conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10. A administração reforça que segue com o acompanhamento de seus assessores jurídicos internos e externos, para monitorar possíveis impactos da decisão do STF que pode anular “trânsito em julgado” de ações tributárias. Até o presente momento não existem impactos à CRB. **Processos regulatórios:** A Companhia está envolvida em ações judiciais no âmbito regulatório, que se referem, principalmente, a pleitos e/ou contestações junto ao órgão regulador (ARTESP). Com base na avaliação dos assessores jurídicos, essas ações são classificadas como possíveis. Caso haja decisões desfavoráveis, a Companhia poderá incorrer em custos relacionados aos honorários de sucumbência, para os quais existem incertezas relacionadas a mensuração. A Administração da Companhia monitora constantemente

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

|                                                          | Rodovias do Brasil | OTP Rodovias | Total     |
|----------------------------------------------------------|--------------------|--------------|-----------|
| <b>Dividendos</b>                                        |                    |              |           |
| <b>Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2024</b>           | <b>–</b>           | <b>–</b>     | <b>–</b>  |
| Aprovação de dividendos em AGE de 29 de abril de 2025    | 18.700             | 3.300        | 22.000    |
| (i) Pagamento de dividendos em 05 de maio de 2025        | (18.700)           | (3.300)      | (22.000)  |
| Aprovação de dividendos em AGE de 29 de setembro de 2025 | 277.950            | 49.050       | 327.000   |
| (i) Pagamento de dividendos em 20 de outubro de 2025     | (192.950)          | (34.050)     | (227.000) |
| (i) Pagamento de dividendos em 23 de dezembro de 2025    | (85.000)           | (15.000)     | (100.000) |
| Aprovação de dividendos em AGE de 23 de dezembro de 2025 | 31.450             | 5.550        | 37.000    |
| (i) Pagamento de dividendos em 29 de dezembro de 2025    | (31.450)           | (5.550)      | (37.000)  |

**Saldo a Pagar em 31 de dezembro de 2025**

**b. Honorários da administração:** A remuneração paga aos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalizaram os montantes de R\$ 3.828 e R\$ 2.858, respectivamente:

|                 | 31/12/2025   | 31/12/2024   |
|-----------------|--------------|--------------|
| Remunerações    | 3.042        | 2.705        |
| Benefícios (i)  | 178          | 166          |
| <b>Subtotal</b> | <b>3.220</b> | <b>2.871</b> |
| Encargos        | 608          | 541          |
|                 | <b>3.828</b> | <b>3.412</b> |

(i) Os benefícios concedidos contemplam assistência médica, previdência privada, seguro de vida e vale alimentação/refeição.

17. Obrigações sociais e trabalhistas

|                                                  | 31/12/2025    | 31/12/2024    |
|--------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Participação sobre os lucros e/ou resultados (i) | 5.540         | 6.128         |
| Outros benefícios                                | 154           | 190           |
| Encargos sociais e assistenciais                 | 1.792         | 1.539         |
| Provisão para férias e encargos                  | 4.515         | 4.076         |
|                                                  | <b>12.002</b> | <b>11.932</b> |

(i) Refere-se à provisão de Participação nos Lucros e/ou Resultados (Lei nº 10.101/2000) atrelada às metas individuais e corporativas, apurada de acordo com desempenho individual e resultado da Companhia. O pagamento ocorre no exercício subsequente à aferição do resultado.

|                                    | 31/12/2025    | 31/12/2024    |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| <b>18. Obrigações tributárias</b>  |               |               |
| <b>Obrigações fiscais federais</b> |               |               |
| Impostos retidos na fonte          | 6.639         | 14.768        |
| CSLL a recolher (i)                | 498           | –             |
| PIS a recolher                     | 761           | 713           |
| COFINS a recolher                  | 3.551         | 3.358         |
|                                    | <b>11.449</b> | <b>18.839</b> |

|                                      |               |               |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| <b>Obrigações fiscais municipais</b> |               |               |
| ISS retido na fonte                  | 1.355         | –             |
| ISS a recolher                       | 7.690         | 7.565         |
|                                      | <b>9.045</b>  | <b>7.565</b>  |
| <b>Passivo circulante</b>            | <b>20.494</b> | <b>26.404</b> |
| <b>Passivo não circulante</b>        | <b>18.636</b> | <b>24.920</b> |
|                                      | <b>1.858</b>  | <b>1.484</b>  |

(i) No período de fevereiro a dezembro de 2025 a Companhia quitou o montante de R\$ 99.117 a título de IRPJ e CSLL referente às antecipações por estimativa mensal. Em razão da apuração de ajuste anual, o valor devido destes impostos totalizou R\$ 99.519, restando um saldo a recolher de R\$ 498 de CSLL. Para o IRPJ, após compensação de impostos retidos, foi apurado um saldo negativo de R\$ 96.

|                                                | 31/12/2025        | 31/12/2024        |
|------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>20. Provisão de conserva especial</b>       |                   |                   |
| <b>a. Composição</b>                           |                   |                   |
| Provisão de conserva especial                  | 42.289            | 27.623            |
|                                                | <b>42.289</b>     | <b>27.623</b>     |
| Passivo circulante                             | 27.933            | –                 |
| Passivo não circulante                         | 14.356            | 27.623            |
|                                                | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2023</b> |
|                                                | 27.623            | 11.205            |
|                                                | <b>27.623</b>     | <b>11.205</b>     |
| <b>b. Movimentação</b>                         |                   |                   |
| <b>Saldo no início do exercício</b>            |                   |                   |
| Constituição conserva especial, líquida de AVP | 61.310            | 59.391            |
| Baixa de conserva especial                     | (46.644)          | (42.973)          |
| <b>Saldo final do exercício</b>                | <b>42.289</b>     | <b>27.623</b>     |
|                                                | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2023</b> |
|                                                | 11.205            | 7.224             |

a evolução desses processos e adota as medidas cabíveis com o intuito de mitigar eventuais impactos financeiros.

|                                                | 31/12/2025        | 31/12/2024        |
|------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>20. Provisão de conserva especial</b>       |                   |                   |
| <b>a. Composição</b>                           |                   |                   |
| Provisão de conserva especial                  | 42.289            | 27.623            |
|                                                | <b>42.289</b>     | <b>27.623</b>     |
| Passivo circulante                             | 27.933            | –                 |
| Passivo não circulante                         | 14.356            | 27.623            |
|                                                | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2023</b> |
|                                                | 27.623            | 11.205            |
|                                                | <b>27.623</b>     | <b>11.205</b>     |
| <b>b. Movimentação</b>                         |                   |                   |
| <b>Saldo no início do exercício</b>            |                   |                   |
| Constituição conserva especial, líquida de AVP | 61.310            | 59.391            |
| Baixa de conserva especial                     | (46.644)          | (42.973)          |
| <b>Saldo final do exercício</b>                | <b>42.289</b>     | <b>27.623</b>     |
|                                                | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2023</b> |
|                                                | 11.205            | 7.224             |

**Saldos no início do exercício**

Constituição conserva especial, líquida de AVP

Baixa de conserva especial

**Saldos final do exercício**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 42.289 e em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R\$ 27.623, referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão é constituída considerando a melhor estimativa sobre os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados ao valor presente, a uma taxa média de 10,76% a.a..

**21. Patrimônio líquido – a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 e no exercício de 2024, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

|                    | Números de ações em unidades |     |               |     |
|--------------------|------------------------------|-----|---------------|-----|
|                    | Ordinárias                   |     | Preferenciais |     |
|                    | nº ações                     | %   | nº ações      | %   |
| <b>Acionistas</b>  |                              |     |               |     |
| Rodovias do Brasil | 236.639.596                  | 85  | 236.639.596   | 85  |
| Holding S.A.       | 41.759.929                   | 15  | 41.759.929    | 15  |
| OTP Rodovias S.A.  | 278.399.525                  | 100 | 278.399.525   | 100 |

**b. Destinação do resultado: (i) Reserva Legal:** A reserva legal deve ser obrigatoriamente constituída ao percentual de 5% do lucro líquido do exercício, antes de quaisquer outras destinações, e não pode exceder a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital. Conforme § 1º do Art. 193 da Lei 6.404/76, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do Art. 182 da mesma Lei, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, considerando a previsão legal citada no parágrafo anterior, não será constituída reserva legal. **(ii) Dividendos:** A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia foi calculada nos termos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197:

|                                                                | 31/12/2025      | 31/12/2024      |
|----------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| <b>Lucro do exercício</b>                                      | <b>335.485</b>  | <b>310.405</b>  |
| Constituição de reserva legal (5%) (i)                         | –               | (15.520)        |
| <b>Lucro líquido após apropriação da reserva legal</b>         | <b>335.485</b>  | <b>294.885</b>  |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (ii)                     | (83.871)        | (73.721)        |
| <b>Total dividendos propostos pela Administração</b>           | <b>(83.871)</b> | <b>(73.721)</b> |
| <b>Forma de Pagamento</b>                                      |                 |                 |
| Dividendos intermediários pagos em 2025                        | (77.346)        | –               |
| Juros sobre o capital próprio (imputados aos dividendos) (iii) | (6.525)         | (73.721)        |
| <b>Total de dividendos</b>                                     | <b>(83.871)</b> | <b>(73.721)</b> |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 31/12/2025       | 31/12/2024       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| Juros sobre o capital próprio (iii)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | (63.875)         | (70.779)         |
| <b>Total</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <b>(147.746)</b> | <b>(144.500)</b> |
| <b>Reserva de retenção de lucros (iv)</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <b>(187.739)</b> | <b>(150.385)</b> |
| Conforme disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da cota destinada a reserva legal. A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado em assembleia geral. <b>(iii) Juros sobre o capital próprio:</b> O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido pela aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, sobre o patrimônio líquido da sociedade. Conforme exigência legal, o valor definido deve ser limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Nos termos da Lei nº 9.249/1995, da IN RFB nº 1.700/2017 e do Estatuto Social, o valor pago ou creditado pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio é líquido do imposto de renda retido na fonte (IRRF) pela alíquota de 15%, exceto para acionistas imunes ou isentos, podendo ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. Em 21 de janeiro de 2025 foi realizado o pagamento parcial dos juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 4.000, em conformidade com a proposta de distribuição aprovada em AGE realizada em 20 de dezembro de 2024. Em 05 de maio de 2025 foi realizado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 87.264, em conformidade com a proposta de distribuição aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2024, bem como de R\$ 22.000 a título de dividendos, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2025. Em 20 de outubro de 2025 foi realizado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 227.000 e R\$ 31.450 a título de juros sobre o capital próprio, líquido do Imposto de Renda retido na fonte (IRRF), em conformidade com a proposta de distribuição aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2025, com aprovação da proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 37.000 e R\$ 327.000 a título de dividendos, totalizando R\$ 364.000. Em 23 de dezembro de 2025, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de R\$ 37.000 de dividendos, liquidado em 29 de dezembro de 2025, bem como o reconhecimento de R\$ 33.400 a título de juros sobre o capital próprio, com pagamento previsto até o último dia útil de abril de 2026. Adicionalmente, também foi efetivado o pagamento de R\$ 100.000 de dividendos, conforme saldo em aberto referente a proposta de distribuição aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de setembro de 2025. <b>(iv) Reserva de retenção de lucros:</b> A Administração da Companhia constituiu reserva de retenção de lucros de R\$ 187.739 do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo este o saldo excedente da destinação do resultado após a provisão de juros sobre o capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios, conforme dispõe o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a Assembleia-Geral poderá deliberar, mediante proposta dos órgãos da administração, a retenção de parcela do lucro líquido do exercício. <b>(v) Reserva de capital:</b> Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da ex-controladora indireta (Odebrecht Transport Participações S.A. – OTPP), composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social. O referido acervo líquido, no montante de R\$ 195.988 (cento e noventa e cinco milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais) foi totalmente incorporado ao patrimônio da Companhia em conta de reserva de capital, denominada Reserva Especial de Ágio. |                  |                  |

|                                                           | 31/12/2025       | 31/12/2024       |
|-----------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| <b>22. Receita líquida</b>                                |                  |                  |
| Receitas em numerário                                     | 66.368           | 91.663           |
| Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii) | 1.145.963        | 987.184          |
| Receitas de vale pedágio (iii)                            | 1.247            | 33.834           |
| Receitas acessórias                                       | 23.787           | 21.264           |
| Receitas com Cartão de Crédito e Débito (iv)              | 96.092           | 74.349           |
| <b>Receita de operação</b>                                | <b>1.333.457</b> | <b>1.208.294</b> |
| Receita de construção ICPC 01-R1 (i)                      | 150.175          | 229.572          |
| <b>Receita total</b>                                      | <b>1.483.632</b> | <b>1.437.866</b> |
| Tributos sobre serviços de operação                       | (112.408)        | (101.301)        |
|                                                           | <b>1.371.224</b> | <b>1.336.565</b> |

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia reconheceu R\$ 150.175 e R\$ 229.572, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01(R1) – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro; (ii) Transações oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento – AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada; (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas. Conforme resolução da ANTT nº 6.024, de 3 de agosto de 2023 e do Ofício Circular SEI nº 5230/2024/GERET/SUROC/DIR-ANTT, os meios de pagamento de Vale Pedágio foram desabilitados a partir de 31 de janeiro de 2025, passando a ser realizados por utilização da tecnologia de detecção de tag, com liberação automática nas vias. (iv) Com o objetivo de promover maior eficiência operacional e comodidade aos usuários das rodovias, a Companhia adota o sistema de pagamento de pedágio por meio de cartões de crédito e débito com tecnologia de aproximação. A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para realização de obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

|                                  | 31/12/2025       | 31/12/2024 |
|----------------------------------|------------------|------------|
| <b>23. Custos e Despesas</b>     |                  |            |
| Depreciação e amortização        | (224.151)        | (206.816)  |
| Salários e encargos              | (63.629)         | (58.548)   |
| Gastos gerais                    | (14.573)         | (14.258)   |
| Manutenção de Softwares          | (4.812)          | (4.278)    |
| Energia Elétrica                 | (2.122)          | (2.274)    |
| Provisão para demandas judiciais | (9.952)          | (3.166)    |
| Indenizações Cíveis              | (1.684)          | (3.214)    |
| Serviços de terceiros            | (32.729)         | (28.689)   |
| Seguros                          | (4.707)          | (4.860)    |
| Outorga variável                 | (20.026)         | (18.247)   |
| Provisão para conserva especial  | (47.889)         | (51.730)   |
| Materiais e equipamentos         | (13.933)         | (14.403)   |
|                                  | <b>(440.207)</b> | <b>(4</b>  |

PUBLICIDADE LEGAL

... continuação

tional Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimentos dos custos capitalizados no ativo da concessão (ativo de contrato):** Veja as notas explicativas 2.2 (j) e 11 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu adições referentes a ativo de contrato (infraestrutura em construção) no montante de R\$166.370 mil que estão sendo realizadas na rodovia sob concessão. Conforme ICPC 01 (R1)/OCPC 05 – Contratos de concessão (IFRIC 12), os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem como à natureza da política contábil relativa ao assunto que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, nas adições de ativo de contrato, que compreende a: (i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; (ii) validação das medições, de acordo com o andamento das obras. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações

**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**

financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio:** Veja as notas explicativas 2.2 (p) (i), e 22 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações, de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem que são posteriormente sumarizadas e inseridas no sistema contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados periodicamente baseados no contrato de concessão. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágio, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem no sistema contábil. (i) obtivemos, em base completa, os extratos bancários relacionados à arrecadação de pedágio e realizamos a inspeção da totalidade dos recebimentos provenientes da receita de arrecadação do exercício. (ii) enviamos, em base completa, as confirmações junto às empresas de arrecadação automática de pedágio para o saldo a receber em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, realizamos testes alternativos para aquelas confirmações que apresentaram eventuais inconsistências. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos reconhecidos como receita de arrecadação de pedágio, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 27 de fevereiro de 2025, que não conteve modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude

ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à Administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de março de 2026.

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 25P 014.428/O-6

**Fernanda A. Tessari da Silva**  
Contadora CRC 1SP 252.905/O-2

Publique no  
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA  
MERCANTIL

São Paulo

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ nº 48.344.725/0007-19

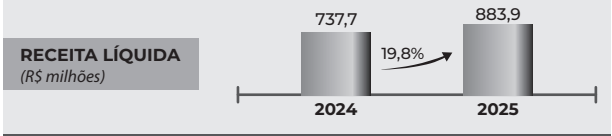
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica ("Companhia") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**Mensagem da Administração:** A Althaia encerrou o ano de 2025 com receita líquida de R\$ 883,9 milhões, representando um crescimento de 19,8% em relação ao ano anterior. Esse desempenho reflete a consolidação dos principais produtos do portfólio, o avanço nas vendas e os resultados positivos da estratégia de inovação, evidenciada pelos lançamentos realizados nos últimos 12 meses. Os indicadores reforçam a solidez do modelo de negócios e a capacidade da Companhia de sustentar um crescimento orgânico consistente. Mantivemos nossa presença nos canais digitais por meio do portal B2C [www.lojaequaliv.com.br](http://www.lojaequaliv.com.br), direcionado à venda direta de suplementos ao consumidor final. Essa frente vem sendo fortalecida por investimentos relevantes em marketing voltados a produtos estratégicos. Além de ampliar o acesso ao nosso portfólio, esse canal também proporciona inteligência de mercado ao oferecer dados relevantes sobre o comportamento e preferências dos nossos clientes, contribuindo para o crescimento da Companhia. A Althaia adota um modelo de negócios único no setor farmacêutico brasileiro, que vem impulsionando um histórico de crescimento acima da média do mercado, de forma orgânica e sustentada. O compromisso com Pesquisa e Desenvolvimento é um pilar estratégico, materializado em investimentos consistentes que viabilizam o lançamento de produtos inovadores e com alto padrão de qualidade. No campo comercial, contamos com uma estrutura robusta e eficaz, capaz de atender uma base diversificada de clientes e parceiros. A governança da Companhia está fundamentada em um modelo de *partnership*, que valoriza a colaboração, a meritocracia e o alinhamento com os propósitos corporativos. A Althaia também se destaca por adotar as melhores práticas de Governança Corporativa, promovendo transparência, equidade e responsabilidade na gestão. O Conselho de Administração manteve sua composição com cinco membros, sendo três independentes e com ampla experiência no setor. Complementando essa estrutura, o Comitê de Auditoria é formado por três membros independentes, todos com sólida trajetória profissional. Com uma estrutura organizacional sólida, foco em inovação e disciplina na execução, a Companhia está preparada para capturar novas oportunidades, sustentando seu plano de crescimento com rentabilidade e responsabilidade. A Althaia segue confiante na construção de um futuro promissor, com base em sua estratégia diferenciada e compromisso com a excelência.

**Desempenho Econômico-Financeiro:**

| R\$ milhões              | 2025    | 2024    | Δ (%)     |
|--------------------------|---------|---------|-----------|
| Receita líquida          | 883,9   | 737,7   | 19,8%     |
| Lucro bruto              | 534,9   | 450,3   | 18,8%     |
| Margem bruta (%)         | 60,5%   | 61,0%   | -0,5 p.p. |
| Despesas operacionais    | (264,5) | (250,0) | -5,8%     |
| Equivalência patrimonial | (0,2)   | (0,3)   | -33,3%    |
| EBITDA                   | 301,2   | 225,5   | 33,6%     |
| Margem EBITDA (%)        | 34,1%   | 30,6%   | 3,5 p.p.  |
| Lucro líquido            | 220,0   | 151,9   | 44,8%     |
| Margem líquida (%)       | 24,9%   | 20,6%   | 4,3 p.p.  |



A Althaia alcançou receita líquida de R\$ 883,9 milhões em 2025, representando um crescimento de 19,8% em relação ao ano de 2024. Esse resultado reflete o avanço nas vendas dos principais produtos do portfólio e o impacto positivo dos lançamentos realizados nos últimos 12 meses. **Lucro Bruto:**

| R\$ milhões      | 2025  | 2024  | Δ (%)     |
|------------------|-------|-------|-----------|
| Lucro bruto      | 534,9 | 450,3 | 18,8%     |
| Margem bruta (%) | 60,5% | 61,0% | -0,5 p.p. |

O lucro bruto totalizou R\$ 534,9 milhões em 2025, com margem bruta de 60,5%. Os custos representaram 39,5% da receita líquida do ano, um aumento de 0,5 ponto percentual em comparação a 2024.

| Despesas Operacionais:                     | 2025    | 2024    | Δ (%)    |
|--------------------------------------------|---------|---------|----------|
| R\$ milhões                                |         |         |          |
| Despesas operacionais                      | (264,5) | (250,0) | -5,8%    |
| Vendas                                     | (65,8)  | (55,0)  | -19,6%   |
| Gerais e administrativas                   | (136,1) | (105,0) | -29,6%   |
| Pesquisa e Desenvolvimento                 | (67,8)  | (107,5) | 36,9%    |
| Outras receitas (despesas) operacionais    | 5,1     | 17,7    | -71,2%   |
| Despesas operacionais/ Receita líquida (%) | -29,9%  | -33,9%  | 4,0 p.p. |

Em 2025, as despesas operacionais totalizaram R\$ 264,5 milhões, um aumento de 5,8% em relação a 2024. As despesas com vendas alcançaram R\$ 65,8 milhões, um aumento de 19,6% em relação a 2024, reflexo principalmente do maior gasto com pessoal. As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 136,1 milhões, crescimento de 29,6% em relação a 2024, impulsionado pelo aumento de despesas com pessoal e maiores investimentos em marketing. Os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) totalizaram R\$ 67,8 milhões em 2025, ante R\$ 107,5 milhões em 2024, impactado pela baixa contábil não recorrente de projetos em desenvolvimento registrada no 2024.

| EBITDA:                                   | 2025   | 2024   | Δ (%)    |
|-------------------------------------------|--------|--------|----------|
| R\$ milhões                               |        |        |          |
| Lucro antes IR, CS e resultado financeiro | 270,2  | 200,0  | -35,1%   |
| (+) Depreciação e amortização             | (31,0) | (25,5) | -21,6%   |
| EBITDA                                    | 301,2  | 225,5  | 33,6%    |
| Margem EBITDA (%)                         | 34,1%  | 30,6%  | 3,5 p.p. |

O EBITDA alcançou R\$ 301,2 milhões em 2025, representando um crescimento de 33,6% em relação a 2024. A margem EBITDA ficou em 34,1%, um aumento de 3,5 pontos percentuais em comparação ao ano de 2024, impulsionado pelo crescimento na receita e melhor eficiência nas despesas operacionais. **Resultado Financeiro:**

| R\$ milhões          | 2025   | 2024   | Δ (%)  |
|----------------------|--------|--------|--------|
| Resultado financeiro | (14,8) | (34,1) | 56,6%  |
| Receitas financeiras | 17,8   | 5,4    | 229,6% |
| Despesas financeiras | (32,5) | (39,5) | 17,7%  |

Em 2025, o resultado financeiro foi de R\$ -14,8 milhões, frente a R\$ -34,0 milhões em 2024. O aumento deve-se principalmente a receita com aplicações financeiras. **Lucro Líquido:**

| R\$ milhões                               | 2025   | 2024   | Δ (%)    |
|-------------------------------------------|--------|--------|----------|
| Lucro antes IR, CS e resultado financeiro | 270,2  | 200,0  | 35,1%    |
| Resultado financeiro                      | (14,8) | (34,1) | 56,6%    |
| IRCS                                      | (35,5) | (14,0) | -153,6%  |
| Lucro líquido                             | 220,0  | 151,9  | 44,8%    |
| Margem líquida (%)                        | 24,9%  | 20,6%  | 4,3 p.p. |

Em 2025, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 220,0 milhões, um aumento de 44,8% em relação a 2024. A margem líquida alcançou 24,9%, representando um crescimento de 4,3 pontos percentuais em comparação ao ano anterior. **Endividamento Líquido:** O Endividamento Líquido é representado pelo endividamento bancário (empréstimos e financiamentos) somado ao saldo das debêntures, subtraindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou um Endividamento Líquido de R\$ 257,8 milhões, o que representa um aumento de 19,0% em comparação a 31 de dezembro de 2024. A relação entre o Endividamento Líquido e o EBITDA dos últimos 12 meses foi de 0,86x, reduzindo -0,11 ponto percentual em relação ao ano anterior. **Investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento:** Desde o início de nossas operações, temos realizado diversos investimentos com o propósito de consolidar nossa posição como uma indústria relevante no setor de saúde. Dentro desse contexto, o investimento em pesquisa e desenvolvimento de produtos representa um dos pilares essenciais para o crescimento de nossa empresa. Temos como meta estabelecer um portfólio robusto de produtos farmacêuticos. Atualmente, já contamos com 63 produtos registrados, incluindo genéricos e similares, dos quais 37 já estão disponíveis no mercado. No segmento de nutracêuticos (suplementos alimentares), nosso portfólio atual conta com 62 produtos, e continuamos trabalhando em diversos produtos em diferentes estágios de desenvolvimento, que têm previsão de lançamento nos próximos anos. Nosso compromisso com a qualidade e inovação nos impulsiona a buscar constantemente novas soluções para atender às necessidades de nossos clientes e do mercado de saúde como um todo.

**Investimentos em Capex:** Como parte de nossa estratégia de crescimento sustentável e de geração de valor, estamos promovendo a ampliação da nossa capacidade produtiva para acompanhar o aumento da demanda e suportar o crescimento projetado nos próximos anos. No final de 2025, concluímos o a expansão da fábrica de medicamentos no complexo industrial de Atibaia (SP), ampliando significativamente nossa capacidade produtiva. Já em Poços de Caldas (MG), estamos construindo uma nova planta industrial que reforçará nossa presença nacional, com significativos ganhos operacionais. Esses investimentos não apenas suportam o crescimento das receitas, mas também geram externalidades positivas nas regiões onde atuamos, por meio da criação de empregos diretos e indiretos, alinhando retorno financeiro à responsabilidade social. Trata-se de um movimento estratégico coerente com o propósito da Companhia de fomentar o desenvolvimento das comunidades e fortalecer nossa atuação em todo o território brasileiro. Em 2024, concluímos a implantação do Epicenter, nosso novo e moderno centro de Pesquisa & Desenvolvimento em Atibaia (SP). A nova estrutura eleva nossa capacidade de inovação e acelera o desenvolvimento de produtos com maior valor agregado, incorporando tecnologia de ponta e ambiente físico altamente qualificado. Essa evolução reforça nossa vantagem competitiva, impulsiona a expansão do portfólio e consolida nosso posicionamento estratégico como uma companhia preparada para liderar transformações no setor, com foco em qualidade, eficiência e soluções cada vez mais aderentes às demandas do mercado. **Recursos Humanos:** A Althaia mantém um compromisso estratégico com a valorização de seu capital humano, reconhecendo que o engajamento e o desenvolvimento de seus colaboradores são pilares essenciais para sustentar o crescimento e assegurar a perenidade dos negócios. Desde sua fundação, a Companhia investe de forma consistente na atração e retenção de talentos alinhados ao seu propósito e cultura, com o objetivo de construir uma organização sólida, inovadora e preparada para os desafios futuros. Como parte desse compromisso, a Althaia implementa iniciativas robustas de capacitação, com destaque para o Programa de Desenvolvimento da Liderança. Esse programa é conduzido por consultorias especializadas em gestão contemporânea e tem como foco formar líderes alinhados aos valores da Companhia, promovendo coerência cultural e visão estratégica ao longo de toda a cadeia organizacional. Além disso, a cultura de inovação é fortalecida com o programa Sugira, um canal estruturado para que colaboradores proponham melhorias em áreas-chave como produtividade, qualidade, processos, ambiente de trabalho e otimização de custos. Essa abordagem estimula o protagonismo interno e contribui diretamente para ganhos operacionais e competitivos. A filosofia de gestão da Althaia é ancorada na metodologia da gestão pela contribuição, priorizando o reconhecimento e o engajamento das pessoas como diferencial estratégico. O modelo promove alto grau de comprometimento, refletindo-se em índices superiores de retenção, clima organizacional e performance. No campo social, a Companhia adota uma atuação ativa por meio do Instituto Althaia, responsável pela coordenação do Programa de Voluntariado Estruturado. A Companhia destina 5% do lucro líquido anual para projetos sociais. A iniciativa estimula o engajamento dos colaboradores em ações sociais que impactam positivamente comunidades em situação de vulnerabilidade, especialmente nas regiões onde a empresa está presente. A atuação inclui doações regulares a instituições sociais e ações pontuais junto a casas de repouso, hospitais e projetos educacionais. Desde 2018, parte dos resultados da Companhia é destinada a atividades sociais, reforçando o compromisso da Althaia com a geração de valor compartilhado. As ações são concentradas em localidades estratégicas como o estado de São Paulo, Pouso Alegre (MG) e Poços de Caldas (MG), ampliando a presença e a reputação institucional. Outra frente de destaque é o programa de Menor Aprendiz, também conduzido pelo Instituto Althaia, que viabiliza a inserção de jovens no mercado de trabalho por meio de formação técnica e qualificação profissional, contribuindo para o desenvolvimento social e para a formação de futuras lideranças. Essas iniciativas reforçam o posicionamento da Althaia como uma empresa orientada para o longo prazo, com cultura organizacional forte, responsabilidade social ativa e capacidade de atrair, desenvolver e reter talentos. São diferenciais intangíveis que sustentam a geração de valor aos acionistas e fortalecem a reputação da Companhia junto ao mercado e à sociedade. **Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Althaia S.A. Indústria Farmacêutica informa que, no período de janeiro a dezembro de 2024, não foram contratados junto à KPMG serviços não relacionados à auditoria externa, uma vez que são nossos auditores para o ano base de 2025. **Agradecimentos:** Valorizamos imensamente o trabalho de nossos colaboradores, o apoio de nossos acionistas e a confiança depositada por nossos clientes, fornecedores e instituições financeiras do mercado. Reconhecer essas contribuições é fundamental para o sucesso e crescimento contínuo da Companhia.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Balanco patrimonial dos exercicios findos em 31/12/2025 e de 2024 (Em milhares de Reais) |      |                  |                |                                                  |      |                  |                |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------|------------------|----------------|--------------------------------------------------|------|------------------|----------------|
| Ativo                                                                                    | Nota | 31.12.2025       | 31.12.2024     | Passivo                                          | Nota | 31.12.2025       | 31.12.2024     |
| <b>Circulante</b>                                                                        |      |                  |                | <b>Circulante</b>                                |      |                  |                |
| Caixa e equivalentes de caixa                                                            | 9    | 109.151          | 87.216         | Fornecedores e outras contas a pagar             | 21   | 122.641          | 97.536         |
| Títulos e valores mobiliários                                                            | 10   | 7.060            | 6.347          | Arrendamentos a pagar                            | 20.b | 1.649            | 4.214          |
| Contas a receber de clientes                                                             | 11   | 299.297          | 234.404        | Empréstimos e financiamentos                     | 22   | 19.275           | 24.004         |
| Estoque                                                                                  | 12   | 162.218          | 139.530        | Debêntures                                       | 23   | 79.856           | 3.730          |
| Adiantamentos a fornecedores                                                             | 13   | 7.348            | 6.778          | Obrigações sociais e trabalhistas                | 24   | 13.432           | 11.992         |
| Impostos a recuperar                                                                     | 14   | 18.124           | 4.802          | Obrigações fiscais                               | 25   | 12.415           | 8.509          |
| Ativo fiscal corrente                                                                    |      | 469              | 303            | Parcelamentos fiscais e previdenciários          | 26   | 684              | 1.362          |
| Outros créditos                                                                          |      | 2.003            | 3.230          | Dividendos a pagar                               | 28.c | 33.211           | 11.461         |
| <b>Total do ativo circulante</b>                                                         |      | <b>605.670</b>   | <b>482.610</b> | Demaís contas a pagar                            |      | 15.642           | 9.387          |
|                                                                                          |      |                  |                | <b>Total do passivo circulante</b>               |      | <b>298.805</b>   | <b>172.195</b> |
| <b>Não circulante</b>                                                                    |      |                  |                | <b>Não circulante</b>                            |      |                  |                |
| Impostos a recuperar                                                                     | 14   | 6.063            | 1.809          | Arrendamentos a pagar                            | 20.b | 255              | 1.072          |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                                         | 16.b | -                | 139            | Empréstimos e financiamentos                     | 22   | 192.810          | 126.499        |
| Depósitos judiciais                                                                      | 23   | 447              | 271            | Debêntures                                       | 23   | 75.000           | 149.669        |
| <b>Total do ativo realizável a longo prazo</b>                                           |      | <b>6.510</b>     | <b>2.219</b>   | Subvenção governamental                          | 17   | 18.438           | -              |
| Imobilizado                                                                              | 17   | 375.359          | 216.233        | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 16.b | 24.485           | -              |
| Investimentos                                                                            | 18   | 2.256            | 2.411          | Parcelamentos fiscais e previdenciários          | 26   | 764              | 1.421          |
| Intangível                                                                               | 19   | 118.003          | 71.716         | Obrigações fiscais                               | 25   | 3.808            | 954            |
| Direito de uso                                                                           | 20   | 1.803            | 4.812          | Provisão para demandas judiciais                 | 27   | 2.918            | 2.288          |
|                                                                                          |      |                  |                | Dividendos a pagar                               | 28.c | 52.151           | -              |
| <b>Total do ativo não circulante</b>                                                     |      | <b>497.421</b>   | <b>295.172</b> | Demaís contas a pagar                            |      | 1                | 5              |
|                                                                                          |      |                  |                | <b>Total do passivo não circulante</b>           |      | <b>370.630</b>   | <b>281.908</b> |
| <b>Total do ativo</b>                                                                    |      | <b>1.109.601</b> | <b>780.001</b> | <b>Patrimônio líquido</b>                        |      |                  |                |
|                                                                                          |      |                  |                | Capital social                                   | 28   | 405.338          | 36.714         |
|                                                                                          |      |                  |                | Reserva de capital                               |      | 1.811            | 1.811          |
|                                                                                          |      |                  |                | Reserva de lucros                                |      | 33.017           | 287.373        |
|                                                                                          |      |                  |                | <b>Total do patrimônio líquido</b>               |      | <b>440.166</b>   | <b>325.898</b> |
|                                                                                          |      |                  |                | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>     |      | <b>1.109.601</b> | <b>780.001</b> |

| Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais) |                |                    |               |                                    |                               |                   |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|--------------------|---------------|------------------------------------|-------------------------------|-------------------|
|                                                                                                                                        | Capital social | Reserva de capital | Reserva Legal | Reserva de subvenção governamental | Reserva de retenção de lucros | Lucros acumulados |
| <b>Saldo em 31 dezembro de 2023</b>                                                                                                    | <b>36.714</b>  | <b>1.811</b>       | <b>7.343</b>  | <b>122.052</b>                     | <b>29.366</b>                 | <b>197.286</b>    |
| Lucro líquido do exercício                                                                                                             | -              | -                  | -             | -                                  | -                             | 151.873           |
| Destinações:                                                                                                                           |                |                    |               |                                    |                               |                   |
| Constituição de reserva de subvenção de investimento                                                                                   | -              | -                  | -             | 58.828                             | -                             | (58.828)          |
| Reserva legal                                                                                                                          | -              | -                  | -             | -                                  | -                             | -                 |
| Reserva de lucro                                                                                                                       | -              | -                  | -             | -                                  | 69.784                        | (69.784)          |
| Dividendos mínimos obrigatórios                                                                                                        | -              | -                  | -             | -                                  | (13.957)                      | (13.957)          |
| Dividendos adicionais                                                                                                                  | -              | -                  | -             | -                                  | (9.304)                       | (9.304)           |
| <b>Saldo em 31 de dezembro 2024</b>                                                                                                    | <b>36.714</b>  | <b>1.811</b>       | <b>7.343</b>  | <b>180.880</b>                     | <b>99.150</b>                 | <b>325.898</b>    |
| Lucro líquido do exercício                                                                                                             | -              | -                  | -             | -                                  | -                             | 219.981           |
| Destinações:                                                                                                                           |                |                    |               |                                    |                               |                   |
| Dividendos adicionais – distribuição de lucro de anos anteriores                                                                       | -              | -                  | -             | -                                  | (99.143)                      | (99.143)          |
| Dividendos adicionais – ajuste a valor presente                                                                                        | -              | -                  | -             | -                                  | 14.270                        | 14.270            |
| Dividendos mínimos obrigatórios                                                                                                        | -              | -                  | -             | -                                  | -                             | (20.840)          |
| Aumento de capital com lucros intermediários                                                                                           | 82.000         | -                  | -             | -                                  | -                             | (82.000)          |
| Aumento de capital com lucros remanescentes                                                                                            | 36.324         | -                  | -             | -                                  | -                             | (36.324)          |
| Constituição de reserva de subvenção de investimento                                                                                   | -              | -                  | -             | 69.420                             | -                             | (69.420)          |
| Aumento de capital com reserva de subvenção de investimento                                                                            | 250.300        | -                  | -             | (250.300)                          | -                             | -                 |
| Reserva legal                                                                                                                          | -              | -                  | 10.999        | -                                  | -                             | (10.999)          |
| Reserva de lucro                                                                                                                       | -              | -                  | -             | -                                  | 398                           | (398)             |
| <b>Saldo em 31 de dezembro 2025</b>                                                                                                    | <b>405.338</b> | <b>1.811</b>       | <b>18.342</b> | <b>-</b>                           | <b>14.675</b>                 | <b>440.166</b>    |

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

**1. Contexto Operacional:** A Althaia S.A. Indústria Farmacêutica ("Companhia" ou "Althaia") é uma sociedade anônima de capital aberto e tem sua sede na cidade de Atibaia, São Paulo, Avenida Tégula, nº 888, nos módulos 1, 15, 16, 17, 19, 20 e 21 no Condomínio Centro Empresarial Atibaia. A Companhia é registrante na categoria B na CVM - Comissão de Valores Mobiliários. A Companhia tem como atividades preponderantes o processamento, a industrialização, o revestimento, a comercialização, a promoção e distribuição, inclusive a importação e a exportação de produtos farmacêuticos em geral, nutracêuticos, oleféticos, edulcorantes, cosméticos, de higiene, saneantes, domissanitários, produtos veterinários, odontológicos, de proteção à saúde e correlatos. A Companhia ainda presta serviços para terceiros pertinentes a fabricação, comercialização e assessoramento técnico ou científico e transporte no que diz respeito às atividades mencionadas anteriormente, além de medicamentos fitoterápicos para uso humano e produtos alimentícios em geral. O portfólio da Althaia é composto por medicamentos genéricos, similares e nutracêuticos (suplementos alimentares e vitaminas voltados à prevenção de doenças), sendo eles produzidos em duas unidades fabris, situadas no estado de São Paulo (municípios de São Paulo e Atibaia) e um centro de distribuição nacional no estado de Minas Gerais (município de Pouso Alegre). A Companhia conta com uma estrutura própria de vendas com abrangência nacional, servindo a distribuidores, instituições de saúde e varejistas. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que abrange a legislação societária brasileira, as normas

| Demonstração do resultado                                                                    |      |                 |                 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----------------|-----------------|
| Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)         |      |                 |                 |
|                                                                                              | Nota | 31.12.2025      | 31.12.2024      |
| <b>Receita</b>                                                                               | 29   | 883.886         | 737.703         |
| <b>Custo das vendas e dos serviços prestados</b>                                             | 30.1 | (348.948)       | (287.395)       |
| <b>Lucro bruto</b>                                                                           |      | <b>534.938</b>  | <b>450.308</b>  |
| Despesas com vendas                                                                          | 30.2 | (65.803)        | (54.967)        |
| Despesas gerais e administrativas                                                            | 30.2 | (132.389)       | (104.982)       |
| Despesas com pesquisa e desenvolvimento                                                      | 30.2 | (67.782)        | (107.511)       |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber                                   |      | (3.682)         | (186)           |
| Outras despesas                                                                              |      | (57)            | (29)            |
| Outras receitas                                                                              |      | 5.176           | 17.682          |
| <b>Resultado antes da equivalência patrimonial, despesas financeiras líquidas e impostos</b> |      | <b>270.401</b>  | <b>200.315</b>  |
| Equivalência patrimonial                                                                     | 18   | (155)           | (290)           |
| <b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>                          |      | <b>270.246</b>  | <b>200.025</b>  |
| Receitas financeiras                                                                         | 31   | 17.761          | 5.369           |
| Despesas financeiras                                                                         | 31   | (32.536)        | (39.493)        |
| <b>Despesas financeiras líquidas</b>                                                         |      | <b>(14.775)</b> | <b>(34.124)</b> |
| <b>Resultado antes dos impostos</b>                                                          |      | <b>255.471</b>  | <b>165.901</b>  |
| Imposto de renda e contribuição social corrente                                              | 16   | (10.866)        | (3.400)         |
| Imposto de renda e contribuição social diferido                                              | 16   | (24.624)        | (10.628)        |
| <b>Imposto de renda e contribuição social</b>                                                |      | <b>(35.490)</b> | <b>(14.028)</b> |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                                                            |      | <b>219.981</b>  | <b>151.873</b>  |
| <b>Resultado atribuído aos:</b>                                                              |      |                 |                 |
| Acionistas controladores                                                                     |      | 219.981         | 151.873         |
| <b>Resultado por ação</b>                                                                    |      |                 |                 |
| Resultado por ação – básico e diluído                                                        |      | 1,04            | 0,72            |

| Demonstração do resultado abrangente                                                 |                |                |  |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|--|
| Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais) |                |                |  |
|                                                                                      | 31.12.2025     | 31.12.2024     |  |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                                                    | <b>219.981</b> | <b>151.873</b> |  |
| <b>Resultado abrangente total</b>                                                    | <b>219.981</b> | <b>151.873</b> |  |
| <b>Resultado abrangente atribuído aos:</b>                                           |                |                |  |
| Acionistas controladores                                                             | 219.981        | 151.873        |  |
| <b>Resultado abrangente total</b>                                                    | <b>219.981</b> | <b>151.873</b> |  |

| Demonstração dos fluxos de caixa                                                     |              |                  |                  |  |
|--------------------------------------------------------------------------------------|--------------|------------------|------------------|--|
| Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais) |              |                  |                  |  |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais                                           | Notas        | 31.12.2025       | 31.12.2024       |  |
| Lucro líquido do exercício                                                           |              | 219.981          | 151.873          |  |
| Ajustes para:                                                                        |              |                  |                  |  |
| Equivalência patrimonial em coligada                                                 | 18           | 155              | 290              |  |
| Provisão para perda esperada de contas a receber de clientes                         | 11           | 3.682            | 196              |  |
| Depreciações e amortizações                                                          | 17 / 19 / 20 | 30.986           | 25.451           |  |
| Encargos financeiros                                                                 | 20 / 22      | 10.196           | 5.081            |  |
| Provisão de juros das debêntures                                                     | 23           | 24.378           | 19.538           |  |
| Valor justo de instrumentos financeiros derivativos                                  | 32           | -                | (1.084)          |  |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social – corrente                         | 16           | 10.866           | 3.400            |  |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social – diferido                         | 16           | 24.624           | 10.628           |  |
| Provisão para processos judiciais                                                    | 27           | 630              | (1.125)          |  |
| Ajuste ao valor realizável de estoque                                                | 12           | (4.154)          | (3.413)          |  |
| Baixa do ativo imobilizado e intangível                                              | 17 / 19 / 20 | 4.118            | 33.380           |  |
| <b>(Aumento) diminuição nos ativos operacionais</b>                                  |              |                  |                  |  |
| Contas a receber                                                                     | 11           | (68.575)         | (74.934)         |  |
| Adiantamentos a fornecedores                                                         | 13           | (571)            | (4.319)          |  |
| Impostos a recuperar                                                                 | 14           | (17.743)         | (3.477)          |  |
| Estoques                                                                             | 12           | (18.534)         | (15.026)         |  |
| Outros créditos                                                                      |              | 1.051            | (1.333)          |  |
| <b>Aumento (diminuição) nos passivos operacionais</b>                                |              |                  |                  |  |
| Fornecedores e outras contas a pagar                                                 | 21           | 18.458           | 34.549           |  |
| Impostos e contribuições                                                             | 25           | 6.759            | (471)            |  |
| Obrigações trabalhistas                                                              | 24           | 1.440            | 3.197            |  |
| Parcelamentos fiscais                                                                | 26           | (1.335)          | (1.364)          |  |
| Outras obrigações                                                                    |              | 24.693           | 3.782            |  |
| <b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>                                    |              | <b>271.105</b>   | <b>184.820</b>   |  |
| Juros pagos                                                                          | 20 / 22 / 23 | (31.355)         | (20.535)         |  |
| Impostos pagos sobre o lucro                                                         | 16           | (10.866)         | (3.400)          |  |
| <b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>                |              | <b>228.884</b>   | <b>160.885</b>   |  |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>                                 |              |                  |                  |  |
| Aquisição de imobilizado                                                             | 17           | (175.902)        | (111.230)        |  |
| Aquisição de intangível                                                              | 19           | (53.410)         | (35.240)         |  |
| Aquisição de investimentos                                                           | 10           | (713)            | (6.909)          |  |
| <b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>                       |              | <b>(230.025)</b> | <b>(153.379)</b> |  |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>                                |              |                  |                  |  |
| Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos                                | 22           | 82.785           | 115.610          |  |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos                                            | 22           | (22.966)         | (18.030)         |  |
| Pagamento de passivo de arrendamento                                                 | 20           | (4.931)          | (5.480)          |  |
| Pagamento de dividendos                                                              | 28           | 31.812           | (26.100)         |  |
| <b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>                     |              | <b>23.076</b>    | <b>66.000</b>    |  |
| <b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>                              |              | <b>21.935</b>    | <b>73.506</b>    |  |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro                                       |              | 87.216           | 13.710           |  |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025</b>                       | continua     | <b>109.151</b>   | <b>87.216</b>    |  |

continuação

mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber: principais premisas na determinação da taxa média ponderada de perda; Nota explicativa nº 12 – reconhecimento e mensuração do ajuste ao valor realizável de estoques: premissas sobre o giro dos produtos e obsolescência. Nota explicativa nº 16 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Nota explicativa nº 19 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. Nota explicativa nº 27 – reconhecimento e mensuração de proviões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; Nota explicativa nº 29 – reconhecimento de receita – estimativa da expectativa de devoluções de vendas. **c. Mensuração ao valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis) A Companhia reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

**5. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras em e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado. **7. Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis materiais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **a. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. **b. Informação por segmento:** A principal receita da Companhia vem da atividade de industrialização e venda de produtos farmacêuticos e nutracêuticos. O principal gestor das operações analisa informações financeiras e não-financeiras por produtos para deliberar sobre alocação de recursos e avaliar seu desempenho. A gestão das atividades relativas ao planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance dos produtos é centralizada, não havendo uma segregação de gestão que pudesse caracterizar uma gestão por segmento, ou outros fatores que possam identificar conjunto de componentes como segmentos operacionais da Companhia. **c. Receita de contrato com cliente:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias. **c.1 Obrigação de desempenho e Política de reconhecimento de receita:** Na tabela seguinte, apresenta-se as diretrizes da composição da receita de contratos com clientes, principais linhas de produtos/serviços e momento do reconhecimento da receita. Também inclui a conciliação da receita com os segmentos reportáveis da Companhia.

| Tipo de produtos e serviços | Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Política de reconhecimento da receita                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Venda de produtos           | Representam venda de produtos farmacêuticos, com faturamento de acordo com cada linha de produtos e negociação particular de entrega e prazo de pagamento com cada cliente. Os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente. As faturas são emitidas naquele momento. Os prazos de pagamento dependem do segmento e do contrato firmado os prazos podem variar de pagamento à vista até 180 dias em média para pedidos de maior volume. | A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo. |
| Industrialização            | Representa a terceirização de produção de medicamentos de terceiros                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | A receita é reconhecida conforme os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Serviço                     | Representa o fornecimento de serviços de desenvolvimento de produtos para parceiros.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que as etapas dos serviços são prestados e aceitos pelo cliente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |

**d. Receitas e despesas financeiras:** As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicações financeiras, (ii) despesa de juros de empréstimos, debêntures e passivos de arrendamento (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **e. Subvenção governamental: i. Subvenção estadual - ICMS:** É uma assistência governamental na forma de contribuição de natureza pecuniária, concedida à entidade em troca do cumprimento futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da Companhia. No caso da Companhia, a subvenção se realiza por meio da redução da carga tributária efetiva de ICMS por meio de crédito presumido nas operações de vendas internas e interestaduais de produtos, restando, ainda, uma parcela mínima do imposto a pagar de 1,5% a 3%. As principais condições operacionais para a utilização do benefício são: Não tomada de crédito de ICMS nas operações de entrada; Assume a condição de substituto nas operações de entrada de mercadorias com substituição tributária de ICMS; e Destaque de ICMS a 12% quando a legislação estabelecer percentual superior, nas operações internas. **ii. Lei do Bem:** A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais estabelecidos pela Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), que permitem a exclusão adicional, na apuração do lucro real, de dispêndios incorridos em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica (P&D), para fins de determinação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Os gastos elegíveis com P&D são reconhecidos como despesas operacionais no resultado do exercício, de acordo com sua natureza, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão em convergência com as IFRS. O benefício fiscal decorrente da Lei do Bem é reconhecido como redução do IRPJ e da CSLL correntes, por meio de ajustes efetuados na apuração do lucro, nos termos da legislação tributária vigente. Em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, os efeitos dos incentivos fiscais da Lei do Bem são tratados como diferenças permanentes, não gerando reconhecimento de ativos ou passivos fiscais diferidos. **f. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **i. Imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **ii. Imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser

**Althaia S.A. Indústria Farmacêutica**

usadas, usando-se o método sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Ao avaliar a capacidade de recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos, são consideradas projeções de lucros tributáveis futuros e movimentações das diferenças temporárias. Não há prazo de validade para utilização de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém a utilização dos prejuízos acumulados de anos anteriores é limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. **g. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. O ajuste ao valor realizável de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, é analisado periodicamente e contabilizado quando aplicável. **h. Imobilizado:** Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento). As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

|                             |            |
|-----------------------------|------------|
| Edifícios e benfeitorias    | 25 anos    |
| Instalações                 | 10 anos    |
| Máquinas e equipamentos     | 3–40 anos  |
| Móveis e utensílios         | 3–10 anos  |
| Veículos                    | 5–8 anos   |
| Equipamentos de informática | 3–10 anos  |
| Ferramentas                 | 5 anos     |
| Moldes                      | 10–21 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **i. Intangível: i.1 Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros foram prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada, a partir da entrada na linha de produção, e qualquer perda por redução ao valor recuperável. **i.2 Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos das amortizações acumuladas e quaisquer perdas acumuladas por redução aos valores recuperáveis. **a. Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo despesas de renovação de registro, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **b. Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes:

|                                          |        |
|------------------------------------------|--------|
| Software                                 | 5 anos |
| Custos com desenvolvimento capitalizados | 5 anos |

**j. Arrendamento mercantil:** A Companhia atua como **arrendatária** em contratos de arrendamento, principalmente de imóveis e equipamentos utilizados em suas operações. Em decorrência da vigência da norma IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer, na data de início dos contratos, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos aluguéis que não foram pagos na data da transição, descontados usando a taxa incremental composta por taxas de juros de fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2025, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram como segue:

| Prazo   | Taxa incremental | Taxa real |
|---------|------------------|-----------|
| 1 ano   | 13,63%           | 8,39%     |
| 2 anos  | 13,05%           | 7,84%     |
| 3 anos  | 13,09%           | 7,88%     |
| 4 anos  | 13,29%           | 8,07%     |
| 5 anos  | 13,49%           | 8,26%     |
| 6 anos  | 13,64%           | 8,41%     |
| 7 anos  | 13,74%           | 8,50%     |
| 8 anos  | 13,79%           | 8,54%     |
| 9 anos  | 13,79%           | 8,55%     |
| 10 anos | 13,76%           | 8,52%     |

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona, ao prazo do arrendamento, os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia está razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custos para desmontagem e remoção de incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia mensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. A Companhia possui apenas arrendamentos de curto prazo e/ou de baixo valor, para os quais optou pela aplicação da isenção prevista na norma contábil, não reconhecendo ativos de direito de uso nem passivos de arrendamento. **k. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment): i. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia calcula a provisão para perdas com base em um valor correspondente à perda esperada de crédito ao longo da vida útil. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Os critérios para a provisão de perda estimada do valor a receber foram definidos a partir de políticas de crédito da Companhia, onde são estabelecidos *ratings* para os clientes. A partir do *rating* de cada grupo de clientes foram definidos percentuais de risco que são aplicados sobre a carteira de clientes. As métricas de provisão estão embasadas em avaliação individualizada de crédito, incluindo fatores como nível de endividamento, títulos em atraso e análise do histórico de inadimplência no mercado. Além disso, são utilizados dados estatísticos, como a média dos títulos em atraso dos últimos 3 anos para embasar as métricas de perda esperada. Os percentuais de risco de cada *rating* estão demonstrados abaixo:

Rating AA – 0,2% sobre a carteira de clientes;  
Rating A – 0,9% sobre a carteira de clientes;  
Rating B – 10,6% sobre a carteira de clientes;  
Rating C – 14,6% sobre a carteira de clientes;  
Rating D – 50,0% sobre a carteira de clientes;  
Rating E – 100,0% sobre a carteira de clientes.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: Dificuldades financeiras significativas do cliente; Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso superior a 90 dias; Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; A probabilidade que o devedor estará em falência ou passará por outro tipo de reorganização; e O desaparecimento de mercado ativo para o título por conta de dificuldades financeiras. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Para efetuar a baixa, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **ii. Ativos não financeiros:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são

| Demonstração do Valor Adicionado                                                     |                  |                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais) |                  |                  |
|                                                                                      | 31.12.2025       | 31.12.2024       |
| <b>Receitas</b>                                                                      | <b>1.064.446</b> | <b>890.811</b>   |
| Venda de produtos e serviços                                                         | 1.148.351        | 928.729          |
| Abatimentos e devoluções                                                             | (105.888)        | (84.524)         |
| Outras receitas (despesas) operacionais                                              | 5.083            | 17.022           |
| Receitas referentes à construção de ativos próprios                                  | 20.582           | 29.770           |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber                           | (3.682)          | (186)            |
| <b>Insumos adquiridos de terceiros</b>                                               | <b>(438.656)</b> | <b>(472.157)</b> |
| Custos das vendas e dos serviços prestados                                           | (301.705)        | (246.887)        |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros                                   | (135.126)        | (225.844)        |
| Perda/recuperação de valores ativos                                                  | (1.825)          | 574              |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                                                        | <b>625.790</b>   | <b>418.654</b>   |
| Depreciação e amortização                                                            | (31.726)         | (24.243)         |
| <b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>                             | <b>594.064</b>   | <b>394.411</b>   |
| <b>Valor adicionado recebido em transferência</b>                                    | <b>17.606</b>    | <b>5.079</b>     |
| Receitas financeiras                                                                 | 17.761           | 5.369            |
| Equivalência patrimonial                                                             | (155)            | (290)            |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>                                           | <b>611.670</b>   | <b>399.490</b>   |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>                                              | <b>611.670</b>   | <b>399.490</b>   |
| <b>Pessoal e encargos</b>                                                            | <b>132.859</b>   | <b>103.950</b>   |
| Remuneração                                                                          | 87.066           | 73.958           |
| Benefícios                                                                           | 39.646           | 25.393           |
| FGTS                                                                                 | 6.147            | 4.599            |
| <b>Impostos taxas e contribuições</b>                                                | <b>126.022</b>   | <b>87.658</b>    |
| Federal                                                                              | 91.993           | 62.631           |
| Estadual                                                                             | 34.028           | 25.026           |
| Municipal                                                                            | 1                | 1                |
| <b>Remunerações de capitais de terceiros</b>                                         | <b>27.095</b>    | <b>32.748</b>    |
| Juros                                                                                | 29.095           | 24.502           |
| Aluguéis                                                                             | 491              | 510              |
| Variação cambial, monetária e outras                                                 | (2.491)          | 7.736            |
| <b>Remunerações de capitais próprios</b>                                             | <b>325.694</b>   | <b>175.134</b>   |
| Dividendos                                                                           | 105.713          | 23.261           |
| Lucros retidos                                                                       | 219.981          | 151.873          |

agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC). O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **l. Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **m. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para demandas judiciais:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **n. Instrumentos financeiros: i. Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **ii. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo pelos outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao (VJR) – Valor Justo por meio do Resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor

continuação ➡

dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e Os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

|                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Ativos financeiros a VJR</b>              | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.                                                                                                                                                                                                |
| <b>Ativos financeiros a custo amortizado</b> | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no <b>desreconhecimento é reconhecido no resultado.</b>            |
| <b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>        | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado <b>acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.</b> |
| <b>Instrumentos patrimoniais a VJORA</b>     | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e <b>nunca são reclassificados para o resultado.</b>                          |

**Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **iii. Desreconhecimento; Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações de desconto de duplicatas simples em que entrega títulos a receber para as instituições financeiras e recebe antecipadamente o valor em conta corrente com desconto dos juros por antecipação. A propriedade dos títulos é transferida para as instituições financeiras e a Companhia é correspondente pelo pagamento dos mesmos em caso de não liquidação pelo devedor. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos e um passivo financeiro é registrado. Adicionalmente, o ativo financeiro é classificado como atividade operacional e o passivo financeiro como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa da companhia. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **o. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

**p. Demonstrações do valor adicionado:** A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e considerada informação suplementar pelas normas internacionais IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. **q. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **r. Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 18). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. **8. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou a seguinte norma contábil na preparação desta demonstração financeira. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’. **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alteração IFRS 9 e IFRS 7); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações ao IFRS 9 e IFRS 7).

**9. Caixa e equivalentes de caixa:**

|                        | 31.12.2025     | 31.12.2024    |
|------------------------|----------------|---------------|
| Caixa                  | 87             | 33            |
| Conta corrente         | 92             | 198           |
| Aplicações financeiras | 108.972        | 86.985        |
| <b>Total</b>           | <b>109.151</b> | <b>87.216</b> |

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. São compostas por numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras com alta liquidez, resgatáveis a qualquer momento. As aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada a Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações eram remuneradas entre 99% e 110% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (entre 20% e 110% em 31 de

**Althaia S.A. Indústria Farmacêutica**

dezembro de 2024). **10. Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2025, o total de títulos e valores mobiliários, referem-se aos investimentos em ações de Companhias listadas na B3, adquiridos com o objetivo de obter maior rentabilidade em comparação a outras classes de aplicações financeiras. A Companhia avaliou que esses investimentos não atendem ao conceito de caixa e equivalentes de caixa, por estarem sujeitas a um significante risco de mudança de valor, sendo classificados como Títulos e Valores Mobiliários (TVM), mensurados pelo preço de fechamento divulgado pela B3.

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 31.12.2025     | 31.12.2024     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Ações listadas na bolsa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 7.060          | 6.347          |
| <b>Títulos e valores mobiliários</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <b>7.060</b>   | <b>6.347</b>   |
| <b>11. Contas a receber de clientes:</b> Correspondem a montantes a receber pela venda de mercadorias, industrialização, e prestação de serviço no decurso normal das atividades da Companhia. Estão apresentadas pelo valor de realização e deduzidos pelas perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa. A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir: |                |                |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 31.12.2025     | 31.12.2024     |
| Contas a receber no país                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 304.646        | 236.667        |
| Contas a receber no exterior                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 1.351          | 755            |
| <b>Subtotal</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <b>305.997</b> | <b>237.422</b> |
| (-) Perda estimada e incorrida com créditos de liquidação duvidosa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | (6.700)        | (3.018)        |
| <b>Total do contas a receber líquido</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <b>299.297</b> | <b>234.404</b> |
| <b>Circulante</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <b>299.297</b> | <b>234.404</b> |
| <b>Não circulante</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <b>-</b>       | <b>-</b>       |

A composição dos saldos de contas a receber de clientes brutos de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

|                      | 31.12.2025     | 31.12.2024     |
|----------------------|----------------|----------------|
| A vencer             | 303.933        | 235.018        |
| Vencidos:            |                |                |
| até 30 dias          | -              | 39             |
| entre 31 e 60 dias   | 378            | 648            |
| entre 61 e 90 dias   | 478            | 364            |
| entre 91 e 180 dias  | 139            | 123            |
| entre 181 e 360 dias | 430            | 464            |
| acima de 360 dias    | 639            | 766            |
| <b>Saldo final</b>   | <b>305.997</b> | <b>237.422</b> |

A movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

|                      | 31.12.2025     | 31.12.2024     |
|----------------------|----------------|----------------|
| <b>Saldo inicial</b> | <b>(3.018)</b> | <b>(2.831)</b> |
| Adições              | (6.700)        | (3.018)        |
| Baixas               | -              | 9              |
| Reversões            | 3.018          | 2.822          |
| <b>Saldo final</b>   | <b>(6.700)</b> | <b>(3.018)</b> |

**12. Estoques:** A composição dos estoques, líquida de provisão para perdas, é demonstrada abaixo:

|                                                                                                                                                                                                                                           | 31.12.2025     | 31.12.2024     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Matéria prima                                                                                                                                                                                                                             | 77.893         | 63.154         |
| Produto acabado                                                                                                                                                                                                                           | 53.369         | 38.618         |
| Produto semi-acabado                                                                                                                                                                                                                      | 18.995         | 26.919         |
| Embalagem                                                                                                                                                                                                                                 | 11.582         | 10.416         |
| Material de consumo                                                                                                                                                                                                                       | 379            | 423            |
| <b>Total</b>                                                                                                                                                                                                                              | <b>162.218</b> | <b>139.530</b> |
| Adicionalmente, os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R\$ 3.073 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.453 em 31 de dezembro de 2024). A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada: |                |                |

|                      | 31.12.2025     | 31.12.2024     |
|----------------------|----------------|----------------|
| <b>Saldo inicial</b> | <b>(1.453)</b> | <b>(725)</b>   |
| Adição               | (31.764)       | (16.038)       |
| Baixas               | 2.534          | 2.685          |
| Reversão             | 27.610         | 12.625         |
| <b>Saldo final</b>   | <b>(3.073)</b> | <b>(1.453)</b> |

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possuía estoques dados em garantia de dívidas. **13. Adiantamento fornecedores:**

|                           | 31.12.2025   | 31.12.2024   |
|---------------------------|--------------|--------------|
| Fornecedores nacionais    | 1.861        | 2.682        |
| Fornecedores estrangeiros | 1.806        | 2.147        |
| Despachantes              | 3.681        | 1.949        |
| <b>Total</b>              | <b>7.348</b> | <b>6.778</b> |

**14. Impostos a recuperar:**

|                                                             | 31.12.2025    | 31.12.2024   |
|-------------------------------------------------------------|---------------|--------------|
| PIS/COFINS                                                  | 3.654         | 1.631        |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) | 14.349        | 3.102        |
| Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”)             | 121           | 69           |
| <b>Total circulante</b>                                     | <b>18.124</b> | <b>4.802</b> |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) | 6.062         | 1.648        |

|                                               | 01.01.2024      | Adições         | Baixas         | Transferência | 31.12.2024      | Adições         | Baixas         | Transferência | 31.12.2025      |
|-----------------------------------------------|-----------------|-----------------|----------------|---------------|-----------------|-----------------|----------------|---------------|-----------------|
| <b>17. Imobilizado: Movimentação de custo</b> |                 |                 |                |               |                 |                 |                |               |                 |
| Terrenos, edifícios e benfeitorias            | 38.785          | 28.214          | -              | 1.103         | 68.102          | 41.933          | -              | 35.799        | 145.834         |
| Máquinas, equipamentos e outros bens          | 77.137          | 43.944          | (13)           | 256           | 121.324         | 54.500          | (4.562)        | 8.383         | 179.645         |
| Móveis e utensílios                           | 3.302           | 596             | (110)          | -             | 3.788           | 299             | (158)          | 384           | 4.313           |
| Veículos                                      | 4.825           | 2.326           | (1.235)        | -             | 5.916           | 1.666           | (222)          | -             | 7.360           |
| Equipamentos de informática                   | 5.036           | 2.052           | -              | -             | 7.088           | 2.196           | -              | 467           | 9.751           |
| Imobilizado em andamento                      | 16.267          | 46.999          | -              | (1.359)       | 61.907          | 81.955          | (232)          | (45.033)      | 98.597          |
| <b>Total de imobilizado</b>                   | <b>145.352</b>  | <b>124.131</b>  | <b>(1.358)</b> | <b>-</b>      | <b>268.125</b>  | <b>182.549</b>  | <b>(5.174)</b> | <b>-</b>      | <b>445.500</b>  |
| <b>Movimentação de depreciação</b>            |                 |                 |                |               |                 |                 |                |               |                 |
| Terrenos, edifícios e benfeitorias            | (2.658)         | (2.104)         | -              | -             | (4.762)         | (3.402)         | -              | -             | (8.164)         |
| Máquinas, equipamentos e outros bens          | (28.914)        | (9.855)         | 11             | -             | (38.758)        | (13.054)        | 588            | -             | (51.224)        |
| Móveis e utensílios                           | (1.814)         | (1.029)         | 81             | -             | (2.762)         | (301)           | 118            | -             | (2.945)         |
| Veículos                                      | (1.575)         | (903)           | 682            | -             | (1.796)         | (1.274)         | 207            | -             | (2.863)         |
| Equipamentos de informática                   | (2.928)         | (886)           | -              | -             | (3.814)         | (1.317)         | 186            | -             | (4.945)         |
| <b>Total de depreciação</b>                   | <b>(37.889)</b> | <b>(14.777)</b> | <b>774</b>     | <b>-</b>      | <b>(51.892)</b> | <b>(19.348)</b> | <b>1.099</b>   | <b>-</b>      | <b>(70.141)</b> |
| <b>Saldo líquido</b>                          | <b>107.463</b>  | <b>109.354</b>  | <b>(584)</b>   | <b>-</b>      | <b>216.233</b>  | <b>163.201</b>  | <b>(4.075)</b> | <b>-</b>      | <b>375.359</b>  |

No exercício de 31 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu ativos fixos destinados ao novo centro de pesquisa e desenvolvimento e ao novo polo de produção, totalizando um investimento de R\$ 182.549 (R\$ 124.131 em 31 de dezembro de 2024), com desembolso de caixa no montante de R\$ 175.902 (R\$ 111.230 em 31 de dezembro de 2024). Incluídos neste valor estão capitalizados custos de empréstimos relacionados a aquisição e construção dos novos ativos de R\$ 8.374 (R\$ 1.298), calculados utilizando uma taxa de capitalização média de 9,58%. Adicionalmente, as taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício de 2025, e a Administração não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis. **Receita diferida - Subvenção governamental:** Em junho de 2025, a Companhia recebeu, em doação do Município de Poços de Caldas, um terreno avaliado em R\$ 18.438, destinado à instalação de uma nova planta industrial. O valor foi registrado no ativo imobilizado e, em contrapartida, reconhecido como receita diferida no passivo não circulante, conforme o IAS 20/CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais. A apropriação ao resultado será realizada de forma linear ao longo de 10 anos, a partir do início da depreciação do prédio construído no local, em alinhamento com o cumprimento das condições estabelecidas na concessão. Dentre essas condições, destacam-se: a obrigatoriedade de construir e operar a planta industrial no terreno doado, conforme previsto no protocolo de intenções aprovado, e a observância de obrigações legais e sociais associadas ao projeto, incluindo contrapartidas como a doação de medicamentos. **Teste de redução ao valor recuperável (“Impairment”):** Para o exercício de 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar gatilhos de *impairment*. **18. Investimentos:** A Companhia detém participação de

**19. Intangível:**

|                                           | 01.01.2024     | Adições        | Baixas          | Transferências | 31.12.2024      | Adições        | Baixas      | Transferências | 31.12.2025      |
|-------------------------------------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|-------------|----------------|-----------------|
| <b>Custo ou Avaliação</b>                 |                |                |                 |                |                 |                |             |                |                 |
| Software                                  | 2.893          | 1.021          | -               | -              | 3.914           | 197            | (43)        | -              | 4.068           |
| Desenvolvimento de produtos               | 66.927         | 31.969         | (33.325)        | (2.821)        | 62.750          | 52.767         | (41)        | (9.301)        | 106.175         |
| Direito propriedade industrial e serviços | 3.630          | -              | -               | -              | 3.630           | -              | -           | -              | 3.630           |
| Produtos lançados                         | 9.320          | 110            | -               | 2.821          | 12.251          | 446            | -           | 9.301          | 21.998          |
| Outros                                    | 43             | -              | -               | -              | 43              | -              | -           | -              | 43              |
| <b>Total intangível</b>                   | <b>82.813</b>  | <b>33.100</b>  | <b>(33.325)</b> | <b>-</b>       | <b>82.588</b>   | <b>53.410</b>  | <b>(84)</b> | <b>-</b>       | <b>135.914</b>  |
| <b>Amortização</b>                        |                |                |                 |                |                 |                |             |                |                 |
| Software                                  | (1.952)        | (505)          | -               | -              | (2.457)         | (563)          | 41          | -              | (2.979)         |
| Direito de propriedade industrial         | (1.150)        | (726)          | -               | -              | (1.876)         | (726)          | -           | -              | (2.602)         |
| Produtos lançados                         | (2.624)        | (3.915)        | -               | -              | (6.539)         | (5.791)        | -           | -              | (12.330)        |
| <b>Total de amortização</b>               | <b>(5.726)</b> | <b>(5.146)</b> | <b>-</b>        | <b>-</b>       | <b>(10.872)</b> | <b>(7.080)</b> | <b>41</b>   | <b>-</b>       | <b>(17.911)</b> |
| <b>Saldo líquido</b>                      | <b>77.087</b>  | <b>27.954</b>  | <b>(33.325)</b> | <b>-</b>       | <b>71.716</b>   | <b>46.330</b>  | <b>(43)</b> | <b>-</b>       | <b>118.003</b>  |

**Recuperação de custos com desenvolvimento:** Em cada data de divulgação, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

|                             | 31.12.2025    | 31.12.2024   |
|-----------------------------|---------------|--------------|
| Pis/Cofins a recuperar      | 1             | 161          |
| <b>Total não circulante</b> | <b>6.063</b>  | <b>1.809</b> |
| <b>Total</b>                | <b>24.187</b> | <b>6.611</b> |

**15. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Remuneração dos dirigentes:** A remuneração dos dirigentes é composta de: remuneração fixa mensal, incluindo salários, pró-labore, pagamentos à pessoa jurídica e benefícios compostos de plano de saúde e seguro de vida. **Remuneração do Conselho de Administração:** A remuneração de membros do Conselho de Administração acontece em razão da realização de reuniões periódicas, composta de valor fixo, por reunião com natureza salarial, não incluindo nenhuma espécie de benefício. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, inclui as remunerações fixas e benefícios dos dirigentes e remuneração por reunião dos membros do Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. A remuneração total dos administradores e comitê auditoria está assim demonstrada:

|                           | 31.12.2025   | 31.12.2024   |
|---------------------------|--------------|--------------|
| Diretores                 | 4.383        | 2.953        |
| Conselho de Administração | 150          | 65           |
| <b>Total</b>              | <b>4.533</b> | <b>3.018</b> |

**16. Imposto de renda e contribuição social: 16. a Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado:** A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

|                                                                 | 31.12.2025      | 31.12.2024      |
|-----------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| <b>Conciliação da alíquota de imposto efetiva</b>               |                 |                 |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b> | <b>255.471</b>  | <b>165.901</b>  |
| Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social    | 34%             | 34%             |
| Despesa projetada de imposto de renda e contribuição social     | <b>(86.860)</b> | <b>(56.406)</b> |
| Adições/exclusões permanentes                                   | (1.576)         | (3.998)         |
| Subvenção estadual MG                                           | 23.603          | 20.002          |
| Lei do Bem                                                      | 29.343          | 26.374          |
| <b>Total</b>                                                    | <b>(35.490)</b> | <b>(14.028)</b> |
| <b>Alíquota efetiva de IR e CS (%)</b>                          | <b>(13,9%)</b>  | <b>(8,5%)</b>   |
| Imposto de renda e contribuição social correntes                | (10.866)        | (3.400)         |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                | (24.624)        | (10.628)        |
| <b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>        | <b>(35.490)</b> | <b>(14.028)</b> |

**16. b Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

|                                           | 31.12.2025 | 31.12.2024 |
|-------------------------------------------|------------|------------|
| <b>Ativo fiscal diferido</b>              |            |            |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica          | -          | 102        |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido | -          | 37         |
| <b>Total</b>                              | <b>-</b>   | <b>139</b> |

**Passivo fiscal diferido**

|                                           |                 |            |
|-------------------------------------------|-----------------|------------|
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica          | (18.003)        | -          |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido | (6.482)         | -          |
|                                           | (24.485)        | -          |
| <b>Total</b>                              | <b>(24.485)</b> | <b>139</b> |

**Imposto de renda e contribuição social diferido** Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se conforme seguem:

|                                                | 31.12.2025   | 31.12.2024   |
|------------------------------------------------|--------------|--------------|
| <b>Diferenças temporárias ativas</b>           |              |              |
| Provisão para acordos comerciais               | 2.677        | 1.699        |
| Provisão para demandas judiciais               | 992          | 778          |
| Provisão para perdas de crédito esperadas      | 2.278        | 1.026        |
| Provisão para perda nos estoques               | 1.045        | 494          |
| Provisão para devoluções                       | 1.539        | 791          |
| Passivo de arrendamento                        | 647          | 1.797        |
| Outros                                         | 362          | 2.746        |
| <b>Total das diferenças temporárias ativas</b> | <b>9.540</b> | <b>9.331</b> |

**Diferenças temporárias passivas**

|                                                           |                 |                |
|-----------------------------------------------------------|-----------------|----------------|
| Depreciação e amortização acelerada (1)                   | (33.412)        | (10.916)       |
| Direito de uso                                            | (613)           | (1.636)        |
| <b>Total das diferenças temporárias ativas e passivas</b> | <b>(24.485)</b> | <b>(3.221)</b> |
| Prejuízo fiscal e base negativa                           | -               | 3.360          |

continuação

Faça um orçamento conosco: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

**KPMG**  
**Audidores Independientes Ltda.**  
CRC 2SP-027612/F

**Carlos Humberto Rodrigues da Silva**  
**Contador**  
CRC 1SP217733/0-4

PUBLICIDADE LEGAL

A.Life Entertainment Group S.A.

CNPJ nº 11.513.881/0001-60 - NIRE nº 35.300.375.653  
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 14 de março de 2026, às 9:00 horas na sede da Companhia, localizada na Rua Augusta, 3000, 1º andar, Cerqueira Cesar, São Paulo, SP, CEP 01412-100, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1)** Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, para novo mandato unificado, nos termos do Estatuto Social. **2)** Posse dos conselheiros eleitos, mediante assinatura do termo próprio, observado o Artigo 147 da Lei nº 6.404/1976. A documentação relativa às matérias da ordem do dia está à disposição para exame pelos Srs. Acionistas na sede da Companhia. A participação poderá ocorrer por representante legal ou pro-curador constituído há menos de 1 (um) ano, nos termos da Lei nº 6.404/1976. A assembleia será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, por membro indicado pelos acionistas detentores da maioria do capital social presente, conforme o Artigo 7º, §2º, do Estatuto Social. São Paulo, 6 de março de 2026. **Pedro Henrique Cristoforo da Silveira** - Presidente do Conselho de Administração. **(06, 09 e 10/03/2026)**

Healthcare Consulting  
Serviços Médicos S.A. – Em Liquidação

CNPJ nº 10.172.974/0001-06 - NIRE nº 35.300.470.176  
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Healthcare Consulting Serviços Médicos S.A. – em liquidação para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se em 23 de março de 2026, às 9:00 horas em primeira chamada, e às 9:30 horas, em segunda chamada, na sede social, situada à Rua Cônego Eugênio Leite, nº 933, conjunto 51, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05414-012, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Examinar e aprovar as contas da liquidação apresentadas pela liquidante; **(ii)** Deliberar sobre a extinção da Companhia e arquivamento dos atos na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Os acionistas que se fizerem representar por procuradores deverão encaminhar para a sede os mandatos outorgados no prazo de até 48 horas antes da Assembleia. São Paulo, 10 de março de 2026. Liquidante **Flávia Kfourir**. **(10, 16 e 17/03/2026)**

Painco Indústria e Comércio S.A.

CNPJ nº 56.563.976/0001-27 - NIRE 35300019482  
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de Janeiro de 2026

**Data, Hora e Local:** Aos 31/01/2026, às 10 hs À Rodovia Nelson Caproni S/Nº, Km 2.5, Bairro Vitória Perim Cezarino, na cidade de Rio das Pedras, Estado de São Paulo, CEP 13.390-120. **Convocação e Quorum:** Dispensada pela presença dos Acionistas representando a totalidade do Capital Social. **Deliberações Aprovadas:**1) Decidiram aprovar a celebração do contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Com a Agência Especial de Financiamento Industrial S/A - Finaime no montante de R\$ 25.000.000,00, nos lermos e condições aprovados pela FINAME , mediante a decisão do comitê de crédito e Operações CCoP na 05/2026-FINAME de 27/01/2026 operação 7.548.310. Nada mais. Rio das pedras 31/01/2026. Jucesp nº 087.252/26-0 em 05/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

CLI IV-ML Empreendimento Imobiliário S.A.

CNPJ nº 44.946.454/0001-25 - NIRE 35.300.584.856  
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada 27/01/2026

**Data, Hora e Local:** 27/01/2026, às 10hs, na sede da Companhia. **Convocação e Quorum:** Dispensada a Convocação, considerando que a totalidade dos acionistas. **Mesa:** Sylvio Klein Trompowsky Heck, *Presidente*; Marcelo de Campos Bicudo, *Secretário*. **Deliberações aprovadas:** 5.1. **Aprovada** a lavratura da Ata sob a forma de sumário; 5.2. **Aprovado** o aumento de capital social da Companhia de R\$ 88.818.874,00 para R\$ 219.343.237,00 sendo o aumento, portanto, no valor de R\$ 130.524.363,00 mediante a emissão de 90.274.099 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com direito a voto, ao preço de emissão de R\$ 1,4458672471 por ação. A totalidade das ações ora emitidas foi subscrita pelo acionista RDLI SBC Participações Ltda., renunciando as demais acionistas expressamente ao seu direito de preferência nessa subscrição., conforme boletim de subscrição integrante desta Ata como Anexo 1 e passando a composição societária da Companhia a ser a seguinte: **Acionista:** RDP LOG; **Nº de Ações:** 30.757.641; **Percentual:** 17,18%. **Acionista:** RBR LOG; **Nº de Ações:** 5.048.031; **Percentual:** 2,82%. **Acionista:** Imigrantes; **Nº de Ações:** 33.013.201; **Percentual:** 18,43%. **Acionista:** Investidora; **Nº de Ações:** 110.274.100; **Percentual:** 61,57%. **Total do Nº de Ações:**179.092.973. **Total do Percentual:** **100,00%**, 5.3 Aprovar a nova redação do Artigo 5º. Do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 5º - O capital social é de R\$ 219.343.237,00, dividido em 179.092.973 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com direito a voto. § 1º - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada a adoção da forma escritural. § 2º - A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. § 3º - Com a inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, fica comprovada a respectiva propriedade das ações. § 4º - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º - Poderão ser emitidas, respeitado o direito de preferência dos acionistas, nos termos previstos no Acordo de Acionistas da Companhia, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76. § 6º - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. § 7º - A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito nas condições previstas no boletim ou na chamada, fará com que o mesmo fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 6.404/76, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do IPCA/IBGE na menor periodicidade legalmente admitida, além dos juros de 12% ao ano, pro rata temporis e multa correspondente a 10% do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada. Nada mais. JUCESP nº 64.599/26-7 em 30/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.**

LCR Holding Ltda.

CNPJ/MF nº 48.134.869/0001-55 - NIRE 35.240.028.341  
Aviso aos Credores - Retificação do Capital Social

A sociedade LCR Holding Ltda., com sede na Rodovia José Simões Louro Junior, nº 45254, Bairro Boa Vista, Embu Guaçu/SP, CEP 06901-105, comunica que, por alteração contratual datada de 25/02/2026, promoveu retificação do capital social anteriormente indicado em R\$ 600.000,00, parcialmente declarado como integralizado mediante conferência de bem imóvel cuja transferência não se concretizou. Dessa forma, o capital social passa a ser de R\$ 50.000,00, dividido em quotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada. Esclarecem os sócios que a presente retificação não implica restituição de valores, transferência de bens ou diminuição do patrimônio social, tratando-se apenas de adequação do capital social à efetiva subscrição realizada. Nos termos do artigo 1.084 do Código Civil, eventuais credores poderão apresentar oposição no prazo de 90 dias contados da publicação deste aviso. Embu Guaçu/SP, 25/02/2026. **Demetrius Lineu Cravo Roxo** - Sócio; **Cassius Lineu Cravo Roxo** - Sócio.

Movecta S.A.

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 - NIRE 35.300.117.441  
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de fevereiro de 2026

**Data, Hora e Local:** 04/02/2026, às 10h00, na sede social da Movecta S.A. ("Companhia"). **Convocação:** Convocação publicada no jornal Data Mercantil", na página 02 de 27/01/2026, página 01 de 28/01/2026 e página 05 de 29/01/2026. **Presença:** Representantes de **95,65%** do capital social votante. **Mesa:** Sra. Marilena Rodrigues Vasone, Presidente e Sr. Alceu Rodrigues Vasone, Secretário. **Ordem do Dia:** (i) a renúncia do Sr. **José Florêncio Rodrigues** e do Sr. **José Antônio Miguel Neto** como membros do Conselho de Administração; (ii) reeleger os demais membros do Conselho de Administração. **Deliberações:** Os acionistas presentes, por unanimidade, deliberaram: **1.** Os acionistas **tomaram ciência da renúncia apresentada pelo Sr. José Florêncio Rodrigues** e pelo Sr. **José Antônio Miguel Neto** ao cargo de membros do Conselho de Administração, agradecendo-lhes pelos serviços prestados. 2. Reeleger para compor o Conselho de Administração, com mandato que se inicia nesta data e **se encerrará** em julho de 2026 ou na Assembleia a ser realizada em 2026, que deliberará sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2025, quais sejam os Srs.: (i) Sra. **Marilena Rodrigues Vasone**, RG nº 2.617.241-0 (SSP/SP), CPF/MF nº 255.275.618-21, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) **Alceu Rodrigues Vasone**, RG nº 11.000.676-8 (SSP/SP), CPF/MF nº 116.209.478-89, ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; e; (iii) **Antonio Dias Figueiredo Filho**, RG nº 25.674.720-9 (SSP/SP), CPF/MF nº 261.961.608-50, ao cargo de membro do Conselho de Administração. **3.** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomam posse de seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, declarando que não estão impedidos por lei especial, ou condenados a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a assembleia. São Paulo, 04/02/2026. **Mesa:** Marilena Rodrigues Vasone – **Presidente**; Alceu Rodrigues Vasone – **Secretário**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 54.139/26-0 em 27/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Data Mercantil

A maior opção para sua empresa

Qualiciclo Agrícola S.A.

CNPJ/MF nº 04.784.681/0001-87 - NIRE 35.300.557.743  
Edital de Convocação de Reunião para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 16 de março de 2026

Ficam convocados os senhores acionistas da **Qualiciclo Agrícola S.A. ("Companhia")** a se reunirem em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de modo exclusivamente virtual e remoto no dia 16 de março de 2026, às 14:00, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes na Ordem do Dia: **1.** Aceitação da renúncia dos atuais membros do conselho de administração da Companhia e a outorga de quitação aos referidos membros renunciantes; **2.** Reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **3.** Autorização a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas na Assembleia. A Companhia realizará o envio do convite da plataforma Microsoft Teams em até 48 horas antes do horário de início da reunião a todos os acionistas. Limeira/SP, dias 7, 10 e 11 de março de 2026. **Distribuidora Pitanguinhas de Produtos Agropecuários S.A.** (07, 10 e 11/03/2026)

Agropecuária Nova Europa S.A.

CNPJ/MF nº 55.925.275/0001-28 - NIRE 35.3.0019411.0  
Ata de Reunião da Diretoria realizada em 08 de dezembro de 2025

**Data, Horário e Local:** em 08/12/2025, às 09h00min, na sede social, no município de Nova Europa-SP. **Convocação e Presenças:** Convocação realizada nos termos do Estatuto Social da Companhia, com a presença da totalidade dos membros da Diretoria. **Mesa:** Presidente: Sr. Roberto Malzoni Filho, Secretária: Sra. Anita Ferraz Malzoni. **Deliberações da Ordem do Dia:** os Diretores, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas ou restrições, tomaram a seguinte deliberação: **6.1.** Aprovam a retificação do endereço das filiais da Companhia, abaixo identificadas, para atribuir-lhes os CEPs ora atualizados, em substituição àqueles conferidos, ratificando-se as demais informações. Deste modo, alteram-se e ratificam-se os endereços das seguintes filiais: **(i)** Filial NIRE 35902647741, de **Sítio São Luís**, Estrada do Jacaré, S/N, KM8, Meia Légua, Gavião Peixoto-SP, CEP: 14.813-000, para **Sítio São Luiz**, situado à Estrada do Jacaré, Bairro Meia Légua, Gavião Peixoto-SP, CEP: 14.814-898; **(ii)** Filial NIRE 35902647759, de **Fazenda Santa Helena**, S/N, Itaquerezinho, Nova Europa-SP, CEP: 14.920-000 para **Fazenda Santa Helena**, S/N, Itaquerezinho, Nova Europa-SP, CEP: 14.923-899; **(iii)** Filial NIRE 35901625786, **Sítio São Domingos**, situado à Via SPV, 042, Km 42, S/N, Rural, Gavião Peixoto-SP, CEP: 14.813-000 para **Sítio São Domingos**, situado à Via SPV, 042, Km 42, S/N, Rural, Gavião Peixoto-SP, CEP: 14.814-898; **(iv)** Filial NIRE 35903067349, de **Fazenda Aranova**, S/N, Rural, Tabatinga-SP, CEP: 14.910-000 para **Fazenda Aranova**, S/N, Rural, Tabatinga-SP, CEP: 14.918-899; **(v)** Filial NIRE 35903095652, de **Sítio São João**, S/N, Barro Preto, Tabatinga-SP, CEP: 14.910-000 para **Sítio São João**, S/N, Barro Preto, Tabatinga-SP, CEP: 14.918-899; **(vi)** Filial NIRE 35903067331, de **Sítio Santa Alice** – Estrada Municipal Tabatinga, S/N, Laranjal, Tabatinga-SP, CEP: 14.910-000 para **Sítio Santa Alice** – Estrada Municipal Tabatinga, S/N, Laranjal, Tabatinga-SP, CEP: 14.918-899; **(vii)** Filial NIRE 35903095636, **Fazenda Rancho Azul**, S/N, Rural, Boa Esperança Do Sul-SP, CEP: 14.930-000 para **Fazenda Rancho Azul**, situada à Faz. Rancho Azul, S/N, Rural, Boa Esperança Do Sul-SP, CEP: 14.933-899; **(viii)** Filial NIRE 35903095695, de **Sítio Quinhão** 06, S/N, São Salvador, Nova Europa-SP, CEP: 14920-000 para **Sítio Quinhão** 06, S/N, São Salvador, Nova Europa-SP, CEP: 14.923-899; **(ix)** Filial NIRE 35903095679, de **Fazenda Santa Fé**, situada à Estrada da Antiga Fazenda Itaquêrê, S/N, Fazenda Santa Fé, Nova Europa-SP, CEP: 14920-000 para **Fazenda Santa Fé**, situada à Estrada da Antiga Fazenda Itaquêrê, S/N, Fazenda Santa Fé, Nova Europa-SP, CEP: 14.923-899; **(x)** Filial NIRE 35903095687, de **Sítio São José**, S/N, Chave Macaia, Tabatinga-SP, CEP: 14.910-000 para **Sítio São José**, S/N, Chave Macaia, Tabatinga-SP, CEP: 14.918-899; **(xi)** Filial NIRE 35903095661, de **Sítio Itaquêrê**, S/N, Tremembé, Tabatinga-SP, CEP: 14.910-00 para **Sítio Itaquêrê**, S/N, Tremembé, Tabatinga-SP, CEP: 14.918-899; **(xii)** Filial NIRE 35903095644, de **Sítio Tremembé**, S/N, Tremembé, Tabatinga-SP, CEP: 14910-000 para **Sítio Tremembé**, S/N, Tremembé, Tabatinga-SP, CEP: 14.918-899; **(xiii)** Filial NIRE 35904006882, de **Fazenda São Benedito**, S/N, Boituva, Capão Bonito-SP, CEP: 18.300-999 para **Fazenda São Benedito**, S/N, Boituva, Capão Bonito-SP, CEP: 18.308-899; **(xiv)** Filial NIRE 35903067357, de **Parque Itaquêrê** – Estrada da Antiga Fazenda Itaquêrê, S/N, Nova Europa-SP, CEP: 14920-000 para **Parque Itaquêrê** – Estrada da Antiga Fazenda Itaquêrê, S/N, Rural, Nova Europa-SP, CEP: 14.923-899. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada esta Ata. Nova Europa, 08/12/2025. **Mesa:** Roberto Malzoni Filho – Presidente; Anita Ferraz Malzoni – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 59.353/26-0 em 27/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/ME nº 48.344.725/0007-19 - NIRE 35.300.525.892  
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 09/03/2026

**Data, Hora e Local:** Em 09/03/2026, às 10 hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensadas a convocação, em vista da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa: Presidente:** Cláudio Roberto Ely; **Secretária:** Priscila Maiocchi da Cruz. **Deliberações Aprovadas:** Instalada a reunião, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Reinaldo Guerreiro, membro e coordenador do Comitê de Auditoria Estatutária, o qual, em nome dos demais membros, recomendou ao Conselho de Administração sobre a aprovação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração dos Valores Adicionados e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, todos referentes e relativos ao exercício social e fiscal encerrado em 31/12/2025. Após a análise e debates das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, em cumprimento ao inciso (v) do artigo 142 da Lei 6.404/76 e, diante do Relatório da KPMG Auditores Independentes, decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, recomendar à Assembleia Geral Ordinária: (i) a aprovação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração dos Valores Adicionados e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, todos referentes e relativos ao exercício social e fiscal encerrado em 31/12/2025, os quais deverão ser publicados, no Jornal Data Mercantil. **Documentos Arquivados Na Companhia:** Rubricados pela Mesa, ficam arquivados na sede da Companhia os documentos que respaldaram as deliberações tomadas pelos Conselheiros ou que estejam relacionados às informações prestadas durante a reunião. Nada mais. Atibaia, 09/03/2026

Condocash Assessoria em Crédito S.A.

CNPJ/MF nº 18.536.571/0001-00 - NIRE 35.300.610.326  
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2025

**Data, Hora e Local:** 10/12/2025, às 15h00, na sede social da companhia. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Acionistas detentores da totalidade das ações ordinárias. **Mesa:** Gabriela Pereira Romano – Presidente; Fabio Paim Ferraz Rodrigues – Secretário. **Publicações:** Por ser Sociedade Anônima de capital fechado com receita bruta anual de até R\$78.000.000,00 poderá fazer suas publicações de forma eletrônica. **Deliberações:** Aprovada por unanimidade as contas dos administradores, o balanço patrimonial e demais as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2024. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado encerrou-se esta Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. São Paulo, 10/12/2025. **Gabriela Pereira Romano** – Presidente da Mesa; **Fabio Paim Ferraz Rodrigues** – Secretário da Mesa. JUCESP – Registro sob o nº 1.089.189/26-6 em 12/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471  
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A. ("Companhia")** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 18 dias de março de 2026, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte Empresarial/Alphaville, CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) o exercício da Opção de Compra, pela Companhia, de ações preferenciais de sua emissão para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento; e (ii) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação anterior. Barueri, 09 de março de 2026. **Thiago Lolkus Nigro**, Presidente do Conselho de Administração. (10, 11 e 12/03/2026)

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5667

Dólar (EUA) - 5,2139

Franco (Suíça) - 6,6965

Iene (Japão) - 0,03298

Libra (Inglaterra) - 6,9851

Peso (Argentina) - 0,003678

Peso (Chile) - 0,00571

Peso (México) - 0,2936

Peso (Uruguai) - 0,1293

Yuan (China) - 0,7549

Rublo (Rússia) - 0,06642

Euro (Unidade Monetária

Europeia) - 6,0445

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,2133 / R\$ 5,2139 \*\*

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,1632 / R\$ 5,1652 \*

Turismo - R\$ 5,2320 / R\$

5,4120

(\*) cotação média do

mercado

(\*\*) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: -1,42%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: +0,86%

Pontos: 180.915

Volume financeiro: R\$

37,741 bilhões

Maiores altas: Eneva

ON (+4,98%), CPFL ON

(+3,73%), Rumo ON

(+2,97%)

Maiores baixas: MRV ON

(-7,85%), Pão de Açúcar

ON (-5,21%), C&A ON

(-3,81%)

S&P 500 (Nova York):

0,83%

Dow Jones (Nova York):

0,5%

Nasdaq (Nova York):

1,38%

CAC 40 (Paris): -0,98%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,77%

Financial 100 (Londres):

-0,34%

Nikkei 225 (Tóquio):

-5,2%

Hang Seng (Hong Kong):

-1,35%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,67%

CSI 300 (Xangai e Shen-

zhen): -0,97%

Merval (Buenos Aires):

0,25%

IPC (México): -0,63%

ÍNDICES DE

INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Janeiro 2025: 0,16%

Fevereiro 2025: 1,31%

Março 2025: 0,56%

Abril 2025: 0,43%

Mai 2025: 0,26%

Junho 2025: 0,24%

Julho 2025: 0,26%

Agosto 2025: -0,11%

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64

Aviso – Demonstrações Financeiras Resumidas em Atendimento no Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: (i) Jornal “Data Mercantil” (https://datamercantil.com.br/); (ii) RI da Companhia (https://triufo.com/ri/); (iii) CVM (www.cvm.gov.br/).

| DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos (Em milhares de reais, exceto o prejuízo (lucro) por ação) |                |                |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                |                                                                          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|--------------------------------------|---------------|--------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
| Balanco patrimonial                                                                                                                                                                 |                |                | Demonstração das mutações do patrimônio líquido            |                       |                      |                                      |               | Demonstração do fluxo de caixa |                                                                          |
| Ativo                                                                                                                                                                               | 2025           | 2024           |                                                            |                       |                      |                                      |               | 2025                           | 2024                                                                     |
| <b>Ativo circulante</b>                                                                                                                                                             |                |                | <b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>                     | <b>Capital social</b> | <b>Reserva Legal</b> | <b>Lucros (Prejuízos) acumulados</b> | <b>AFAC</b>   | <b>Total</b>                   |                                                                          |
| Caixa e equivalentes de caixa                                                                                                                                                       | 37.788         | 13.335         | Lucro líquido do exercício                                 | 220.535               | 583                  | 8.311                                | 63.421        | 292.850                        | Fluxos de caixa das atividades operacionais                              |
| Contas a receber                                                                                                                                                                    | 13.979         | 12.341         | Reserva legal                                              | -                     | -                    | 3.608                                | -             | 3.608                          | <b>Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL</b>                          |
| Impostos a recuperar                                                                                                                                                                | 1.256          | 2.669          | Constituição de dividendos a pagar                         | -                     | 180                  | (180)                                | -             | -                              | <b>Ajustes para conciliar o resultado às atividades operacionais</b>     |
| Despesas antecipadas                                                                                                                                                                | 5.370          | 5.571          | Aumento de capital                                         | 63.421                | -                    | (857)                                | -             | (857)                          | Amortização e depreciação                                                |
| Outros créditos                                                                                                                                                                     | 1.482          | 1.461          | <b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>                     | <b>283.956</b>        | <b>763</b>           | <b>10.882</b>                        | <b>-</b>      | <b>295.601</b>                 | Amortização do direito de uso e juros sobre arrendamentos                |
| <b>Total do ativo circulante</b>                                                                                                                                                    | <b>59.875</b>  | <b>35.377</b>  | Prejuízo líquido do exercício                              | -                     | -                    | (25.847)                             | -             | (25.847)                       | Provisão para manutenção                                                 |
| <b>Ativo não circulante</b>                                                                                                                                                         |                |                | Absorção de prejuízos acumulados por meio da reserva legal | -                     | (763)                | 763                                  | -             | -                              | Baixa de obrigações com infraestrutura a realizar                        |
| Contas a receber                                                                                                                                                                    | -              | 805            | Adiantamento para futuro aumento de capital                | -                     | -                    | -                                    | 42.170        | 42.170                         | Provisão para demandas judiciais                                         |
| Depósitos judiciais                                                                                                                                                                 | 9.483          | 34.451         | <b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>                     | <b>283.956</b>        | -                    | <b>(14.202)</b>                      | <b>42.170</b> | <b>311.924</b>                 | Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures     |
| Despesas antecipadas                                                                                                                                                                | 3.197          | 6.872          |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível e ativo do contrato |
| Partes relacionadas                                                                                                                                                                 | 548            | -              |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | <b>Redução (aumento) nos ativos</b>                                      |
| Tributos diferidos ativos                                                                                                                                                           | 5.250          | -              |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Contas a receber                                                         |
| Ativos de direito de uso                                                                                                                                                            | 370            | 713            |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Despesas antecipadas                                                     |
| Imobilizado                                                                                                                                                                         | 5.422          | 5.158          |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Impostos a recuperar                                                     |
| Intangível                                                                                                                                                                          | 443.731        | 444.271        |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Outros créditos                                                          |
| Ativo de contrato                                                                                                                                                                   | 212.329        | 205.183        |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Depósitos judiciais                                                      |
| <b>Total do ativo não circulante</b>                                                                                                                                                | <b>680.330</b> | <b>697.453</b> |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Partes relacionadas                                                      |
| <b>Total do ativo</b>                                                                                                                                                               | <b>740.205</b> | <b>732.830</b> |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | <b>Aumento (redução) nos passivos</b>                                    |
| <b>Passivo e patrimônio líquido</b>                                                                                                                                                 | <b>2025</b>    | <b>2024</b>    |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Fornecedores                                                             |
| <b>Passivo circulante</b>                                                                                                                                                           |                |                |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Impostos, taxas e contribuições                                          |
| Empréstimos e financiamentos                                                                                                                                                        | 329            | 818            |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Obrigações sociais                                                       |
| Debêntures                                                                                                                                                                          | 21.945         | 19.489         |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Partes relacionadas                                                      |
| Fornecedores                                                                                                                                                                        | 34.608         | 28.588         |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Outros passivos                                                          |
| Impostos, taxas e contribuições                                                                                                                                                     | 8.006          | 10.273         |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Pagamento de demandas judiciais                                          |
| Obrigações sociais                                                                                                                                                                  | 5.160          | 6.670          |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | <b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>                          |
| Provisão para manutenção                                                                                                                                                            | 1.223          | 748            |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | <b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>                    |
| Partes relacionadas                                                                                                                                                                 | 22.873         | 12.833         |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Aquisição de imobilizado                                                 |
| Passivos de arrendamento                                                                                                                                                            | 301            | 533            |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Adição ao intangível e ativo de contrato (intangível em construção)      |
| Outras contas a pagar                                                                                                                                                               | 2.979          | 12.562         |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | <b>Caixa (aplicado) nas atividades de investimento</b>                   |
| <b>Total do passivo circulante</b>                                                                                                                                                  | <b>97.424</b>  | <b>92.514</b>  |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>                   |
| <b>Passivo não circulante</b>                                                                                                                                                       |                |                |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Pagamento de arrendamento                                                |
| Empréstimos e financiamentos                                                                                                                                                        | -              | 329            |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Adiantamento para futuro aumento de capital                              |
| Debêntures                                                                                                                                                                          | 299.978        | 297.461        |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Amortização de debentures e empréstimos                                  |
| Fornecedores                                                                                                                                                                        | 2.056          | 13.417         |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | <b>Caixa (aplicado nas) atividades de investimento</b>                   |
| Impostos, taxas e contribuições                                                                                                                                                     | 8.835          | 9.346          |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | <b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>                |
| Provisão para manutenção                                                                                                                                                            | 4.870          | 5.435          |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Saldo inicial de caixa e equivalentes no exercício                       |
| Tributos diferidos                                                                                                                                                                  | -              | 6.124          |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | Saldo final de caixa e equivalentes no exercício                         |
| Provisão para demandas judiciais                                                                                                                                                    | 9.484          | 6.035          |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                | <b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>                |
| Passivos de arrendamento                                                                                                                                                            | 357            | 396            |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                |                                                                          |
| Outras contas a pagar                                                                                                                                                               | 5.277          | 6.172          |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                |                                                                          |
| <b>Total do passivo não circulante</b>                                                                                                                                              | <b>330.857</b> | <b>344.715</b> |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                |                                                                          |
| <b>Total do passivo</b>                                                                                                                                                             | <b>428.281</b> | <b>437.229</b> |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                |                                                                          |
| <b>Patrimônio líquido</b>                                                                                                                                                           |                |                |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                |                                                                          |
| Capital social                                                                                                                                                                      | 283.956        | 283.956        |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                |                                                                          |
| Reserva legal                                                                                                                                                                       | -              | 763            |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                |                                                                          |
| AFAC                                                                                                                                                                                | 42.170         | -              |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                |                                                                          |
| Lucros (Prejuízos) acumulados                                                                                                                                                       | (14.202)       | 10.882         |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                |                                                                          |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>                                                                                                                                                  | <b>311.924</b> | <b>295.601</b> |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                |                                                                          |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>                                                                                                                                        | <b>740.205</b> | <b>732.830</b> |                                                            |                       |                      |                                      |               |                                |                                                                          |

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

**1. Contexto operacional:** A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rua Voluntário Vitoriano Borges, no 451, Município de Lins – Estado de São Paulo e controlada indiretamente pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. (TPI), (“Triunfo” ou “Controladora”), controladora da acionista BRVias Holding TBR S.A. O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário no 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Em 12 de dezembro de 2007, por meio da Resolução no 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13 de fevereiro de 2008, por meio da Resolução no 2.537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do Contrato de Concessão. Dessa forma, a Companhia se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio. Ao longo desses anos de Concessão, a Companhia vem enfrentando diversos desafios, dentre eles, mas não limitado, o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato em razão de: (i) atrasos nas Revisões Ordinárias previstas contratualmente, (ii) excesso de carga no pavimento devido a exclusão de balanços do Contrato de Concessão pela Agência Reguladora; e, (iii) ausência de reequilíbrio integral para a realização das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03, entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3), determinadas através de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança no 1007988-79.2017.4.01.3400 e incluídas no Contrato através da formalização do 4º Termo Aditivo, firmado em 20 de dezembro de 2024. Portanto, as tarifas atualmente recebidas pela Transbrasiliana não reequilibraram integralmente o Contrato de Concessão. Por fim, importante destacar que em 25 de agosto de 2023, o Ministério dos Transportes emitiu a Portaria no 848/2023, com o objetivo de readaptar e otimizar os contratos de exploração de infraestrutura rodoviária federal, no qual as concessionárias interessadas deveriam apresentar estudos para demonstrar a vantagemidade de celebração de termo aditivo e prorrogação dos contratos originais por até quinze anos. Em 12 de dezembro de 2023, a Transbrasiliana protocolou junto ao Ministério dos Transportes proposta de otimização e readequação do Contrato de Concessão. Em 19 de dezembro de 2023 o Ministério dos Transportes se manifestou favorável a pré-admissibilidade do Requerimento, e, o encaminhou a INFRA S.A. e CONJUR para suas respectivas avaliações. Em 11 de setembro de 2024 foi publicada a Portaria no 863 de 10 de setembro de 2024, que apresentou a manifestação favorável, com ressalvas, do Ministério dos Transportes, à admissibilidade do requerimento de readaptação e otimização do contrato de concessão da BR- 153/SP. Conforme rito estabelecido na Portaria 848/2024, o processo ainda passará por análise e deliberações ANTT e TCU. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 37.549, e de R\$ 57.137 em 31 de dezembro de 2024, resultado das negociações para quitação de passivos, bem como mantêm sua estrutura de endividamento conforme cronograma de quitação. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A administração da Companhia, em conjunto aos acionistas controladores, avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que os planos de reestruturação financeira e as gerações positivas de caixa nos últimos exercícios da Controladora são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

**2. Base para preparação e apresentação das informações:** **2.1 Base de preparação e declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei no 6.404/76 com alterações da Lei no 11.638/07 e Lei no 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstra-

ções contábeis foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de administração em 06 de março de 2026. **2.2 Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos ou, quando aplicável, ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo na mensuração subsequente. **2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$) exceto quando indicado de outra forma, o real é a moeda funcional da Companhia. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **2.5 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas a seguir em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **a) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: **i)** O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e **ii)** Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: **i)** O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e **ii)** Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo

financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Receitas financeiras” (Vide Nota Explicativa no 21). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descaimento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado. **Contratos de garantia financeira:** Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **b.1) Contratos de concessão:** A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O Concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. **b.2) Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC, considerando os aspectos regulatórios vinculados, e utilizando uma taxa de desconto depois dos impostos variável em aproximadamente de 10,36,% chegando a 9,78% no

**Demonstração do fluxo de caixa**

|                                                                          | 2025            | 2024            |
|--------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais                              |                 |                 |
| <b>Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL</b>                          | <b>(37.220)</b> | <b>5.682</b>    |
| <b>Ajustes para conciliar o resultado às atividades operacionais</b>     |                 |                 |
| Amortização e depreciação                                                | 72.023          | 55.522          |
| Amortização do direito de uso e juros sobre arrendamentos                | 304             | 343             |
| Provisão para manutenção                                                 | (90)            | (5.367)         |
| Baixa de obrigações com infraestrutura a realizar                        | -               | (3.637)         |
| Provisão para demandas judiciais                                         | 4.219           | 1.523           |
| Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures     | 52.653          | 48.166          |
| Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível e ativo do contrato | 97              | 6.744           |
| <b>Redução (aumento) nos ativos</b>                                      |                 |                 |
| Contas a receber                                                         | (833)           | 1.442           |
| Despesas antecipadas                                                     | 6.457           | (9.609)         |
| Impostos a recuperar                                                     | 1.413           | (1.533)         |
| Outros créditos                                                          | (21)            | 154             |
| Depósitos judiciais                                                      | 24.968          | (22.979)        |
| Partes relacionadas                                                      | (548)           | -               |
| <b>Aumento (redução) nos passivos</b>                                    |                 |                 |
| Fornecedores                                                             | (5.343)         | 4.408           |
| Impostos, taxas e contribuições                                          | (2.778)         | 10.344          |
| Obrigações sociais                                                       | (1.510)         | 1.029           |
| Partes relacionadas                                                      | 10.040          | (3.797)         |
| Outros passivos                                                          | (10.478)        | 9.062           |
| Pagamento de demandas judiciais                                          | (770)           | (1.977)         |
| <b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>                          | <b>112.583</b>  | <b>95.520</b>   |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>                    |                 |                 |
| Aquisição de imobilizado                                                 | (2.010)         | (2.203)         |
| Adição ao intangível e ativo de contrato (intangível em construção)      | (76.979)        | (51.169)        |
| <b>Caixa (aplicado) nas atividades de investimento</b>                   | <b>(78.989)</b> | <b>(53.372)</b> |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>                   |                 |                 |
| Pagamento de arrendamento                                                | (232)           | (376)           |
| Adiantamento para futuro aumento de capital                              | 42.170          | -               |
| Amortização de debentures e empréstimos                                  | (51.079)        | (46.537)        |
| <b>Caixa (aplicado nas) atividades de investimento</b>                   | <b>(9.141)</b>  | <b>(46.913)</b> |
| <b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>                | <b>24.453</b>   | <b>(4.765)</b>  |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes no exercício                       | 13.335          | 18.100          |
| Saldo final de caixa e equivalentes no exercício                         | 37.788          | 13.335          |
| <b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>                | <b>24.453</b>   | <b>(4.765)</b>  |

longo prazo até o término do prazo da concessão. O valor recuperável estimado da UGC foi maior que o seu valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida. O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Adicionalmente em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25. **c) Provisões gerais:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em causas cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso, são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **e) IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e CSLL correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O grupo determinou que os juros e multas relacionados ao IRPJ e à CSLL, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de IRPJ e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. **2.5.1 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas vigentes a partir de 2025:** **2.5.1.1. Alterações às IFRS e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente:** Em 2025, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2025. São elas: **• Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio** intitulada Falta de Conversibilidade. **• Orientação Técnica OCGP 10 – Créditos de Carbono, Permissões de emissão (allowance) e Crédito de Descarbonização.** **• Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.** **• Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09- Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.** As normas não são aplicáveis à Companhia e consequentemente não geram impactos nestas demonstrações contábeis. **2.5.1.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** A Companhia efetuou a avaliação de todos os CPCs e IFRSs novos e revisados, já emitidos e ainda não vigentes, porém não adotou nenhum antecipadamente. As seguintes normas não são aplicáveis à Companhia e consequentemente não têm impacto nestas demonstrações contábeis: **• Alterações às IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais.** **• IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.** **As seguintes normas estão em fase de avaliação: • Alterações às IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o CPC deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48– Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Finan-

continuação ▶

PUBLICIDADE LEGAL

continuação

ceiros: Evidenciação. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. Não é esperado impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia. • **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:** O IASB emitiu alterações de escopo limitado no âmbito de sua revisão periódica das normas IFRS, com o objetivo de promover esclarecimentos, simplificações e maior consistência normativa. As mudanças afetam, entre outras, as normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7. Em convergência com essas atualizações, o CPC deverá refletir tais alterações em futuras revisões dos pronunciamentos técnicos correspondentes. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. Não é esperado impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia. • **CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras:** A IFRS 18 substitui a IAS 1, mantendo exigências não alteradas e introduzindo novos requisitos de apresentação e divulgação. Parte do conteúdo da IAS 1 foi realocado para a IAS 8 e para a IFRS 7, além de pequenas alterações introduzidas na IAS 7 e na IAS 33. A norma estabelece, ainda, novos requisitos para a apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado, divulgação de medidas de

desempenho definidas pela administração e aprimoramento dos critérios de agregação e desagregação de informações. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. Essa alteração está em fase de avaliação e é esperado que tenha um impacto significativo na forma de divulgação nas demonstrações Companhia, vide Nota Explicativa nº 2.5.1.3. **2.5.1.3 IFRS 18 – Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras:** Com base nas análises preliminares realizadas até o momento, a Administração identificou que a adoção do IFRS 18 poderá resultar, entre outros aspectos, nas seguintes mudanças: **Classificação e apresentação de resultados:** • Revisão da classificação de determinadas receitas e despesas, incluindo itens como por exemplo: variação cambial, custo de desconto de recebíveis, atualizações monetárias, receita de antecipação de fornecedores, que poderão ser reclassificados conforme a natureza da transação que lhes deu origem. • Alterações no escopo do resultado financeiro, com redefinição dos itens que o compõem à luz dos novos conceitos introduzidos pela norma. • Alterações no escopo de outras receitas e despesas operacionais, considerando as alterações de classificação. **Estrutura das demonstrações financeiras:** • Implementação de uma nova estrutura da Demons-

tração do Resultado com: redefinição do lucro operacional; criação de um novo bloco de resultado de financiamento; criação de um novo bloco de resultado de investimento. •Adequação da apresentação da nota explicativa, hoje apresentada como Resultado Financeiro Líquido, que passará a ser classificado nos novos blocos da nova estrutura da Demonstração do Resultado: atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento. **Indicadores, métricas e covenants:** • Avaliação do impacto do IFRS 18 sobre o EBITDA, considerando as novas definições de resultado operacional. •Análise dos efeitos potenciais sobre o cálculo de covenants contratuais, em especial aqueles atrelados a indicadores de desempenho financeiro. •Estudo e definição das Medidas de Desempenho Gerencial (MPMs–Management Performance Measures) que poderão ser apresentadas nas demonstrações contábeis, conforme os novos requisitos de divulgação da norma. **Status atual e próximos passos:** Administração ressalta que os estudos ainda estão em andamento e que os impactos quantitativos e definitivos da adoção do IFRS18 ainda não podem ser mensurados com razoável segurança. A Companhia continuará avaliando os efeitos da norma ao longo de 2026, incluindo possíveis impactos retrospectivos,

requerimentos adicionais de divulgação e ajustes nos controles internos e processos operacionais. **2.5.1.4. Normas IFRS S1 e S2/CBPS\* 01 e 02: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima:** Em atendimento às Resoluções CVM nº193/2024, nº217/2024, nº218/2024 e nº219/2024, que exigem que as entidades divulguem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionadas a sustentabilidade, bem como requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima, com prazo obrigatório para adoção a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não realizou a adoção voluntária para 2025, mas está avaliando os impactos das normas em conjunto com consultoria especializada em temas climáticos. **\*Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS:** Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

| Diretoria                                      |                                                                                                                      | Conselho da Administração                                                         |                                                                        |
|------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| Roberto Paulo Hanke<br>Diretor Presidente e RI | José Garcia Neto<br>Diretor Administrativo-Financeiro<br>Daniel Ramos Victorino<br>Diretor de Engenharia e Operações | Carlo Alberto Bottarelli<br>Luiz Fernando Wolff de Carvalho<br>João Villar Garcia | Roberto Solheid da Costa de Carvalho<br>Marcos Paulo Fernandes Pereira |
|                                                |                                                                                                                      |                                                                                   | Contadora                                                              |
|                                                |                                                                                                                      |                                                                                   | Patricia Ap. Monaro Morales - CRC 1SP 224.015/0-5                      |

| Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                        |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., Lins – São Paulo. <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações contábeis da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com | as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro <i>International Financial Reporting Standards</i> (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards). <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. | <b>Principais Assuntos de Auditoria (PAA):</b> Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.<br>São Paulo, 06 de março de 2026 | Grant Thornton<br>Audidores Independentes Ltda.<br>CRC 2SP-025.583/0-1 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                        |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                        |

**Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio**  
CNPJ/MF 05.476.154/0001-78 – NIRE 35.300.194.225

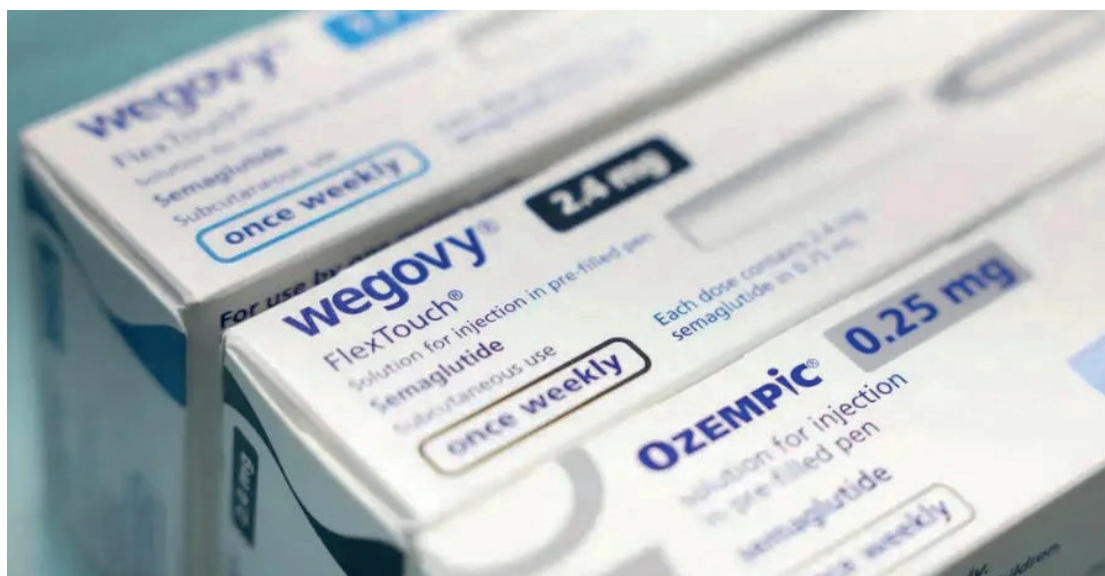
**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025**  
**Data. Hora e Local.** No dia 19/12/2025, às 18 horas, na sede social da Companhia, situada na cidade de Lorena-SP. **Convocação e Presença.** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa.** Presidente: Rogério Barbosa; e Secretária: Juliana Fonseca Alves. **Deliberações da Ordem do Dia.** Os acionistas decidiram, por unanimidade de votos: **5.1.** Estando o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, os Acionistas, nos termos do Estatuto Social, aprovaram a realização de um aumento do capital social da Companhia, nesta data, no valor de R\$ 52.073.796,98, mediante a capitalização das reservas de lucros da Companhia sem emissão de novas ações, passando o referido capital social de R\$57.705.378,00, para R\$ 109.779.174,98. Em razão da deliberação ora tomada, o caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 5º.** *o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 109.779.174,98 dividido em 57.705.378 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.* **5.2.** Os Acionistas decidiram alterar o art. 21, alínea (b) do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 21 – O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação: a. (...) b.** os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo no valor de R\$20.000,00, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.” **5.3.** Os Acionistas decidiram aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Lorena/SP, 19/12/2025. **Mesa:** Rogério Barbosa – Presidente; Juliana Fonseca Alves – Secretária. **Acionistas: Tekno S.A. – Indústria e Comércio,** Rodrigo Augusto Costa Deslandes; **Arcelormittal Spain Holding SL,** p.p. Marina Guimarães Soares. **Anexo I: Estatuto Social Consolidado: Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo: Artigo 1º:** Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio (“Companhia”) é uma sociedade anônima regida por este Estatuto e pelas leis aplicáveis. **Artigo 2º:** A Companhia tem sede, foro e domicílio na cidade de Lorena, Estado de São Paulo. **§ Único:** Por deliberação da Diretoria, a Sociedade poderá abrir, manter, transferir e extinguir filiais, escritórios e agências em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo 3º:** Companhia tem por objeto: i. projetar, fabricar, adquirir e instalar coberturas metálicas, fechamento lateral e de outros materiais, bem como seus acessórios em escala industrial, para comercialização no mercado interno e externo, podendo em consequência exportar e/ou importar os referidos produtos; ii. importar equipamentos, matérias primas e outros materiais necessários à consecução de seus objetivos sociais; iii. construir estruturas e coberturas industriais, comerciais e/ou residenciais em geral; e iv. participar como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas. **Artigo 4º:** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações: Artigo 5º:** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 109.779.174,98 dividido em 57.705.378 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§ Único:** Cada ação emitida pela Companhia confere o direito a um voto nas Assembleias Gerais. **Capítulo III – Da Administração: Artigo 6º:** A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Artigo 7º:** A remuneração da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral da Companhia. **Capítulo IV – Diretoria: Artigo 8º:** A Diretoria da Companhia é composta por, no mínimo 2 e, no máximo, 6 membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo um deles o Diretor Presidente, outro o Diretor Financeiro e os demais, caso existam, sem designação específica. **§ 1º:** Os Diretores são eleitos e destituíveis pela Assembleia de Acionistas. O mandato é de 03 anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão do diretor se estenderá até a investidura do novo eleito no mesmo cargo. **§ 2º:** A investidura dos Diretores sem seus cargos será feita mediante a assinatura do termo de posse, lavrado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria, no prazo da lei, e de apresentação de declaração prevista no Artigo 147 da Lei 6.404/76. **§ 3º:** São ausências e impedimentos do Diretor Presidente, suas funções serão exercidas pelo Diretor Financeiro. Nas ausências e impedimentos dos demais Diretores, cabe ao Diretor Presidente designar os substitutos. Vagando cargo de Diretor, os Acionistas serão convocados para eleger o substituto. **Artigo 9º:** Ao Diretor Presidente compete representar a Companhia, nos termos deste Estatuto, bem com coordenar e superintender os negócios sociais, zelando pelo regular funcionamento da empresa. **Artigo 10:** Cada Diretor tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios, nos limites das atribuições que lhes competem em razão deste Estatuto e conforme definição dos Acionistas no ato de eleição, observando o objeto social e as prescrições legais e regulamentares. **Artigo 11 –** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, convocada por qualquer Diretor, sendo certo que as reuniões serão instaladas com a presença da maioria de seus membros em exercício, e as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes. Na hipótese de a Companhia contar com apenas dois Diretores em exercício, a instalação será com a presença de totalidade deles, e as decisões deverão ser tomadas por unanimidade. **§ Único:** Caberá a Diretoria da Companhia deliberar de forma colegiada acerca das seguintes matérias: **a.** aquisição, investimentos, venda, cessão, alienação ou qualquer outra forma de transferência de ativos de qualquer natureza, pela Companhia ou por suas subsidiárias, no valor de até R\$500.000,00, de forma isolada ou cumulativamente em um período de 12, para transações de mesma natureza, ressalvadas as vendas de produtos que compõem o portfólio regular de produtos e aquisição de matéria-prima da Companhia ou das suas subsidiárias no curso normal dos negócios; **b.** contratação, assunção ou renegociação de contratos de natureza financeira, incluindo, sem limitação, qualquer empréstimo, adiantamento, extensão de crédito, financiamento ou outra forma de endividamento pela Companhia ou por suas subsidiárias, contrato de derivativos, hedge ou swap no valor de até R\$500.000,00, de forma isolada ou cumulativamente para transações de mesma natureza, em um período de 12 meses; **c.** constituição de qualquer gravame sobre qualquer ativo da Companhia ou de suas subsidiárias no valor de até R\$500.000,00; **d.** concessão de avais, fianças ou a prestação de qualquer outra forma de garantia pela Companhia ou por suas subsidiárias no valor de até R\$500.000,00; **e.** ajuizamento de processos administrativos, ações judiciais, processos arbitrais, ou a celebração de acordo em qualquer demanda pela Companhia, cujo valor econômico envolvido por demanda e/ou acordo corresponda ao montante em reais equivalente a até US\$1.000.000,00; **f.** ressalvado o disposto nos demais itens deste artigo, assunção de quaisquer obrigações (incluindo, mas não se limitando àquelas que resultem no pagamento de despesas) ou a celebração de quaisquer contratos pela Companhia ou por suas subsidiárias, fora do curso normal dos negócios, cujo valor, de forma isolada ou cumulativamente, para transações de mesma natureza, em um período de 12 meses, corresponda ao montante em reais equivalente a até US\$1.000.000,00; **g.** assunção de quaisquer obrigações (incluindo, mas não se limitando àquelas que resultem no pagamento de despesas) ou a celebração de quaisquer contratos pela Companhia ou por suas subsidiárias perante clientes, fora do curso normal dos negócios, cujo valor, de forma isolada ou cumulativamente, para transações de mesma natureza, em um período de 12 meses, corresponda ao montante em reais equivalente a até US\$1.000.000,00; **h.** contra-

tação de quaisquer apólices de seguros pela Companhia e por quaisquer de suas subsidiárias que importem o pagamento de prêmios de até R\$500.000,00 por apólice; **i.** abertura de filiais, ou escritórios da Companhia ou das suas subsidiárias na condução de seus negócios; **j.** elaboração do Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e os demais documentos à Assembleia Geral Ordinária; **k.** aprovação da realização pela Companhia de doações cujo valor de forma isolada ou cumulativamente para transações de mesma natureza, em um período de 12 meses, seja de até R\$80.000,00; **l.** aprovação da realização pela Companhia de patrocínios cujo valor de forma isolada ou cumulativamente para transações de mesma natureza, em um período de 12 meses, seja de até R\$500.000,00; e **m.** autorização de contribuições da Companhia para associações de empregados, entidades assistenciais e recreativas, e fundos de previdência privada. **Capítulo V – Representação: Artigo 12:** Incumbe à Diretoria a representação ativa e passiva da Companhia, cabendo aos Diretores executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos termos estabelecidos pelo Estatuto. **Artigo 13:** A Companhia se obriga validamente sempre que representada por 2 Diretores, ou ainda 1 Diretor em conjunto com 1 procurador, ou 2 procuradores agindo conjuntamente, no limite dos respectivos mandatos. **§ 1º:** Pode, ainda, a Companhia ser representada por um único Diretor ou procurador, no limite do respectivo mandato: **a.** nas assembleias gerais de acionistas, ou equivalentes, de sociedades, consórcios e outras entidades das quais participe a Companhia; **b.** em atos decorrentes do exercício de poderes constantes de procuração *ad judicia*; **c.** perante órgãos de qualquer esfera de governo, alfanádeg e concessionárias de serviço público para atos específicos nos quais não seja necessária ou permitida a presença do segundo representante; **d.** em quaisquer outras circunstâncias, quando necessário, desde que especificamente autorizado pela maioria dos Diretores, caso a caso; e **e.** quando se tratar de receber e dar quitação de valores que sejam devidos à Companhia, emitir e negociar, inclusive endossar e descontar, duplicatas relativas às suas vendas, bem como nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Companhia e da prática de atos de simples rotina administrativa. **§ 2º:** Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras: **a.** exceto nos casos de representação judicial ou similar, em que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento do processo, todas as procurações serão por prazo certo e terão poderes limitados; e **b.** quando da essência do ato for obrigatória a forma pública, os mandatários poderão ser constituídos por procuração sob a forma de instrumento particular, no qual serão especificados os poderes outorgados, limitado o prazo de validade das procurações ad negotia até 2 anos contados a partir da data de emissão. **§ 3º:** Serão nulos e não gerarão responsabilidades para a Companhia os atos praticados em desconformidade às regras dos parágrafos precedentes. **Capítulo VI – Conselho Fiscal: Artigo 14:** O Conselho Fiscal, constituído por 3 membros e igual número de suplentes, funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado por deliberação da Assembleia Geral ou a pedido de acionista, nos termos da lei. **Artigo 15:** A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal deverá fixar sua remuneração. **Capítulo VII – Assembleia Geral: Artigo 16:** A Assembleia Geral, convocada e instalada na forma da lei e deste Estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia. **§ 1º:** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que a lei e os interesses sociais exigirem a manifestação dos Acionistas da Companhia, devidamente convocada pelo Diretor Presidente e, na ausência dele, por qualquer outro Diretor da Companhia. **§ 2º:** Os anúncios de convocação serão publicados pela imprensa na forma da lei e deles constará a ordem do dia, a data, e horário da Assembleia Geral e, no caso de reforma do Estatuto, a indicação da matéria, bem como a informação de que a documentação respectiva estará disponível para consulta na sede da Companhia. **§ 3º:** Ressalvados os casos para os quais a lei determina “quórum” qualificado, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco ou as abstenções. **§ 4º:** Antes de se instalar a Assembleia Geral, os Acionistas assinarão o Livro de Presença, indicando seu nome, nacionalidade, residência, e a quantidade de ações de que forem titulares. **Artigo 17:** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, na sua ausência ou impedimento, por outro membro da Diretoria e secretariado por qualquer pessoa escolhida pela maioria dos acionistas presentes. **§ 1º:** Nos casos de ausência ou impedimento do Diretor Presidente e dos demais membros da Diretoria, a Assembleia Geral será instalada e presidida por um Acionista escolhido pela maioria dos acionistas presentes. **§ 2º:** O secretário da Assembleia Geral será o responsável pela lavratura dos livros societários e emissão de extratos das atas e certificados das suas deliberações, podendo também ditas emissões serem efetuadas pelo Presidente da respectiva Assembleia Geral. **Artigo 18:** A prática de quaisquer dos atos abaixo pela Companhia estará sujeita à aprovação das acionistas, em Assembleia Geral: **a.** emissão de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, criação de espécies ou classes de ações, a subscrição privada ou pública de ações e valores mobiliários da Companhia ou subsidiárias, bem como a concessão de qualquer direito, opção ou privilégio para a aquisição de qualquer ação ou valor mobiliário de emissão da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, conversível ou não; **b.** recompra, cancelamento ou resgate de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia ou de suas subsidiárias; **c.** reorganização societária envolvendo a Companhia ou suas subsidiárias, incluindo, sem limitação, transformação, fusão, incorporação, incorporação de ações e cisões; **d.** venda, cessão, alienação ou qualquer outra forma de transferência de valores mobiliários de titularidade da Companhia ou de suas subsidiárias, bem como qualquer outra operação envolvendo a alienação ou transferência, pela Companhia ou por suas subsidiárias, de qualquer participação societária de sua respectiva titularidade (incluindo por meio de incorporação de ações ou de sociedades, fusões, cisões ou qualquer outra forma de reorganização societária); **e.** aquisição ou alienação, direta ou indireta, por qualquer meio, de parte substancial dos ativos ou de um negócio ou de quaisquer valores mobiliários de emissão de qualquer Terceiro pela Companhia ou suas subsidiárias, ou a participação em grupo de sociedades ou, ainda, a associação da Companhia ou de suas subsidiárias com outra Pessoa (incluindo, sem limitação, por meio de incorporação de ações e conferência de ativos, de constituição de *joint ventures* e/ou consórcios e/ou de quaisquer outras modalidades de parcerias societárias, com personalidade jurídica própria ou não); **f.** aumento ou redução do capital social da Companhia ou de suas subsidiárias; **g.** alteração do Estatuto Social da Companhia, bem como do estatuto social e/ou contrato social de suas subsidiárias; **h.** requerimento de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou de suas subsidiárias; **i.** liquidação e dissolução da Companhia ou de suas subsidiárias e nomeação do liquidante; **j.** criação, alteração ou cancelamento de planos de opção de compra de ações ou instrumentos similares pela Companhia ou por suas subsidiárias; **k.** a distribuição dos lucros percebidos pela Companhia e/ou por suas subsidiárias, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio ou por qualquer outra forma admitida em lei; **l.** listagem para negociação de ações de emissão da Companhia ou de suas subsidiárias em mercado regulamentado em bolsa de valores e/ou a realização de oferta pública inicial ou subsequente de ações pela Companhia ou por suas subsidiárias; **m.**

criação de comitês consultivos de suporte, bem como suas funções; **n.** definição do valor global da remuneração da diretoria da Companhia e de suas subsidiárias que deverão respeitar os padrões de mercado para sociedades de porte análogo à e com atuação no mesmo setor da Companhia; **o.** alteração do número de membros da Diretoria Companhia, ou das regras que regem a estrutura dos mesmos; **p.** aprovação ou qualquer alteração do orçamento anual, do plano de negócios e do plano de investimentos da Companhia e de suas subsidiárias; **q.** aquisição, investimentos, venda, cessão alienação ou qualquer outra forma de Transferência de ativos de qualquer natureza, pela Companhia ou por suas subsidiárias, cujo valor exceda, de forma isolada ou cumulativamente em um período de 12 para transações de mesma natureza, o montante de R\$ 500.000,00, ressalvadas as vendas de produtos que compõem o portfólio regular de produtos e aquisição de matéria-prima da Companhia ou das suas subsidiárias no curso normal dos negócios; **r.** contratação, destituição e substituição do auditor da Companhia e de suas subsidiárias, que deverá ser necessariamente um auditor independente; **s.** alteração às datas a que correspondem o exercício social da Companhia e de suas subsidiárias; **t.** aprovação e alteração das práticas contábeis ou regime fiscal da Companhia e de suas subsidiárias, exceto se em conformidade com a lei ou por exigência legal e/ou regulamentar; **u.** eleição dos membros da Diretoria da Companhia e definição de suas atribuições; **v.** contratação, assunção ou renegociação de contratos de natureza financeira, incluindo, sem limitação, qualquer empréstimo, adiantamento, extensão de crédito, financiamento ou outra forma de endividamento pela Companhia ou por suas subsidiárias, contrato de derivativos, hedge ou swap cujo valor exceda, de forma isolada ou cumulativamente para transações de mesma natureza, em um período de 12 meses, o montante de R\$ 500.000,00; **w.** constituição de qualquer Gravame ou oneração sobre qualquer ativo da Companhia ou de suas subsidiárias cujo valor exceda o montante de R\$ 500.000,00; **x.** concessão de avais, fianças ou a prestação de qualquer outra forma de garantia pela Companhia ou por suas subsidiárias cujo valor exceda R\$500.000,00; **y.** renúncia de direitos da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias independentemente do valor envolvido; **z.** ajuizamento de processos administrativos, ações judiciais, processos arbitrais, ou a celebração de acordo em qualquer demanda pela Companhia, cujo valor econômico envolvido por demanda e/ou no acordo exceda o montante em reais correspondente a US\$1.000.000,00; **aa.** cessão ou qualquer outra forma de transferência, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, *know how*, *software*, ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível pertencente à Companhia ou a qualquer de suas subsidiárias; **bb.** ressalvado o disposto nos demais itens deste artigo, assunção de quaisquer obrigações (incluindo, mas não se limitando àquelas que resultem no pagamento de despesas) ou a celebração de quaisquer contratos pela Companhia ou por suas subsidiárias, fora do curso normal dos negócios, cujo valor exceda, de forma isolada ou cumulativamente em um período de 12 meses para transações de mesma natureza, o montante em reais correspondente a US\$1.000.000,00; **cc.** assunção de quaisquer obrigações (incluindo, mas não se limitando àquelas que resultem no pagamento de despesas) ou a celebração de quaisquer contratos pela Companhia ou por suas subsidiárias perante clientes, fora do curso normal dos negócios, cujo valor exceda, de forma isolada ou cumulativamente para transações de mesma natureza, em um período de 12 meses, o montante em reais correspondente a US\$1.000.000,00; **dd.** contratação de quaisquer apólices de seguros pela Companhia e por quaisquer de suas subsidiárias que importem o pagamento de prêmios acima de R\$500.000,00 por apólice; **ee.** aprovação da implantação ou de quaisquer alterações às políticas da Companhia e de suas subsidiárias, sendo vedados quaisquer atos em desacordo com as referidas políticas; **ff.** determinação dos poderes e valores de alçada para aprovação de diferentes atos e medidas em cada nível da estrutura organizacional da Companhia (incluindo, sem limitação, para contratação de pessoal, para concessão de descontos, negociação de condições comerciais e contratuais etc), conforme evidenciados em políticas internas da Companhia; **gg.** celebração qualquer contrato ou instrumento que contenha qualquer previsão de cláusulas de não competição, não alienamento, exclusividade, não contratação, limitação de participação ou disposições e restrições semelhantes referentes à condução e estratégia dos Negócios, em relação a qualquer mercado de produto e área geográfica; **hh.** independentemente do valor, a celebração de qualquer acordo, transação, pacto e/ou outro instrumento perante qualquer autoridade governamental que importe no reconhecimento de conduta imprópria ou sua violação às políticas da Companhia; **ii.** aprovação da realização pela Companhia de doações cujo valor de forma isolada ou cumulativamente para transações de mesma natureza, em um período de 12 meses, exceda R\$80.000,00; **jj.** aprovação da realização pela Companhia de patrocínios cujo valor de forma isolada ou cumulativamente para transações de mesma natureza, em um período de 12 meses, exceda R\$500.000,00; e **kk.** decisão sobre os casos omissos no Estatuto Social, podendo prever a delegação da deliberação para a Diretoria, na forma da lei. **Capítulo VIII – Exercício Social, Lucros, Reservas e Dividendos: Artigo 19:** O exercício social é de 12 meses, encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 20:** Ao término de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as Demonstrações Financeiras exigidas em lei que compreenderão a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **Artigo 21:** O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação: **c.** a parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; **d.** os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo no valor de R\$20.000,00, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76; **e.** o saldo remanescente, após atendidas as disposições acima, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **Artigo 22:** A Companhia poderá pagar participação nos lucros a seus empregados e administradores, observados os termos e limites previstos na legislação aplicável. **Artigo 23:** A Companhia levantará balanços semestrais, podendo, ainda, levantar balanços em períodos menores e distribuir, por deliberação dos Acionistas, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, observadas as limitações previstas em lei. **§ 1º:** Em caso de distribuição de dividendos à conta do lucro apurado em balanços semestrais, ou em períodos menores, poderá também ser paga a participação a que se refere o Artigo 18 deste Estatuto, observados os termos e limites previstos na legislação aplicável. **§ 2º:** Por deliberação dos Acionistas poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **§ 3º:** A Companhia poderá, mediante da Assembleia Geral, distribuir aos acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados do dividendo mínimo obrigatório. **§ 4º:** Dividendos intermediários, quando pagos, serão sempre considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo IX – Disposições Gerais: Artigo 24:** A Companhia será liquidada nos casos e pela forma prevista em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e aprovar sua remuneração. Lorena/SP, 19/12/2025. (Estatuto Social da Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio, alterado e consolidado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 19/12/2025). Presidente: Rogério Barbosa; Secretária: Juliana Fonseca Alves. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 56.883/26-2 em 25/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

## NEGÓCIOS

### Entenda como as 'canetas emagrecedoras' estão abalando o mercado global de açúcar e etanol



O uso dos agonistas do GLP-1, remédios popularmente apelidados de “canetas emagrecedoras”, está pressionando o consumo de açúcar nos Estados Unidos, e as mudanças comportamentais em curso já começam a afetar o preço da commodity global e também o mix de produção de açúcar e etanol nas usinas brasileiras.

O escritório CSA advogados afirma ter acompanhado a renegociação de contratos firmados com importadores do país.

“A gente tem visto rene-

gociação de contratos de exportação de longo prazo para evitar penalidades dos compradores se eles diminuam. Porque o comprador vai acabar tendo um estoque muito alto daqui um tempo e não vai ter para onde jogar esse estoque”, explica a advogada Ieda Queiroz, coordenadora do setor de agronegócio do escritório.

A consultoria Czarnikow afirma que as canetas emagrecedoras podem “minar a longa história de crescimento do açúcar” e ter um “efeito profundo nos produtores”. Já o Departamento de

Agricultura dos EUA (USDA, na sigla em inglês) reduziu a estimativa de consumo de açúcar no país em 2026 em 23 mil toneladas.

Em fevereiro de 2026, os preços do açúcar nos contratos futuros do país chegou ao patamar mais baixo desde 2020, de acordo com dados publicados pelo Financial Times.

No Brasil, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) ainda não tem dados ou monitora qualquer impacto do medicamento em seus negócios.

Matheus Almeida/Isto é Dinheiro

### Preços de passagens aéreas disparam com guerra no Irã e derrubam ações do setor

As ações das companhias aéreas despencavam nesta segunda-feira, 9, enquanto o preço das passagens disparavam, à medida que a guerra dos EUA e de Israel contra o Irã causou uma forte alta nos preços do petróleo, gerando temores de uma profunda queda nas viagens e da possibilidade de uma paralisação generalizada dos aviões.

Os preços do petróleo eram negociados com alta de mais de 15%, em níveis não vistos desde 2022, uma vez que alguns dos principais produtores cortaram o fornecimento e os temores de interrupções prolongadas no transporte marítimo

tomaram conta do mercado. Em um determinado momento, os futuros do petróleo bruto Brent subiram até 29%.

Essa situação deve aumentar a pressão sobre as companhias aéreas que já operam em um espaço aéreo restrito, à medida que os viajantes se esforçam para evitar o conflito no Oriente Médio.

Na Ásia, as companhias aéreas que sofreram o impacto dos temores dos investidores foram a Korean Air Lines, que caiu 8,6%, a Air New Zealand, que perdeu 7,8%, e a Cathay Pacific, de Hong Kong, que perdeu 5%.

Reuters



### Guerra do delivery: como as brigas judiciais entre apps têm afetado a concorrência e restaurantes



A disputa acirrada no setor de delivery de restaurantes ocorre através de diversas formas, como investimentos massivos em mídia, contratos firmados com restaurantes e também batalhas judiciais. Atualmente, três processos no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) buscam apontar práticas como danosas à concorrência no setor no país.

A briga jurídica esquentou neste começo do ano, levando inclusive a a chinesa Keeta a adiar por tempo indeterminado o início de suas operações no Rio de Janeiro, para focar esforços nas ações judiciais contra práticas de seus concorre-

tes.

Especialistas ouvidos pela IstoÉ Dinheiro avaliam como legítimo o embate travado também nos tribunais. Ao mesmo tempo, apontam como é complexo determinar se as posturas questionadas de fato quebram os limites da legalidade no país.

Para regulamentar o setor, o órgão deverá avaliar e determinar qual o mercado relevante envolvido nos processos. Em seguida, avaliar se, dentro deste espaço delimitado, as empresas possuem força para determinar as condições de mercado.

Exclusividade cerceia o delivery?

Professor de Direito

na FAAP/SP e presidente da Comissão Especial de Direito da Concorrência e Regulação Econômica da OAB/SP, Ricardo Inglez de Souza explica que o que está em jogo é a comprovação de que uma empresa detém poder suficiente para ditar o mercado.

Souza exemplifica com o caso dos restaurantes que vendem apenas uma marca de refrigerante. Mesmo que haja grandes redes com contratos do tipo, elas não são suficientes para eliminar as bebidas concorrentes do mercado. “Caberá ao Cade interpretar se esse modelo de negócio é realmente danoso”, diz.

Matheus Almeida/Isto é Dinheiro